

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Caio Ferreira Silva

A morte (é)ditada:
um estudo da cobertura da pandemia pelo telejornalismo brasileiro.

Juiz de Fora
Fevereiro de 2024

Caio Ferreira Silva

A morte (é)ditada:
um estudo da cobertura da pandemia pelo telejornalismo brasileiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Jhonatan Mata

Juiz de Fora
Fevereiro de 2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Caio .

A morte (é)ditada: : um estudo da cobertura da pandemia pelo telejornalismo brasileiro. / Caio Ferreira. -- 2024.
140 f. : il.

Orientador: Jhonatan Mata

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.

1. Telejornalismo. 2. Cobertura da Pandemia. 3. Covid-19. 4. Padrão catch-all. 5. TV aberta. I. Mata, Jhonatan , orient. II. Título.

Caio Ferreira Silva

A morte (é)ditada:

um estudo da cobertura da pandemia pelo telejornalismo brasileiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 29 de Fevereiro de 2024:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jhonatan Alves Pereira Mata - orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Iluska Maria da Silva Coutinho
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Allan de Gouvêa Pereira
Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Alves Pereira Mata, Professor(a)**, em 28/02/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caio Ferreira Silva, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iluska Maria da Silva Coutinho, Professor(a)**, em 28/02/2024, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allan de Gouvêa Pereira, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufff (www2.ufff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1715168** e o código CRC **OCF90851**.

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado e apoio da mesma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”, em razão da Portaria nº 206 da CAPES, publicada em 04 de Setembro de 2018, e das regras indicadas nos Termos de Compromisso para concessão de Bolsas.

À todas e todos que perderam entes queridos
em decorrência da pandemia de covid-19.

Resumo

No dia 29 de março de 2023 o Brasil atingiu o número trágico de 700 mil mortos pela pandemia de covid-19. Esta dissertação pretende analisar e comparar as edições dos principais telejornais da TV aberta brasileira, com objetivo de entender quais recursos os jornais utilizaram para informar e cobrir, de 2020 a 2023, o marco das 100 mil, 500 mil e 700 mil mortes pelo coronavírus, bem como entender como, e se as emissoras se mantiveram ou não no padrão catch-all de jornalismo, que tem como principal característica a falta de uma identidade ideológica clara, causada por uma orientação mercadológica visando maximizar a audiência. Para isso, nos ancoramos na metodologia de análise da materialidade audiovisual. (COUTINHO,2016;2018.)

Palavras-chave: Telejornalismo; Cobertura da Pandemia; Covid-19; Padrão catch-all; TV aberta.

Abstract

On March 29, 2023, Brazil reached the tragic number of 700,000 deaths due to the Covid-19 pandemic. This dissertation aims to analyze and compare the editions of the main news programs on Brazilian open TV, with the aim of understanding which resources the newspapers used to inform and cover, from 2020 to 2023, the milestone of 100 thousand, 500 thousand and 700 thousand deaths from coronavirus, as well as understanding how, and whether or not broadcasters maintained the catch-all pattern of journalism, which has as its main characteristic the lack of a clear ideological identity, caused by a marketing orientation that maximizes the audience. To do this, we are anchored in the methodology of analyzing audiovisual materiality. (COUTINHO,2016;2018.)

Keywords: News programme; Pandemic; COVID-19; Catch-all; Broadcast Television.

ÍNDICE

Figuras 1 e 2 - Abertura do Jornal Nacional na cobertura das 100 mil mortes por covid-19.....	52
Figura 3 - Arte com o artigo 196 da Constituição Brasileira exibida pelo Jornal Nacional.....	53
Figura 4 - Imagens de vítimas da covid que compõem o cenário do Jornal Nacional... 56	56
Figura 5 - Imagem do ato na praia de Copacabana em memória das vítimas da pandemia.....	56
Figuras 6, 7, 8, 9, 10 e 11 - Posicionamentos do ex-ministro Sérgio Moro e da então Secretaria de comunicação do planalto em resposta ao ex-ministro.....	57
Figuras 12, 13, 14 - Declaração em nota do ministro do Supremo, Dias Toffoli apresentada pelo Jornal Nacional.....	59
Figuras 15, 16, 17 e 18 - Posicionamentos de deputados e senadores, e dos presidentes das respectivas casas.....	60
Figuras 19 e 20 - Posicionamentos das organizações sociais exibidos pelo Jornal Nacional.....	62
Figuras 21 e 22 - Exemplos de gráficos utilizados pelo Jornal Nacional para noticiar os números da pandemia.....	63
Figuras 23, 24, 25, 26 e 27 - Imagens exibidas na abertura do Jornal Nacional com a contagem cronológica de mortos pela covid.....	64
Figuras 28 e 29 - Imagens das manifestações contrárias ao então governo de Jair Bolsonaro exibidas pelo Jornal Nacional.....	66
Figuras 30 e 31 - Declarações dos então presidentes do congresso e senado, na data das 500 mil mortes por covid, exibidas pelo Jornal Nacional.....	67
Figura 32 - Momento em que os apresentadores aparecem com o texto “editorial” exibido ao fundo.....	69
Figura 33 - Encerramento do Jornal nacional exibindo o número de mortes causadas pela covid-19.....	69
Figura 34 - Imagem do Apresentador da Jovem Pan noticiando a possibilidade do País atingir as 100 mil mortes por covid.....	72
Figura 35 - Imagem do Repórter Rodrigo Viga noticiando o número de mortes no Rio de Janeiro.....	73
Figura 36 - Imagem do entrevistado Rivaldo Venâncio, coordenador da FIOCRUZ. 74	74
Figura 37 e 38 - Imagens que cobrem a fala do apresentador sobre as 500 mil mortes por covid durante a escada.....	76
Figuras 39, 40, 41 - Imagens que cobriram a nota coberta sobre as 500 mil mil mortes por covid-19 no Jornal da Manhã.....	79
Figuras 41, 42, 43, 44 e 45 - Pronunciamento de autoridades destacados pelo Jornal	

da Manhã no marco de 500 mil mortes pela covid-19.....	81
Figura 46 e 47 - Apresentador do Jornal da Record mostra os números da pandemia no dia em que o país completou 100 mil mortes.....	85
Figura 48 - Imagens do ato que aconteceu no dia do marco de 100 mil mortes na praia de Copacabana feitas pelo Jornal da Record.....	86
Figura 49 - Repórter apresenta o pronunciamento feito por autoridades sobre as 100 mil mortes por covid-19 em um vivo para o Jornal da Record.....	87
Figuras 50, 51 e 52 - Apresentadora divulga os números da pandemia no Jornal da Record no dia em que o país atingiu a marca de 500 mil mortes por covid.....	90
Figuras 53, 54 e 55 - Imagens e bigode que cobrem a escalada da edição do Jornal da Cultura na data em que o país atingiu o marco de 100 mil mortes.....	92
Figuras 55, 56 e 57 - Imagens exibidas pelo Jornal da Cultura mostrando aglomerações no Rio de Janeiro.....	94
Figura 58 - Entrevistado no “povo fala” pelo Jornal da Cultura, usando máscara e criticando as aglomerações.....	95
Figuras 59, 60 e 61 - Imagens do ato em copacabana e da sonora com um dos organizadores feitas pelo Jornal da Cultura.....	96
Figura 61 e 62- Imagens do infectologista Roberto Medronho, entrevistado pelo Jornal da Cultura e da arte utilizada como cobertura dos números da pandemia na reportagem.....	97
Figura 62 - Imagem da bandeira nacional hasteada a meio mastro em homenagem às vítimas da covid, apresentada pelo Jornal da Cultura.....	98
Figura 63 - Imagem do médico sanitário Gonçalo Silva Neto, entrevistado pelo Jornal da Cultura no dia do marco das 100 mil mortes por covid.....	98
Figura 64 - Imagem do bigode utilizado pela TV Cultura no dia em que o Brasil atingiu a marca de 500 mil mortes por covid-19.....	99
Figura 35 - Imagem da sonora da manifestante que grita “Fora, Bolsonaro genocida” exibida pela TV cultura na escada.....	100
Figura 66 - Imagem da abertura do Jornal da Culura, em que aparecem, junto à apresentadora, os dois entrevistados da edição.....	100
Figura 67 - imagem da tarja preta com o número de mortes em tempo real, anunciada pela apresentadora.....	101
Figuras 68 e 69 - Imagens dos entrevistados Paulo Saldiva e Dom Joel Portella Amado.....	103
Figura 70 - Imagem da da passagem da repórter do Jornal da Cultura Maria Manso... 104	
Figuras 71 e 72 - Imagens da apresentadora do Jornal da Cultura e da entrevistada Natália Pasternak emocionadas com a reportagem.....	104
Figura 73 - Imagem do entrevistado Roberto Delmanto Júnior na bancada do Jornal da Cultura.....	105
Figura 74 - Imagens de hospitais exibidas no início da reportagem do Repórter Brasil sobre as 700 mil mortes por covid-19.....	108
Figura 75 - Imagem do repórter da TV Brasil Glauco de Queiroz em frente ao	

Memorial às vítimas da covid-19 no Brasil.....	109
Figura 76 - Imagem do virologista Bergmann Morais Ribeiro em entrevista para o Repórter Brasil.....	110
Figuras 77 e 78 - Imagens dos apresentadores na bancada do SBT Brasil apresentando os números da covid-19 e chamando a matéria sobre o tema.....	111
Figuras 79 e 80 - Imagens do ato que acontecia na data em que o país atingiu as 100 mil mortes exibida pelo SBT Brasil.....	112
Figura 81 - Imagem do cartaz colocado pelos manifestantes na orla de Copacabana.	113
Figura 82 - Imagem do homem que invadiu a gravação da reportagem dizendo que covid-19 era uma grande fake news, e do entrevistado que perdeu o filho respondendo ao mesmo.....	114
Figura 83 - Imagem da arte exibida pelo telejornal enquanto o off do repórter dizia que a pandemia de covid-19 não era uma mentira.....	114
Figuras 84 e 85 - Imagens da passagem do repórter José Luiz Filho e do entrevistado Diego Xavier, pesquisador da FIOCRUZ.....	115
Figura 86 - Imagem dos apresentadores na bancada do SBT Brasil na data em que o Brasil atingiu a marca de 500 mil mortes por covid-19.....	116
Figura 87 - Imagem da passagem da repórter Flávia Travassos em meio aos manequins que representavam os mortos pela covid.....	118
Figura 88 - Imagem do entrevistado Guilherme Furtado, infectologista.....	118
Figuras 89 e 90 - Imagens de aglomerações e da atuação da força de combate à pandemia fechando um bar na zona sul de São Paulo.....	119
Figuras 91 - Imagem que cobria a fala dos apresentadores na escalada anunciando as 100 mil mortes e dos atendimentos em hospitais.....	120
Figura 92 - Imagem do apresentador do Jornal da Band anunciando os números da pandemia com uma arte ao lado.....	121
Figura 93 - Imagem da apresentadora do Jornal da Band chamando uma matéria sobre o ato na praia de Copacabana.....	122
Figuras - 94, 95 e 96 - Imagens da reportagem sobre o ato em memória das 100 mil vítimas de covid, realizado na praia de Copacabana.....	122
Figuras 97, 98 e 99 - Imagens que são exibidas no início da reportagem, com uma trilha ao fundo, e da arte com a linha do tempo da evolução da pandemia no Brasil....	124
Figura 100 - Imagem do entrevistado Domingo Alves, especialista do laboratório de inteligência em saúde da USP.....	125
Figuras 101 e 102 - Imagens de pacientes deixando o hospital, depois de curados, em clima de comemoração e da passagem da repórter, também em um hospital..	125
Figura 103 e 104 - Imagens da escalada do Jornal da Band em que a notícia das 500 mil mortes por covid é apresentada e da chamada da reportagem com o mesmo tema.....	127
Figuras 105, 106- Imagens do então presidente Jair Bolsonaro e do Supremo Tribunal Federal exibidas no início da reportagem sobre as 500 mil mortes no Jornal	

da Band.....	128
Figuras 107 e 108 - Imagens da repórter Carolina Vilela em sua passagem, e de hospitais atendendo a pacientes com covid-19, utilizadas para cobertura do off....	129
Figura 109 - Imagem do entrevistado Hemerson Luz, médico infectologista em entrevista para o Jornal da Band.....	130
Figura 110 - Imagem da repórter Carolina Vilela ao vivo de Brasília trazendo informações sobre a CPI da covid, em curso na época.....	131
Figuras 111 e 112 - Imagens das apresentadoras e da repórter que trazem a notícia das 700 mil mortes por covid-19.....	132
Figura 113 - Imagem da jornalista e apresentadora Gabriela Di França chamando a notícia das 500 mil mortes por covid no RedeTV News.....	134
Figura 114 - Imagem do então presidente Jair Bolsonaro em uma formatura de aspirantes à marinha no Rio de Janeiro.....	134
Figura 115 - Imagem dos números da pandemia apresentados em arte no RedeTV News.....	135
Figuras 116, 117, 118 e 119 - Imagens da nota coberta sobre as 700 mil mortes por covid apresentadas pelo RedeTV News.....	136

SUMÁRIO

Resumo.....	8
Introdução.....	16
Telejornalismo em tempos de redes.....	21
Histórico da Radiodifusão Brasileira.....	23
Democratização e regulação da da mídia no Brasil e na América Latina: um breve passeio.....	30
Argentina.....	31
Uruguai.....	32
Equador.....	34
A Comunicação como Campo Teórico na contemporaneidade e seus diálogos com a Democratização da comunicação.....	36
Mídia e Telejornalismo na Democratização da Comunicação.....	39
JORNALISMO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.....	42
O Padrão Catch All.....	43
Padrões mercadológicos e a influência no jornalismo.....	45
A possível decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial.....	46
Metodologia e aplicação.....	49
A Edição das 100 mil mortes no Jornal Nacional em 8 de Agosto de 2020.....	50
Jornal Nacional (TV Globo) - 500 mil mortes.....	62
Jornal Nacional - 700 mil mortes.....	69
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do Jornal Nacional na cobertura das mortes por covid.....	70
Jornal da Manhã (Jovem Pan) - 100 Mil mortes- ou “a boa notícia é..”.....	70
Jornal da Manhã (Jovem Pan) - 500 Mil mortes e o balanço positivo de 900 dias.....	74
Jornal da Manhã (Jovem Pan) - 700 Mil mortes.....	82
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do Jornal Nacional na cobertura das 100 mil mortes por covid.....	83
JORNAL DA RECORD - 100 Mil mortes.....	83
JORNAL DA RECORD - 500 Mil mortes.....	87
JORNAL DA RECORD - 700 Mil mortes.....	90
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do Jornal da Record na cobertura da pandemia.....	90
JORNAL DA CULTURA - 100 Mil mortes.....	91
JORNAL DA CULTURA - 500 Mil mortes e o óbito da empatia.....	98
JORNAL DA CULTURA - 700 Mil mortes.....	105
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do Jornal da Cultura na cobertura das mortes por covid.....	105

REPÓRTER BRASIL (TV BRASIL) - 100 Mil mortes.....	106
REPÓRTER BRASIL (TV BRASIL) - 500 Mil mortes.....	106
REPÓRTER BRASIL (TV BRASIL) - 700 Mil mortes.....	106
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do Repórter Brasil na cobertura das mortes por covid.....	109
SBT BRASIL - 100 Mil mortes e a genérica “desunião” das esferas.....	110
SBT BRASIL - 500 Mil mortes.....	115
SBT BRASIL - 700 Mil mortes.....	119
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do SBT Brasil na cobertura das mortes por covid.....	119
JORNAL DA BAND - entre os arautos das 100 Mil mortes e as palmas para os recuperados.....	119
JORNAL DA BAND - 500 Mil mortes e o discurso de esperança entre os apesares.....	125
JORNAL DA BAND - 700 Mil mortes.....	130
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do Jornal da Band na cobertura das mortes por covid.....	132
REDE TV NEWS - 100 Mil mortes e o silêncio.....	132
REDE TV NEWS - 500 Mil mortes e uma festa de formatura.....	132
REDE TV NEWS - 700 mil mortes.....	135
Presença ou ausência do padrão catch-all - A partidarização (ou não) do RedeTV News na cobertura das mortes por covid.....	137
Considerações finais.....	137
Referências.....	137

Introdução

A Covid-19 chegou ao Brasil em fevereiro de 2020. Entretanto, foi em 31 de dezembro, do ano anterior, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu o alerta sobre a incidência de diversos casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Revelou-se, então, em escala global, que os respectivos casos da doença eram decorrentes de um novo tipo de Coronavírus, antes não identificado em seres humanos. O vírus, chamado pelas autoridades de SARS-CoV-2, causa a doença COVID-19. Ao observar o comportamento do vírus, percebeu-se que o isolamento social era fundamental e urgente para conter o avanço do contágio. A partir disso, o mundo se viu obrigado a adotar medidas visando a conter a disseminação da Covid-19. Para isso, foram necessárias providências como o fechamento do comércio e restaurantes. Parte significativa das empresas passaram a adotar o home office, Segundo uma pesquisa realizada pela consultoria de recursos humanos Robert Half em abril de 2021, apontou que 76% das empresas brasileiras adotaram o trabalho remoto devido à pandemia. Os alunos que frequentavam a educação presencial, da pré-escola à faculdade, passaram a se adaptar ao ensino remoto, ainda que de formas distintas no território nacional, uma vez que o nível de isolamento também teve certa parcela de dependência de governos de estados e municípios e do nível de alinhamento ou dissociação em relação ao negacionismo do presidente quanto aos perigos do contágio e da própria doença . Depois de um ano e meio de pandemia, em um sábado, dia 8 de agosto de 2021, o Brasil alcançou o número de 100 mil mortos pela pandemia de COVID 19, uma notícia trágica, que marcou o país.

A condução da pandemia por parte do governo brasileiro foi objeto de muitas críticas e controvérsias. Desde o início da pandemia, em 2020, o Brasil foi um dos países mais afetados pelo vírus SARS-CoV-2, com milhões de casos e centenas de milhares de mortes. Uma das principais críticas ao governo brasileiro foi a sua resposta tardia à pandemia. Em março de 2020, quando a pandemia começou a se espalhar pelo país, o presidente Jair Bolsonaro minimizou a gravidade da situação e criticou as medidas de distanciamento social adotadas por estados e municípios. O governo federal também demorou a adquirir equipamentos de proteção individual e insumos médicos necessários para o enfrentamento da pandemia.

Uma reportagem publicada pelo El País, em 15 de abril de 2021, intitulada: *Inação e desinformação do Governo Bolsonaro agravam a pandemia no Brasil* aponta para um estudo publicado pela revista *Science* e pela ONG Médicos Sem Fronteiras. A produção mostrava que a gestão do governo brasileiro causou mortes evitáveis e agravou a epidemia no país.

A resposta [do Governo] federal [ao vírus] tem sido uma combinação perigosa de inação e negligências, incluindo a promoção da cloroquina como tratamento apesar da falta de evidências científicas”, conforme descreveu nesta quarta-feira na *Science* a equipe liderada da pesquisadora brasileira Marcia Castro, da Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard. A equipe afirma que “nenhuma narrativa sozinha explica a propagação do vírus” no Brasil, mas cita expressamente a influência da politização no grau de adesão às recomendações básicas. (EL PAÍS, 2021.)

Outra crítica dizia respeito à falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo. O governo federal adotou uma postura contrária à adoção de medidas de isolamento social, enquanto estados e municípios adotaram medidas mais restritivas para tentar conter a disseminação do vírus. A falta de uma política coordenada entre os diferentes níveis de governo gerou conflitos políticos e jurídicos, e dificultou o controle da pandemia. Uma reportagem do Nexo Jornal, publicada em 19 de março de 2021, e atualizada em dezembro do mesmo ano, dizia que O presidente Jair Bolsonaro havia entrado com uma ação no Supremo Tribunal Federal para derrubar decretos de restrição à circulação baixados pelos governos do Distrito Federal, da Bahia e do Rio Grande do Sul. As medidas, que limitavam as atividades não essenciais e que implementavam toques de recolher, foram adotadas pelas autoridades estaduais entre a segunda metade de fevereiro e as primeiras semanas de março de 2021 pelos governadores, e visavam conter o avanço da pandemia do novo coronavírus, que passa por seu pior momento no Brasil, um ano após o início da crise. (NEXO JORNAL, 2021)

Além disso, a gestão da pandemia pelo governo brasileiro foi marcada por inconsistências e controvérsias. Por exemplo, o Ministério da Saúde mudou várias vezes suas recomendações em relação ao uso de medicamentos como a cloroquina e a hidroxicloroquina, que não têm comprovação científica para o tratamento da COVID-19. O presidente Jair Bolsonaro também questionou a eficácia das vacinas contra a COVID-19 e promoveu aglomerações públicas sem o uso de máscaras, contrariando as recomendações das autoridades de saúde. Um levantamento feito pelo jornal O Globo, em 5 de Junho de 2021, momento em que a cobertura vacinal não atingia a maioria da população, no mesmo mês em

que o Brasil alcançaria o marco de 500 mil mortes pela doença, mostrava que o então presidente participou de pelo menos 84 aglomerações desde o início da pandemia de Covid-19 até aquela data.

O presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), participou de pelo menos 84 aglomerações desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da Covid-19 em 11 de março do ano passado. Em média, o chefe do Executivo brasileiro esteve presente em uma concentração de pessoas a cada 5,3 dias, algumas delas registradas na mesma data. Nas aglomerações contabilizadas durante 70 viagens e atos em Brasília, Bolsonaro usou máscara em apenas três ocasiões. (O GLOBO, 2021)

Outra reportagem, publicada pelo portal Uol em 18 de setembro de 2020, com o título: *“Bolsonaro diz que 'fique em casa' é para os 'fracos': 'Conversinha mole'”* dizia que o então presidente Jair Bolsonaro criticou o isolamento social como "conversinha mole" e chamou a campanha "fique em casa" de "para os fracos" durante um evento em Sorriso, Mato Grosso.

Desde o início da pandemia, Bolsonaro tem adotado uma postura crítica em relação às medidas restritivas para conter a pandemia do novo coronavírus. O presidente sempre argumentou que a rigidez da quarentena era prejudicial à economia do país e, por esse motivo, acumulou divergências com governadores e prefeitos. Nesta semana, na posse do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, Bolsonaro falou sobre o tema, defendeu o uso da cloroquina no tratamento de infectados apesar da ausência de respaldo científico e criticou os ex-titulares da pasta por terem se recusado a ecoar seu discurso. (Uol, 2020)

Outro fator que contribuiu para a instabilidade na condução da pandemia foi a alta rotatividade de ministros da Saúde. Desde o início da pandemia, o Brasil teve quatro ministros da Saúde. O primeiro, Luiz Henrique Mandetta, foi demitido em abril de 2020 após desentendimentos com o presidente Jair Bolsonaro sobre a necessidade de medidas de isolamento social, ele permaneceu no governo no período de 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020. Seu sucessor, Nelson Teich, ficou apenas um mês no cargo, também após divergências com o presidente sobre a adoção de medidas de combate à pandemia. Seu período como ministro foi entre os dias 16 de abril de 2020 a 15 de maio de 2020. O terceiro ministro, Eduardo Pazuello, que não tinha experiência na área da saúde, permaneceu no cargo por mais de oito meses, entre 15 de maio de 2020 a 15 de março de 2021, mas também enfrentou críticas pela falta de planejamento e coordenação na gestão da pandemia. Por fim, o quarto ministro, Marcelo Queiroga, assumiu o cargo em março de 2021, em meio ao agravamento da pandemia no país, e seguiu como ministro até fim do governo Bolsonaro, em 31 de Dezembro de 2022.

Por esses motivos, a condução da pandemia pelo governo brasileiro foi alvo de críticas de organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), além de especialistas em saúde pública e por parte da população brasileira.

Mapear a escalada das mortes é fundamental não apenas para documentar negligências e rotas de colisão incontornáveis, contabilizar as perdas, mas também servir de registro sobre o que não fazer no futuro na condução de uma pandemia.

Esse mapeamento só foi possível graças ao Consórcio de Veículos de Imprensa, que reuniu diversas empresas de mídia para acompanhar e divulgar diariamente os dados da pandemia no Brasil. A iniciativa surgiu em junho de 2020, diante das divergências entre o governo federal e os estados e municípios em relação à forma de contabilizar os casos e mortes por COVID-19. O objetivo do consórcio era oferecer uma fonte de informação confiável e transparente sobre a pandemia no país, e os veículos de comunicação que faziam parte dele se comprometeram a seguir uma metodologia padronizada para contabilizar os casos e mortes por COVID-19. Desde a sua criação em meados de 2020 até o seu encerramento, em janeiro de 2023, o Consórcio de Veículos de Imprensa foi reconhecido como uma fonte confiável de informação sobre a pandemia no Brasil.

Diante disso e considerando o papel de destaque que a TV aberta possui no Brasil contemporâneo, levamos em consideração os conceitos de TV porosa de Vera França, de televisão como laço social de Dominique Wolton, e da televisão com espaço de experimentação do audiovisual, de Arlindo Machado, que referem-se, a primeira à ideia de que a televisão pode servir como um meio através do qual as pessoas constroem e mantêm relações sociais. França também argumenta que a televisão não é apenas um dispositivo unidirecional de transmissão de informações, mas também um espaço onde as pessoas podem se conectar, compartilhar experiências e construir identidades coletivas. Já Wolton descreve o "laço social" como a conexão e interação entre os membros de uma sociedade. Na mídia, ele defende que o laço social é fortalecido quando os indivíduos se reconhecem e se identificam com as mensagens transmitidas, criando assim um senso de pertencimento e coesão social. Ele também enfatiza a importância da comunicação para a coesão e estabilidade social. Já Machado propõe que a televisão seja vista como um espaço onde são exploradas novas formas de expressão audiovisual, indo além dos formatos tradicionais. Ele argumenta que a TV tem o potencial de ser um ambiente para experimentação artística e cultural, permitindo a criação de conteúdos inovadores que desafiam as convenções estabelecidas. Isso envolve a utilização de técnicas e linguagens não convencionais para contar histórias e negociar mensagens, abrindo espaço para a diversidade e a criatividade no meio televisivo.

O objetivo principal do presente trabalho é desenvolver uma análise de como os principais canais da TV aberta brasileira noticiaram “números redondos” referentes aos óbitos. Mapeamos, portanto, o marco das 100 mil mortes geradas pela epidemia de Coronavírus no Brasil, no dia 8 de agosto de 2020; o marco de 500 mil mortes, no dia 19 de junho de 2021 e o marco das 700 mil mortes, no dia 29 de março de 2023. Para delimitar os telejornais a serem analisados, utilizamos os números do IBOPE para selecionar as 7 principais emissoras de TV aberta no Brasil, em termos de audiência. Chegamos a esse recorte ao colocar como objetivo analisar canais públicos, educativos e comerciais. Como os líderes de audiência são todos canais comerciais, chegamos até o número 7 para que os canais públicos e educativos também fizessem parte da pesquisa. Assim, as emissoras que tiveram suas produções selecionadas para a pesquisa são: TV Globo, Record TV, Rede Bandeirantes, Rede Brasileira de Televisão (SBT), Rede TV, TV Brasil e TV Cultura. Os telejornais analisados, serão os principais de cada emissora, são eles: Jornal Nacional, Jornal da Record News, Jornal da Band, SBT Brasil, Rede Tv News, Reporter Brasil e Jornal da Cultura.

Os números do IBOPE têm uma grande importância nas emissoras de televisão brasileiras, fornecendo dados precisos sobre a audiência dos programas. Essas medições influenciam diretamente a precificação de espaços publicitários, as decisões estratégicas das emissoras e a competitividade no mercado televisivo. Com base nos dados do IBOPE, as emissoras ajustam suas programações, formatos de conteúdo e horários, buscando maximizar o alcance e o engajamento do público, além de garantir uma posição competitiva no mercado. Também ressaltamos que essa medição é relativa, pois leva em consideração o número de aparelhos sintonizados nos canais no momento da medição, mas deixa de lado as repercussões e consumo online destes conteúdos. Mas ainda sim, para o presente trabalho, representam uma medição quantitativa para a seleção de emissoras a serem analisadas.

Para conseguirmos uma amostra ainda mais fiel em relação à cobertura da pandemia no Brasil, resolvemos inserir também o Jornal Jovem Pan, da emissora de mesmo nome. Que, embora tenha sua distribuição principal a partir de TVs por assinatura, também está presente nos sinais de parabólica e no youtube de forma gratuita, com pontos no IBOPE cada vez mais significativos, chegando inclusive a desbancar as concorrentes na reestreia do programa *Pânico*, no dia 2 de março de 2023. Em ascensão¹, o noticiário pode ser

¹ Durante o período de janeiro a novembro de 2023, a emissora registrou uma média de 0,13 ponto, enquanto sua concorrente obteve 0,10, representando um aumento de 26% na preferência dos telespectadores. Em números absolutos, a Jovem Pan News atraiu mais de 12 milhões de telespectadores, com uma média diária de 510 mil pessoas acompanhando sua programação. Além disso, houve um aumento de 3% no tempo médio que os telespectadores dedicam à emissora, totalizando uma média de 55 minutos por sessão. Fonte: Kantar/Ibope “PAY TV” – PNT (Painel Nacional de Televisão)

considerado um dos grandes bastiões audiovisuais da extrema direita brasileira, com comprovada atuação em favor do ex-presidente Bolsonaro. A emissora chegou a ser criticada por dar espaço a opiniões controversas sobre a pandemia, como o uso de medicamentos sem comprovação científica e a minimização dos efeitos da doença, sem apresentar argumentos contrários, ou tomando essas informações como valor informativo, e não opinativo, apresentando apenas a opinião de especialistas que iam de encontro às posturas governamentais em relação a pandemia. Além disso, a Jovem Pan recebeu críticas por apoiar manifestações contra as medidas de isolamento social adotadas por governos estaduais e municipais. Na época, o movimento Sleeping Giants Brasil² lançou uma campanha nas redes sociais para pressionar empresas a retirar seus anúncios da emissora de TV Jovem Pan, acusando a emissora de promover desinformação sobre a pandemia. A campanha teve sucesso em algumas empresas, mas foi criticada pela Jovem Pan, que afirmou estar sendo vítima de censura. A campanha refletiu a preocupação crescente com a desinformação e a falta de transparência na cobertura da pandemia por alguns veículos de comunicação no Brasil.

Entendendo a importância que a TV aberta desempenha no Brasil, e, mais especificamente, o papel do telejornalismo em poder atuar como antídoto para um contexto marcado pela circulação frenética da desinformação, nossa proposta visa mapear potenciais e limitações do noticiário, bem como entender como o contexto de polarização política e tendências mercadológicas interferiram ou não na cobertura da pandemia na TV aberta brasileira. Nosso principal objetivo com essa pesquisa é mapear a manutenção ou queda do padrão catch-all no telejornalismo brasileiro.

Telejornalismo em tempos de redes

Situamos a relevância de nossa pesquisa ao considerar que, na contemporaneidade, “o telejornalismo mantém sua importância central no Brasil como forma de acesso a informações sobre o país; suas narrativas sobre fatos e acontecimentos permeiam interações sociais, realizam construções imagéticas hegemônicas, (é) ditam o Brasil” (Coutinho et al,

² O Sleep Giants Brasil é um movimento que busca combater a desinformação e as fake news nas redes sociais, especialmente durante o período eleitoral. Eles atuam monitorando e denunciando conteúdos falsos e prejudiciais, além de promover a conscientização sobre a importância de verificar a veracidade das informações antes de compartilhá-las. O movimento também busca incentivar a participação ativa dos cidadãos na promoção de um ambiente digital mais saudável e confiável. Fonte: Sleep Giants Brasil

2018, p.87). Mesmo em um contexto de expansão do acesso à internet, as emissoras de TV continuam sendo agentes importantes de divulgação e produção de informação e sentidos, não só da forma tradicional, por meio dos aparelhos televisores, mas também através da recirculação desses conteúdos em meios digitais, seja na íntegra, ou em recortes.

Para PEREIRA, a TV continua sendo importante e relevante não apenas na produção e reprodução de conteúdos, principalmente para quem está desconectado da Internet, como também as emissoras se colocam no ambiente web como autoridades e legitimadoras de informações, ocupando certo protagonismo também no ambiente de redes.

Ainda que a Internet já esteja presente em 74,9% dos lares brasileiros segundo dados do IBGE 2017, o que nos leva a um aumento relevante desse percentual de cidadãos conectados à rede, se compararmos com os 69,3% da PNAD Contínua TIC 2016 (IBGE 2016), mas que ainda não alcança milhões de cidadãos brasileiros, que continuam desconectados e vivendo nas zonas de sombra e silêncio, sendo assim os meios de comunicação de massa suas únicas fontes de informação.” (PEREIRA, 2020)

COUTINHO, 2018 também aborda o tema.

Na contemporaneidade o telejornalismo mantém sua importância central no Brasil como forma de acesso a informações sobre o país; suas narrativas sobre fatos e acontecimentos permeiam interações sociais, realizam construções imagéticas hegemônicas, (é)ditam o Brasil (COUTINHO *et al*, 2018, p. 87)

Entendendo a importância que a TV aberta ainda desempenha no Brasil, e mais especificamente, o papel que o telejornalismo ainda exerce na disseminação de informação no país, estudar o telejornalismo continua a ser relevante tanto do ponto de vista do acesso, já que a TV ainda é a principal tela em que a população consome para obter informações, sejam elas de âmbito local a global (COUTINHO *et al*, 2018).

Com base nas informações acima, podemos compreender que os telejornais ainda são um importante meio de informação dos brasileiros e cumprem uma função pública em um país marcado pela desigualdade no acesso aos bens de consumo e também a direitos essenciais como educação, saúde e segurança. O que nos leva a um segundo tema que também se faz importante para a construção do presente trabalho, a Democratização da Comunicação, principalmente no que se refere aos canais de televisão abertos no Brasil. O conceito fala sobre a necessidade de uma regulamentação específica que envolva os veículos de comunicação, fazendo cumprir o artigo quinto da Constituição Brasileira que discorre sobre a comunicação e, entre outros pontos, veta a participação de políticos de forma direta

ou indireta, na propriedade de veículos de mídia, coloca a necessidade da existência e manutenção de canais públicos, privados e estatais de forma equiparada, além de exigir a presença de conteúdos específicos nos veículos de comunicação que detêm concessões públicas, como conteúdos educativos e informativos, para além do entretenimento. Mas que no Brasil, acaba não sendo cumprido, justamente pela falta de uma regulamentação específica para garantir a efetividade do artigo, e pela falta de condições de fiscalização das agências responsáveis.

Histórico da Radiodifusão Brasileira

Os serviços de radiodifusão – sejam públicos ou comerciais – possuem natureza pública e, nesse sentido, devem atender às finalidades de interesse coletivo. Essa premissa se encontra presente em documentos da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), nos quais é indicada a necessidade de medidas regulatórias sobre os sistemas de rádio e televisão. Conforme a publicação “O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros”, “o espectro eletromagnético é um recurso público finito e precisa ser regulado, pelo menos no que se refere à distribuição das frequências” (MENDEL e SALOMON, 2011, p. 5). Logo, segundo o estudo, a regulação da mídia caminha, de forma simultânea, com a garantia, promoção e proteção da liberdade de expressão. Tais garantias, recomendadas pela legislação internacional e seguidas inclusive por várias nações latino-americanas, carecem de aplicação no Brasil, onde persiste a presença de um sistema de radiodifusão comercial concentrado e sem espaço para a participação popular há tempos reivindicada pelo movimento social. (DEMARCHI, 2017). Segundo WESTRUP e MELO, 2014; a história das políticas de comunicação nos países da América Latina têm características semelhantes, sendo a principal o privilégio de grupos empresariais na exploração do serviço, inclusive, com incentivo do Estado, o que gerou um quadro de concentração oligopólica da propriedade de radiodifusão na região.

De um modo geral, conclui-se que as mudanças em curso nas leis de mídia da Argentina, Equador e Uruguai são frutos da conjunção de dois fatores - mobilização social e disposição política dos governo - e, do modo que se constituem, representam uma ruptura no quadro histórico de concentração do setor em nível regional, servindo para inspirar a formulação de outras legislações semelhantes em países vizinhos, incluindo o Brasil. (WESTRUP; MELO, 2014; p. 5).

Os autores apresentam dados que mostram que os quatro maiores conglomerados de mídia latino-americanos - Globo, do Brasil; Televisa, do México; Cisneros, da Venezuela; e Clarín, da Argentina -, juntos, detêm 60% do faturamento total dos mercados e das audiências, assim distribuídos: Clarín controla 31% da circulação dos jornais, 40,5% da receita da TV aberta e 23,2% da TV paga; Globo responde por 16,2% da mídia impressa, 56% da TV aberta e 44% da TV paga; Televisa e TV Azteca formam um duopólio, acumulando 69% e 31,37% da TV aberta, respectivamente. Brasil, México e Argentina reúnem mais da metade dos jornais e das emissoras de rádio e televisão e 75% das salas de cinema da região.(WESTRUP; MELO; 2014).

Segundo Moraes (2011), a concentração dos meios de comunicação em nível da América Latina tem raízes históricas, com a expansão do setor vinculada a interesses privados e transnacionais, favorecidos pela fragilidade dos mecanismos de regulação e controle dos fluxos audiovisuais e de capital que cruzam fronteiras por satélites e redes infoeletrônicas.

Os baixos investimentos dos governos em tecnologias e produção cultural, as políticas públicas inconsistentes ou inexistentes e a inércia regulatória afastaram o Estado do protagonismo nas áreas de informação, entretenimento e telecomunicações. As desregulamentações e privatizações neoliberais durante os anos 1980 e 1990 favoreceram a acumulação de propriedade, meios e tecnologias, permitindo a constituição de verdadeiros latifúndios midiáticos, que exploram simultaneamente as cadeias de produção, distribuição, circulação e consumo de dados, sons e imagens, em busca de dividendos competitivos e lucros acelerados. (MORAES, 2011, p. 52).

Para iniciar as discussões sobre o tema, buscamos fazer um breve histórico das políticas de comunicação, com foco na radiodifusão. Tal histórico foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica no portal Intercom, através da busca pela palavra chave “democratização da comunicação”. Dentre os resultados, escolhemos aqueles que no resumo, indicavam que poderiam contribuir para compreensão das políticas públicas de comunicação no Brasil .

Consideramos importante para a presente discussão, entender o significado prático dos termos concessão pública e espectro eletromagnético, porque entendendo esses significados, podemos também entender como funciona a distribuição das concessões. Uma concessão se estabelece quando o governo empresta a uma empresa, a uma organização, ou a um grupo de pessoas um espectro eletromagnético, ou qualquer outro bem público, que no caso da comunicação pode ser um canal de televisão, ou uma frequência de rádio. Essas concessões existem, para a radiodifusão , porque, diferente dos jornais, revistas e sites, existe

um limite físico para a existência dos canais de rádio e de televisão. Esse limite é determinado pelo número de frequências que existem no ar. Para ter o direito a uma concessão, as emissoras devem vencer um processo de licitação, e cumprir com uma série de regras em relação a sua estrutura e a sua programação, dispostas no capítulo quinto da constituição federal. Mas a fiscalização dessas obrigações, na maioria dos casos, não é efetiva e as emissoras constantemente ferem as próprias leis de regulação, como é o caso de diversos programas policiais, que constantemente ferem os direitos humanos, e até mesmo leis, como a da presunção de inocência, e também dos diversos políticos, que mesmo contra a constituição, são donos ou sócios de emissoras de rádio e canais de TV.

Um caso que gerou grande polêmica envolvendo um programa policial foi a exibição da morte ao vivo de um suspeito de assalto em plena luz do dia, em 2019, durante o programa "Cidade Alerta", da TV Record. As imagens chocantes mostravam o momento em que o suspeito é perseguido por policiais e acaba sendo atingido por disparos, morrendo na frente das câmeras. A exibição das imagens foi criticada por diversas organizações de direitos humanos, que alegaram que a divulgação da morte de um suspeito sem julgamento feria os direitos à privacidade e à presunção de inocência. A emissora chegou a ser multada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos e a Justiça chegou a proibir a exibição de imagens de suspeitos mortos ou feridos em programas policiais.

O atual modelo de concessões, remete ao início do processo de implementação da radiodifusão no país, que já nasce privada, ainda no governo de Getúlio Vargas, quando era competência do poder executivo autorizar e definir para quem seriam dadas as concessões públicas de comunicação. Em 1962, criou-se o Código Brasileiro de Telecomunicações, que tinha como objetivo definir as regras para os serviços de radiodifusão e de telecomunicações no Brasil. É esse código que regulamenta a comunicação no país até hoje.

No período da ditadura militar, o oligopólio midiático brasileiro se consolidou, a partir dos incentivos governamentais.

No caso da mídia no Brasil, sete famílias dominam os meios de comunicação: a família Marinho da Globo, a Abravanel (Sílvio Santos), do SBT, o Edir Macedo da Record, a família Saad da Band, a Frias da Folha de S. Paulo, a Mesquita do Estadão e a Civita da editora Abril (Veja). O maior grupo detentor de audiência televisiva (a TV Globo) nasceu e cresceu no período da ditadura militar brasileira. (ALMEIDA, MARCONDES, GUERRA 2017)

Com o fim da ditadura Militar, a Constituição Federal de 1988 trouxe novas determinações para o campo da radiodifusão. Sobre esse processo, o Presidente da Federação

Nacional dos Jornalistas (FENAJ) Celso Augusto Schröder explica que o debate da comunicação durante o processo de construção da Constituição brasileira foi duro e difícil. Segundo o representante, o grupo de trabalho destinado a construir os artigos referentes à comunicação foi o único a não conseguir entregar seu relatório no período proposto, o que gerou prejuízos para a discussão em questão.

No Brasil, a Constituição de 1988, através dos artigos 220, 221, 222, 223 e 224, incluiu as diretrizes legais sob as quais deveria operar a comunicação social, norteando os princípios de regulação para o setor, tais como: a proibição de monopólios ou oligopólios nos serviços de comunicação social, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, a proibição de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, a complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado e a existência de um Conselho Nacional de Comunicação Social (GARCIA, 2017).

GARCIA (2017) explica que, embora a constituição tenha definido importantes premissas para o campo da comunicação brasileiras, a regulamentação do capítulo quinto nunca aconteceu, mesmo com a sociedade civil pressionando, e inclusive criando, através do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC, um projeto de lei estruturado, com esse objetivo.

Se o contexto da Assembleia Nacional Constituinte representou, em linhas gerais, a inclusão normativa na Carta Constitucional de aspectos como: a criação do Conselho de Comunicação Social (por mais que estabelecesse o órgão apenas como auxiliar do Congresso Nacional e não deliberativo); a proibição do monopólio; e a complementaridade entre os sistemas estatal, privado e público (MOTTER, 1994, p. 299), considerados avanços no sentido da promoção da democratização do setor, desde então os principais artigos da Constituição Federal ainda não foram regulamentados, em especial os artigos 220, 221, 222, 223 (BRASIL, 1988). (GARCIA, 2017).

A autora faz uma análise do histórico das políticas de comunicação brasileiras, mostrando que, desde a Constituição Federal de 1988, pouco se avançou nessas políticas no sentido de democratizar e regulamentar os serviços de telecomunicações e radiodifusão.

Para analisar as alterações das políticas de comunicação nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Garcia toma como referência Venício Artur de Lima (1988), e conclui que elas tomaram alguns traços de fortalecimento do mercado e dos interesses privados de grupos e empresários das comunicações, como no caso da Lei do Cabo (Lei 8.977/1995), que permitiu a participação estrangeira em até 49% do capital das concessionárias; da queda do monopólio estatal das telecomunicações (EC 08/1996); da Lei Mínima (Lei 9.295/1996), que permitiu a entrada de capital estrangeiro nas áreas de telefonia

celular e das telecomunicações via satélite, no limite de 49%, até julho de 1999; e da Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97), que autoriza o Poder Executivo a estabelecer quaisquer limites à participação estrangeira no capital de prestadora de serviços de telecomunicações. (GARCIA, 2017).

Já nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), embora em campanha o Partido dos Trabalhadores tenha incluído a pauta de democratização dos meios de comunicação, quando Lula assumiu o Palácio do Planalto, em 2003, a ênfase na comunicação foi tomada pelo governo de uma forma fragmentada das propostas culturais e de infraestrutura do Estado, sem entrar nas questões mais polêmicas que historicamente marcaram o setor. (GARCIA 2017 apud. LIEDTKE, AGUIAR, 2011).

Entretanto, a criação da Empresa Brasil de comunicação (EBC), formalizada por meio da lei 11.652 de 7 de abril de 2008, parecia um passo em direção à valorização da comunicação pública no Brasil, e a concretização de um potente canal de produção e disseminação de informação, entretenimento e cultura desvinculados de finalidade lucrativa, principalmente por conta do seu conselho curador, que buscava garantir a isonomia da empresa perante o governo. Este, era um órgão consultivo e fiscalizador da empresa, responsável por zelar pela qualidade da programação e pela preservação da identidade e autonomia da EBC.

O Conselho era composto por 22 membros, sendo 11 indicados pelo Presidente da República e 11 eleitos por meio de votação direta dos empregados da EBC. O mandato dos membros era de 3 anos e podia ser renovado por uma única vez.

O Conselho Curador se reunia ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente da EBC, pelo próprio Conselho ou por um terço dos seus membros. Este conselho foi reconstruído agora em 2023, com a volta do governo Lula ao poder.

Mas durante o governo de Michel Temer, por meio da Medida Provisória nº 744, de 2 de setembro de 2016, alterar a lei de criação da EBC, extinguindo seu Conselho Curador e, com isso, encerrando a participação da sociedade civil na gestão da Empresa (GARCIA, 2017). , quando governo de de Michel Temer, por meio da Medida Provisória nº 744, de 2 de setembro de 2016, altera a lei de criação da EBC, extinguindo seu Conselho Curador e, com isso, encerrando a participação da sociedade civil na gestão da Empresa (GARCIA, 2017).

Outro marco do período, ocorrido logo após a criação da EBC, foi a realização, em 2009, já no final do segundo governo Lula, da I Conferência Nacional de Comunicação (I Confecom). Um espaço de participação social na elaboração de princípios, diretrizes e recomendações para contribuir na formulação de políticas nacionais de comunicação.

De acordo com Marcos Dantas, as principais teses aprovadas buscavam aperfeiçoar nosso sistema de comunicações num sentido liberal-democrata. Isso porque estabeleceu princípios que os meios de comunicação eletrônicos precisam cumprir a partir da noção de que executam um serviço público, por mais que através de empresas privadas concessionárias, como é o caso da radiodifusão aberta. Segundo ele, entender esses meios como mecanismos de desenvolvimento cultural, político e econômico – e como objetos de políticas públicas a partir de definições feitas em debates democráticos como o ocorrido na Confecom – seria uma expressão do amadurecimento da democracia brasileira. (GARCIA, 2017 apud. DANTAS, 2010, p. 15).

Mas o evento não gerou desdobramentos práticos. O governo federal não encampou as propostas aprovadas no encontro e, por mais que tenha ensaiado algumas vezes propor ao Congresso Nacional uma nova regulação para o setor de comunicação, a pauta não caminhou nem no âmbito do Executivo e nem do Legislativo. Por outro lado, ele foi um importante mobilizador para o movimento pela regulação da mídia no país. A conferência representou o ingresso das pautas mais gerais para a democratização da comunicação na agenda das políticas públicas nacionais. A campanha para expressar a liberdade e o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática (PLIP) – Lei da Mídia Democrática, nasceu durante o encontro e, em uma plenária nacional realizada pela campanha, em dezembro de 2012, cria-se um Grupo de Trabalho para formular o que viria a ser o Projeto de Lei de Iniciativa Popular – Lei da Mídia Democrática. O texto do projeto foi lançado oficialmente em âmbito nacional no dia 1º de maio de 2013 e tinha como principal objetivo regulamentar os artigos da constituição e garantir uma regulamentação da mídia com o objetivo de democratizá-la.

Quatro anos após a circulação, o apoio popular de que necessitava o Projeto de Lei para ser aceito na câmara (o PLIP precisaria conseguir a adesão de 1% dos eleitores do país, o que significava, no momento de lançamento, 1,3 milhões de assinaturas) permaneceu pouco expressivo para alcançar sua expectativa: “Não se pode ignorar também que uma das causas para a retração do tema da democratização dos meios de comunicação é o bloqueio que a própria mídia comercial impõe ao tema”(GARCIA, 2017).

E é a partir daqui que inserimos os conceitos de Regulamentação da mídia e democratização da comunicação. Apresentamos aqui uma série de críticas aos modelos

comunicacionais que não levavam em conta o estudo da recepção, e mais que isso, que não inseriram em seus estudos as bagagens culturais e intelectuais do público, bem como o seu papel na construção de uma hegemonia. No campo do Jornalismo, estudos que levam em conta o processo de midiaticização da sociedade atual, e que enxergam esse processo como uma expressão cultural inserida no dia a dia social, apontam para modelos de jornalismo cada vez mais inclusivo, interativo e reflexivo.

Nesse contexto, o processo de democratização da mídia se coloca como cada vez mais fundamental, não só para contribuir para os preceitos democráticos de uma sociedade, mas para que a radiodifusão possa se adequar aos novos tempos, a uma sociedade cada vez mais conectada e multi telas, em que a produção de conteúdos deixa de ser uma exclusividade de quem detém os meios, e passa a ser generalizada, através da internet.

Essas vozes populares, que antes se apresentavam no convívio interpessoal, ou através de jornais impressos, rádios comunitárias e piratas, entre outras formas de expressão, precisam também, além de serem representadas, estarem inseridas no contexto da radiodifusão, tendo em vista que esses canais são concessões públicas, e por isso precisam representar a sociedade em sua totalidade. E em um sistema onde apenas veículos comerciais e estatais ocupem as frequências da radiodifusão, essas vozes são excluídas. Adiante, trazemos o modelo comunicacional Barberiano como proposta de respiro para a questão central de nosso trabalho- a democratização da comunicação.

Democratização e regulação da da mídia no Brasil e na América Latina: um breve passeio

Segundo Demarchi (2017), o movimento pela democratização da comunicação no Brasil tem enfrentado, em anos recentes, uma série de desafios para avançar na garantia efetiva da participação social nas políticas comunicacionais. Fortalecido no contexto da 1ª Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), em 2009, o movimento da democratização não conseguiu manter um grau de interlocução junto ao governo federal que fosse capaz de gerar transformações no sistema midiático brasileiro. Pelo contrário, nos últimos anos, além do histórico boicote do sistema comercial de radiodifusão, os governos não se dispuseram a enfrentar o monopólio da mídia, sendo a comunicação pública alvo de medidas negativas para a área.

Os serviços de radiodifusão – sejam públicos ou comerciais – possuem natureza pública e, nesse sentido, devem atender às finalidades de interesse coletivo. Essa premissa se

encontra presente em documentos da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), nos quais é indicada a necessidade de medidas regulatórias sobre os sistemas de rádio e televisão. Conforme a publicação “O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros”, “o espectro eletromagnético é um recurso público finito e precisa ser regulado, pelo menos no que se refere à distribuição das frequências” (MENDEL e SALOMON, 2011, p. 5). Logo, segundo o estudo, a regulação da mídia caminha, de forma simultânea, com a garantia, promoção e proteção da liberdade de expressão. Tais garantias, recomendadas pela legislação internacional e seguidas inclusive por várias nações latino-americanas, carecem de aplicação no Brasil, onde persiste a presença de um sistema de radiodifusão comercial concentrado e sem espaço para a participação popular há tempos reivindicada pelo movimento social. (DEMARCHI, 2017).

A partir dessa realidade apresentada das políticas de radiodifusão no Brasil, e da necessidade anteriormente justificada, de novas políticas públicas para a regulamentação e democratização dos serviços radiofônicos brasileiros, buscamos entender como os países da América Latina, que passaram por esses processos recentemente, implementaram essas políticas em suas legislações. Também é de nosso interesse conhecer o conteúdo dessas políticas, e suas semelhanças e diferenças com as discussões brasileiras.

Argentina

Na Argentina embora a legislação de radiodifusão já se desenvolvesse na década 50, o marco normativo sancionado no governo de Carlos Menem, em 1989 – como evidencia Marino, Mastrini e Becerra (2011) - formatou uma legislação que permitiu a propriedade cruzada dos meios de comunicação e o ingresso do capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Embora as principais transformações na legislação de radiodifusão argentina tenham ocorrido no governo Menem, a manutenção desses regulamentos se manteve até um período recente, fomentando um ambiente propício para a consolidação das grandes empresas de comunicação, como é o caso do Grupo Clarín. Essa realidade foi alterada apenas em 2009, quando aprovada a Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA), que promoveu, como veremos adiante, a ruptura do status quo no ambiente regulatório das políticas de comunicação no país. (WESTRUP; MELO; 2014).

Na Argentina, as mobilizações em torno de uma nova legislação para a mídia ganham novo fôlego a partir de 2007, com envolvimento de diversos segmentos da sociedade civil, articulados na “Coalición por una Radiodifusión Democrática”. A partir de debates sobre a realidade da estrutura de comunicação do país, a Coalición 21 pontos prioritários para a adoção de um novo ambiente para a comunicação no país. Ao mesmo tempo, a Argentina atravessava um contexto de enfrentamento cotidiano entre o governo Cristina Kirchner e o Grupo Clarín, principal empresa de comunicação do país e, declaradamente, opositora do governo. De um modo sintético, a partir desses dois movimentos – mobilização popular em torno dos 21 pontos e enfrentamento do governo Kirchner ao Clarín – foi aprovada por maioria nas duas câmaras legislativas federais, em outubro de 2009, a Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA). (WESTRUP; MELO; 2014; p.11).

Dentre principais avanços da LCSA no que diz respeito à democratização do acesso aos meios de comunicação, estão:

- Estabelecimento de mecanismos que impedem a formação de oligopólios e monopólios, com limitação de 10 licenças para cada empresa, 35% do mercado e limites quanto à cobertura dos mesmos;
- Estabelecimento de regras que impedem a formação de propriedade cruzada dentro do mercado audiovisual;
- Garantia de 33% do espectro para o setor privado não-comercial; – Constituição da Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual;
- Estabelecimento de cotas de 60% de produção nacional, 30% de produção própria e 10% de produção independente em todas as rádios e emissoras de TV do país.

Cabe ressaltar que a LCSA incorporou grande parte dos 21 pontos defendidos pela Coalición, tornando-se a expressão de uma vontade social mais ampla do que a visão exclusiva do governo que a propôs e depois a sancionou. A incorporação das propostas da Coalición foi, inclusive, enaltecida em carta à presidenta Cristina Kirchner por entidades que atuam em favor da democratização da comunicação na América Latina, como Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER), Associação para o Progresso das Comunicações (APC), Organização Católica Latino-Americana e Caribenha de Comunicação (OCLACC) e Agência Latino-Americana de Informação (ALAI).(WESTRUP; MELO; 2014).

“A LCSA se constitui como um mecanismo de reestruturação do setor de comunicação na Argentina, sendo um instrumento de regulação, fiscalização, fomento e diversificação das atividades informativas e culturais.” (WESTRUP; MELO; 2014).As mudanças por ela introduzidas têm o pressuposto de que a comunicação é um serviço ligado a um direito humano, e não um negócio mercadológico. Os princípios que impedem a

existência dos monopólios, visam garantir a pluralidade de vozes e a horizontalidade informativa, fixando um marco regulatório abrangente para a comunicação midiática, incluindo convergência digital entre TV a cabo, telefonia e internet e um regime de outorgas em condições equitativas e não discriminatórias.

Uruguai

O marco regulatório que orientava os serviços de radiodifusão no Uruguai datava do ano de 1978, momento em que o país era governado por uma Ditadura Militar, e permitia a concentração das frequências e das licenças. O cenário sobre a construção do ambiente regulatório das comunicações, no país, ao longo das últimas décadas, tem características bem semelhantes ao caso argentino e de outros países latino-americanos, incluindo o Brasil.

A aprovação do Proyecto de Ley Servicios de Comunicación Audiovisual, proposta por iniciativa do governo de José “Pepe” Mujica, em 2013, também se revelou como uma ruptura ao modelo histórico das políticas setoriais no país, principalmente por garantir a diminuição da concentração do setor nas mãos de grupos privado-comerciais e o fortalecimento dos meios públicos e estatais, bem como da comunicação comunitária. (WESTRUP; MELO; 2014).

No Uruguai, a formatação de um novo arcabouço para o ambiente da radiodifusão no país se deu a partir de uma opção política concreta do Presidente José Mujica, com apoio de setores da comunicação comunitária no país. Legislação mais recente dentre os três países, o Proyecto de Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual foi aprovado, em 10 de dezembro de 2013, pela Câmara dos Deputados e tem previsão de votação no primeiro semestre deste ano pelo Senado Federal, com expectativa para aprovação tanto pelo fato do governo ter maioria no Legislativo quanto pelos altos índices de popularidade do Presidente Mujica. (WESTRUP; MELO; 2014; p.13).

Com 183 artigos, o projeto estabelece mais de 100 mudanças em relação ao antigo marco regulatório das comunicações no Uruguai, seja no que diz respeito ao conteúdo, à concentração, ao papel do Estado na prestação do serviço e à participação social na formulação das políticas. Dentre os pontos principais, vale ressaltar:

- Limitação para os grupos econômicos para a concessão ou outorga;
- Criação do Conselho Nacional de Comunicação, com o objetivo de propor, implementar, monitorar e fiscalizar o cumprimento das políticas;
- Transparência no processo de concessão de autorizações e licenças, através de concurso público e controle social;

- Os beneficiários de licenças e outorgas deverão pagar um valor fixo, que será destinado a um fundo para a produção audiovisual de televisão nacional;
- Cotas mínimas de produção audiovisual nacional, sendo 60% de produção ou coprodução nacional na televisão comercial e, dessa porcentagem, ao menos 30% deverão ser realizadas por produtores independentes;
- Proibição do mesmo grupo econômico explorar os serviços audiovisuais e operar no mercado das telecomunicações, com exceção da empresa estatal de telefonia ANTEL;
- Regulação de verbas para o fortalecimento da comunicação comunitária e alternativa. De um modo geral, todos os artigos da “Ley de Medios” do Uruguai traduzem uma concepção diferenciada sobre a comunicação enquanto direito fundamental para a construção da cidadania, além de enfatizar o papel do Estado enquanto regulador dos serviços de radiodifusão, sendo assim uma ruptura concreta com o modelo antigo que versava sobre o rádio e a TV no país.

Equador

No Equador, o curso histórico não é diferente. Criada em 2008, através de uma previsão da nova Constituição Federal, a Comissão de Auditoria de Concessões de Frequência de Rádio e Televisão, em relatório publicado em 2013, identificou que historicamente uma série de concessões de rádio e televisão foram distribuídas no país apenas por interesses político-eleitorais, desrespeitando o caráter público das concessões. Ainda segundo o relatório da Comissão, isso contribuiu de forma significativa para que, antes da aprovação do Proyecto de Ley Orgánica de Comunicación, em 2013, 90% do espectro equatoriano fosse ocupado pelo setor privado-comercial.

O processo no país se deu a partir de mobilizações e articulações da sociedade, mas também de opção política do governo Rafael Correa, que formulou e enviou para a Asamblea Nacional a Ley Orgánica de Comunicación, aprovada por ampla maioria, em junho de 2013.

A lei equatoriana é, em verdade, fruto de um movimento anterior de efetivação de direitos no país, que teve como ápice a elaboração da nova Constituição Federal do Equador em 2008, que dedicou um capítulo ao tema da comunicação. (WESTRUP; MELO; 2014; p. 14).

Pelo que representa em termos de enfrentamento ao oligopólio da mídia no Equador, a Ley Orgánica de Comunicación, em seus 127 artigos, ficou popularmente conhecida como “reforma agrária do ar”, sendo as principais referências da legislação a limitação à concentração dos meios e o fomento à produção de conteúdo nacional. Dentre os principais pontos, destacam-se:

- Estabelecimento da divisão das frequências de rádio e TV em 34% para os meios comunitários, 33% para os meios públicos e 33% para os meios privados;
- Estabelecimento de um limite para uma mesma pessoa (física ou jurídica) de uma só frequência para matriz em AM, uma em FM e uma de televisão, em todo o território;
- Obrigatoriedade de 40% de conteúdo nacional nos meios audiovisuais e 10% de produção nacional independente. Nas rádios, 50% do conteúdo musical veiculado devem ter sido produzidos, compostos ou executados no Equador;
- Criação do Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Comunicação, que tem entre suas funções elaborar o informe vinculante para cessão ou autorização de concessões de frequências;
- Determinação de cotas para a publicidade oficial entre os meios públicos, privados e comunitários, nas zonas rurais e urbanas, independentemente de seu alcance.

A partir dessa análise, percebemos que o processo de construção e aprovação das legislações de comunicação dos três países vizinhos aconteceram a partir da pressão e da participação popular. O que garantiu a essas legislações um caráter também popular, com a presença de conteúdos locais e independentes nos meios de comunicação, contribui para a desmonopolização dos veículos midiáticos, bem como estabelece regras que tais veículos precisam cumprir para manter suas concessões. Também notamos mais um ponto em comum nessas legislações, que vai na contramão do discurso de que regulamentação da mídia e censura são sinônimos. Para isso, destaca-se a defesa da liberdade de expressão, a partir do acesso aos meios de comunicação de forma plural e democrática, com a criação de mecanismos de limitação à concentração da propriedade, tendo o Estado o papel ativo na regulação dos serviços de radiodifusão. Ao mesmo tempo que entender as especificidades de cada país, a partir da participação popular na confecção dos textos regulatórios é essencial para garantir a efetividade destas regulações.

Ressaltamos que as regulações de mídia na Argentina, Equador e Uruguai apresentam algumas diferenças e semelhanças. Na Argentina, a aprovação da Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA) promoveu uma mudança significativa, visando à

democratização do acesso aos meios de comunicação. No Uruguai, o Proyecto de Ley Servicios de Comunicación Audiovisual, aprovado em 2013, representou uma ruptura com o modelo histórico, ao diminuir a concentração do setor e fortalecer os meios públicos e estatais, além da comunicação comunitária. Já no Equador, a Ley Orgánica de Comunicación, aprovada em 2013, também buscou enfrentar o oligopólio da mídia, estabelecendo limites à concentração dos meios e incentivando a produção de conteúdo nacional. Essas regulamentações refletem uma concepção diferenciada sobre a comunicação como um direito fundamental e enfatizam o papel do Estado na regulação dos serviços de radiodifusão. Mas também demonstram, que embora todas visam enfrentar o oligopólio de mídias e garantir uma comunicação mais democrática, as aplicações e os textos regulatórios buscam trazer as especificidades de cada país, o que só é possível com a participação ativa da sociedade civil e dos movimentos sociais ligados à pauta, para que desta forma, as regulações sejam realmente democráticas e reflitam as necessidades de amplos setores da sociedade de cada país.

No Brasil, essa iniciativa ainda caminha a passos lentos. Embora já exista um documento estruturado pela Confecom, como citamos, ainda não vemos no horizonte a possibilidade de aprovação de um projeto de Lei de Meios por parte dos poderes executivo e legislativo.

A Comunicação como Campo Teórico na contemporaneidade e seus diálogos com a Democratização da comunicação

Barbero nos auxilia a entender como o tema da democratização da comunicação se coloca como importante para o fortalecimento da democracia. O autor relativiza a teoria crítica formulada pela Escola de Frankfurt, que apontava a Indústria Cultural como um meio restrito de controle social, manipulação da consciência das massas. Para Barbero, os meios de comunicação de massa e a Indústria Cultural apresentam uma perspectiva e o público a absorve, de formas diferentes, em seus vários segmentos constitutivos, que interpretam a mensagem a partir do seu repertório sociocultural.

O modelo comunicacional barberiano, que priorizamos neste trabalho, estabelece a recepção midiática como um processo de interação em que, entre o emissor e o receptor, há um espaço de natureza representativa ou simbólica preenchido pela mensagem, que é configurada com múltiplas variáveis.

A variedade das mediações diz respeito aos aspectos: estruturais (classe social, experiências, conhecimentos, família etc.) institucionais (escola, igreja, política,

esporte etc.) conjunturais (modo de enxergar a vida, acervo cultural etc.) tecnológicos (televisão, rádio, cinema etc.). (DANTAS 2008, p.10)

Para Barbero, através dessas variáveis, é possível compreender a interação entre produção e recepção ou entre lógicas do sistema produtivo e lógica dos consumos. “Assim, o que é produzido e apresentado pelos meios não tem ligação unicamente com a lógica produtiva ou comercial, mas também se relaciona com os desejos dos receptores, que são trabalhados pelo discurso hegemônico.” (DANTAS, 2008.)

BARBERO nos explica que os estudos fundantes do campo comunicacional nos EUA e na Europa são oriundos de campos como a sociologia, a antropologia e a semiologia, e propõe uma análise do que falta nesses estudos para desenvolver um “olhar” especificamente comunicacional.

Para o autor, os estudos sobre comunicação, no século XX, tenderam para os estudos centrados na mídia e seus aparatos tecnológicos, ligados diretamente à ideologia financeira neoliberal, e para os estudos centrados na linguagem, como se comunicação e linguagem fossem sinônimos absolutos. Nesse momento, o autor busca os conceitos de Marx para explicar sua crítica à redução do termo e dos estudos de Comunicação à ideologia financeira neoliberal, utilizando principalmente o conceito de capital fictício.

Nesta parte, a análise do autor sobre a obra de Marx e sua aplicabilidade contemporânea, em que o capital fictício assume importância maior do que nos séculos anteriores, é fundamental. Dela decorre a indicação de que a comunicação enquanto campo vem sofrendo de um reducionismo à lógica de funcionamento do capitalismo contemporâneo, embora tanto a etimologia do termo “comunicação” quanto o que a mesma representa enquanto atividade social já existente anteriormente ao modo de produção capitalista estariam ligados ao vínculo, ao comum que se estabelece entre os sujeitos de modo a tornar possível a sociabilidade em qualquer grupamento social. (DANTAS 2008, p.05)

Sodré também insere o conceito de Mídiação, que abordaremos em breve, dentro das ideias do interacionismo simbólico, que na sociedade atual, também se faz presente dentro da construção de comunidade, ou vizinhança, como chamavam alguns dos interacionistas.

Segundo o autor, para além da linguagem, a comunicação indica o jogo do comum que preenche os grupos sociais, ou seja, um conjunto de comportamentos, afetos, vínculos

profundos (dentre os quais se inclui a linguagem) ligados a um território (que pode ser físico ou simbólico) e que possibilitam à “comunidade” existir.

Para o autor, citando nomes como Vattimo e Esposito, a “comunidade” não se forma a partir da soma pura e simples de sujeitos plenamente estruturados e estruturantes, mas a partir das exterioridades vazias, dos espaços de ligação ou relação necessários no cotidiano destes agrupamentos sociais; do “cum-munus” (“ser-em-comum”) que vincula mais profundamente do que a simples troca existente no individualismo do consumo capitalista presente nas sociedades midiaticizadas contemporâneas. (DANTAS 2008, p.15)

(Mata, 2017) Aborda o conceito de "lucro afetivo", que soma-se à compreensão da construção de comunidade em uma sociedade midiaticizada. Tal conceito refere-se ao benefício emocional e subjetivo que os participantes de projetos audiovisuais amadores obtêm, em contraste com o lucro financeiro tradicional. O autor destaca que, mesmo sem ganhos materiais, o envolvimento nessas atividades proporciona uma satisfação pessoal profunda, conexões sociais significativas e uma sensação de realização criativa. Essa forma de lucro é muitas vezes mais valorizada do que ganhos monetários pelos amadores que participam desses projetos.

Dando sequência ao conceito de midiaticização, nos apoiamos em Silverstone, que resume a ideia de Sodré sobre o termo a partir do fato de que:

Não   possível, na contemporaneidade escapar   presença e   representa o da m dia. Somos, enquanto sociedade, dependentes dessa média para entretenimento, informa o, conforto, segurança, compreensão do mundo, partilhar e produzir significados.   através dela que partilhamos nossas vidas uns com os outros, e partilhamos também “os valores, atitudes, gostos, as culturas de classes, as etnicidades, etc., reflexões e constitui es da experiência e, como tais, terrenos-chave para a defini o de identidades, para a nossa capacidade de nos situar no mundo moderno.” (SILVERSTONE, 2002, p. 22).

Sodré destaca que a midiaticiza o não nos diz o que   a comunica o na contemporaneidade, mas que ela se coloca como o objeto por excelência de um estudo que esteja no campo da comunica o, principalmente por sustentar a hipótese de uma “muta o sociocultural centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunica o.”(SODRÉ, 2010; p.8). O autor coloca que a midiaticiza o   capaz de se estabelecer, cada vez mais, como traço comum da contemporaneidade, em sua face neoliberal ou globalizada. Esta midiaticiza o cria uma ambiência que o autor j   havia definido como um “bios virtual”, chamando-o mais especificamente de “bios midi  tico”.

Num mundo governado pela comunicação, em que as “práticas socioculturais ditas comunicacionais ou midiáticas vêm se instituindo como um campo de ação social correspondente a uma nova forma de vida” (bios midiático); em que a direção tecnológica do mundo instaura o pensamento comunicacional como o de uma era; não seria a comunicação o lugar de síntese do conhecimento científico das ciências humanas, aonde sob a égide do comunicacional seriam condensados saberes dispersos? Não seria a comunicação, nesse sentido, a ciência do século XXI? (SODRÉ, 2011, p. 245).

O autor também discute os diferentes estudos do campo comunicacional e a relação fundamental que este campo adquiriu com as práticas midiáticas, tendo se desenvolvido (não apenas no Brasil) como um campo em que a formação profissional é, por vezes, mais atraente do que a reflexão teórica.

Segundo o autor, a busca por uma epistemologia consistente, que crie uma distinção própria ao campo da comunicação passa pela questão de encarar o “processo de midiatização como fenômeno social cuja relação dialética com o real-histórico apresenta uma ambiência geradora de processos complexos que definem um comum que se busca compreender.”

A partir dessa base apresentada por Sodré, do que seria esse comum nos estudos do campo da comunicação, buscamos agora entender as bases de um estudo voltado especificamente para o campo do jornalismo, e para isso também nos baseamos em Sodré, em seu texto intitulado *Jornalismo como campo de pesquisa*.

Mídia e Telejornalismo na Democratização da Comunicação

MARQUETTO (2017) e CHAUI (1980) foram as autoras escolhidas para referenciar a importância da mídia nas sociedades democráticas. A primeira discute sobre os limites entre o mercado e a mídia. Já a segunda trata dos conceitos de Ideologia e Hegemonia, que têm a mídia como um importante braço de ação sobre a sociedade.

No artigo “A Comunicação como Mercadoria: uma Discussão sobre o Mercado da Mídia e a Democracia”, MARQUETTO (2017) busca discutir o atual cenário de mercantilização da comunicação, se apoiando nos conceitos de autores como Guareschi (2013); Chauí (1997); Moraes (2006) e Romais (2001). A autora faz uma reflexão sobre a seleção das vozes que serão ouvidas pelas mídias e das informações que serão divulgadas, para então se perguntar se podemos afirmar que vivemos uma democracia, sabendo que grande parte da população não tem a oportunidade de se expressar, nem de ter acesso às

informações de maneira generalizada. Marquette também pretende trazer à tona o conceito de comunicação como um direito social, e não como mercadoria.

As tecnologias de comunicação nunca foram tão aperfeiçoadas, mas o mundo parece-lhe cada vez mais mudo. O número daqueles que têm o direito de escutar e de ver não para de crescer, mas o número daqueles que têm o privilégio de informar, de se exprimir, se reduz vertiginosamente. Segundo o autor, os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de poucos, controlados por um pequeno grupo de poderosos, o que limita os discursos e as vozes que circulam no espaço social. (GALEANO, 2006 apud MARQUETTO, 2017)

Ressaltamos aqui, sobre a citação acima que ela se refere a um momento específico em que o acesso à internet no Brasil ainda era reduzido, se comparado aos número atuais³. O cenário atual já aponta para uma participação maior de usuários com acesso à internet e portanto com maior possibilidade de desconcentração, mas as desigualdades neste acesso, e as políticas de distribuição de conteúdos das plataformas digitais, ainda representam uma barreira para o acesso democrático à produção e consumo de informações.

Em seguida, a autora explora os conceitos de “mídiatização” a partir dos autores Silverstone (2002); Guareschi (2013) e Muniz Sodré (2015). Para Marquette, entende-se por “mídiatização” o processo que tornou a mídia moderna onipresente na vida social.

Não é possível escapar à presença e à representação da mídia, e somos, enquanto sociedade, dependentes dessa mídia para entretenimento, informação, conforto, segurança, compreensão do mundo, partilhar e produzir significados. É através dela que partilhamos nossas vidas uns com os outros, e partilhamos também “os valores, atitudes, gostos, as culturas de classes, as etnicidades, etc., reflexões e constituições da experiência e, como tais, terrenos-chave para a definição de identidades, para a nossa capacidade de nos situar no mundo moderno.” (SILVERSTONE, 2002, apud MARQUETTO, 2017)

A autora também faz uma reflexão em torno do mercado na democracia, utilizando principalmente os conceitos de Marilena Chauí para mostrar que constantemente os interesses do mercado entram em conflito com os interesses democráticos. E conclui ressaltando a importância em tratar a comunicação como um direito social e não como uma ferramenta do mercado.

Partindo da ideia de que a mídia é umas das ferramentas utilizadas para a construção de uma ideologia hegemônica, buscamos referência em Marilena Chauí (1980) que defende que para entender o significado do termo “ideologia” é necessário desfazer a suposição de que esta é um “ideário qualquer” ou apenas um conjunto encadeado de ideias,

³ Em 2023: 84% da população brasileira com 10 anos ou mais se conectou à internet, o que representa 156 milhões de pessoas. Em 2022, este índice era de 81%. Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2023, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)

mas sim entendê-la como um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, com o objetivo de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas. (CHAUÍ, 1980, p.5).

A autora explica todo o conceito de ideologia a partir da ideia de Marx, deixando claro que a análise de Marx tem como objeto privilegiado um pensamento historicamente determinado. “Essa observação é importante por dois motivos. Em primeiro lugar, porque, como veremos, Marx não separa a produção das idéias e as condições sociais e históricas nas quais são produzidas (tal separação, aliás, é o que caracteriza a ideologia).” (CHAUÍ, 1988).

Tendo esclarecido a angulação de Marx ao fazer uma análise baseada nessas condições sociais e históricas, fechamos nosso ângulo para a afirmação dos dois teóricos citados de que a ideologia não tem história. Chauí explica que a afirmação dos teóricos é de grande importância porque a ideologia burguesa se baseia na ideia de progresso para construir a história que quer que seja contada, e com esse culto ao progresso, ela justifica o direito do capitalismo de colonizar os povos tidos como primitivos ou atrasados, para que os mesmos possam se beneficiar de tal progresso.

Para a ideologia burguesa, toda a história é o progresso das nações, dos estados, das ciências, das artes, das técnicas. E que o historiador burguês aceita a imagem progressista que a burguesia tem de si mesma, na medida em que a burguesia considera um progresso seu modo de dominar a Natureza e de dominar os outros homens (CHAUÍ, 1988, p.46).

A autora continua reafirmando que a ideologia não tem história, mas que ela fabrica histórias para legitimar a dominação de classes, ao mesmo tempo que busca, a todo custo, apagar as histórias de resistência dos que se rebelam contra tal dominação.

Assim, por um trabalho que também é ideológico, não temos conhecimento público da história dos escravos, nem a dos servos e nem a dos trabalhadores vencidos, e não só pelo fato delas não serem registradas pelos historiadores, mas também por conta da eliminação de todos os vestígios, como documentos e monumentos dessas histórias. Graças a esse tipo de história, a ideologia burguesa pode manter sua hegemonia, mesmo sobre os vencidos, pois estes interiorizam a suposição de que não são sujeitos da história, mas apenas seus pacientes.” Nesse contexto, nos perguntamos se, nas edições analisadas em nosso recorte, apagamentos e silenciamentos atuam no sentido de endossar posturas ideológicas de

empresas de comunicação, deixando em segundo plano diretrizes básicas de um jornalismo comprometido com a informação e a democracia.

Chauí, assim como Gramsci, entende a mídia como um dos braços do capital para a manutenção da hegemonia, e é exatamente a partir desta observação que ligamos os conceitos de ideologia e hegemonia ao tema da democratização da comunicação. Se os serviços de radiodifusão são bens públicos, eles devem atender não apenas ao estado e ao mercado, mas à sociedade como um todo.

JORNALISMO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Para Sodré, os estudos do jornalismo, assim como os do campo da comunicação em geral, não podem desprezar os processos de midiaticização. Em outras palavras, para o autor, não se pesquisa academicamente o jornalismo sem correlacionar esta prática com a cultura envolvente e suas transformações por efeito das novas tecnologias da comunicação e da informação.”

Nesse modelo, a comunicação era concebida como um instrumento a ser analisado, incluindo a língua, o rádio, o jornal, a revista, a televisão, a Internet e outros meios de comunicação. Entretanto, alguns socio antropólogos, como Jeudy, já haviam detectado um problema nessa abordagem, que consistia em tratar os meios de comunicação como um campo de pesquisa separado da sociedade, deixando de considerar a influência da midiaticização nos fenômenos sociais. (JEUDY, 1997, p. 151).

Em outras palavras, estudam-se de um lado as modalidades institucionais dos fenômenos sociais e, de outro, o funcionamento da mídia, desconhecendo que “o princípio da midiaticização orienta a priori a representação e a interpretação dos fenômenos”. Ora, essa crítica que se faz à Sociologia deve ser feita também aos próprios pesquisadores do campo comunicacional quando, por exemplo, instrumentalizam redutivamente o jornalismo, tentando ver nele apenas uma neutra e técnica correia de transmissão de fatos sociais para um público consumidor. Isso evoca Lênin, que via no jornal uma correia de transmissão do partido para as massas. Mas no tempo de Lênin, ainda não havia a midiaticização. (SODRÉ, 2010, p. 8).

É neste ambiente que se concebe como expressamente necessárias a pesquisa e a experimentação em direção a um jornalismo relacional, interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem social. Há registros de que nos momentos em que se voltou a atenção para propostas específicas, a produção jornalística conseguiu dar uma guinada na direção de algo novo. Dentre elas, é possível destacar o jornalismo

investigativo, o jornalismo gonzo, o new journalism, o civic journalism, a partir dos Estados Unidos, principalmente, mas com reflexos nas coberturas em todo o mundo. Agora, parte-se visivelmente em direção a uma proposta de jornalismo voltado para a produção de um modelo inclusivo, de comunicação interativa e reflexiva. Basta olhar para espaços de página maiores que buscam dar voz ao leitor ou convocações das emissoras de TV e dos telejornais brasileiros para que o público se “manifeste audiovisualmente”, conforme mapeado por Mata (2019) ao analisar o amador no audiovisual.

O Padrão Catch All

Segundo Batista (2019), a ideia de "padrão catch-all" foi apresentada por Kirchheimer em 1969, na área das Ciências Políticas. Essa expressão destaca a aproximação entre partidos burgueses e partidos de massa na briga pelo centro político, que acontecia na Europa Ocidental durante a expansão do consumo de massa e o desaparecimento das antigas barreiras entre classes sociais. Mainwaring (2001) adota o termo "catch-all" para ressaltar a diferença entre partidos com uma identidade ideológica firme e partidos meio frágeis nesse quesito. No universo do jornalismo, a alcunha segue a segunda perspectiva, apontando para a falta de uma identidade ideológica clara nos veículos. Isso se relaciona com a ideia de um alto nível de pluralismo interno, resultado da aplicação do ideal de objetividade nas práticas diárias dos veículos de comunicação, buscando atingir os mais variados perfis de público.

Tal conceito também se assemelha ao de "notícias omnibus" utilizado principalmente por Bourdieu, que refere-se à prática na mídia de agrupar uma variedade de informações em um único programa ou segmento, com o objetivo de atrair e manter a atenção de uma ampla audiência. Essas notícias tendem a abranger uma gama diversificada de tópicos, desde questões políticas e econômicas até entretenimento e cultura, visando capturar a atenção de diferentes grupos demográficos. Essa estratégia de programação reflete a busca por uma audiência ampla e diversificada, muitas vezes em detrimento da profundidade ou análise aprofundada dos assuntos abordados.

Antes de falarmos sobre objetividade no jornalismo, precisamos começar com uma questão: "Toda discussão sobre objetividade remete a um antigo debate na teoria do conhecimento" (MORETZSOHN, 2001). Desde Kant, sabemos que é impossível ter um conhecimento totalmente objetivo do mundo, porque a subjetividade é fundamental na

percepção do objeto e no propósito do conhecimento. Autores como Marx, Hannah Arendt, e Berger e Luckmann concordam que a conexão entre objetividade e subjetividade é crucial na produção do real. (BATISTA, 2019)

No jornalismo, a ideia de objetividade busca mostrar que a subjetividade está presente na apreensão dos fatos, tornando o jornalismo não o discurso da realidade, mas um discurso sobre ela. (BATISTA, 2019) A objetividade, então, é uma construção discursiva usada para lidar com a inevitável subjetividade do jornalista. Ela se torna um compromisso para garantir a veracidade do relato, aliada ao ideal utópico de imparcialidade e à busca por ouvir os dois lados.

Biroli e Miguel (2012) argumentam que a ética no jornalismo é organizada a partir da objetividade, refletindo valores democráticos. O compromisso com os fatos orienta a rotina jornalística, sendo expresso por práticas como ouvir ambos os lados. A objetividade funciona como um ritual estratégico para garantir autonomia ao campo jornalístico e manter a confiança do público.

O modelo americano de jornalismo, com sua imparcialidade, independência partidária e lógica de mercado, influenciou os sistemas de mídia globalmente. No entanto, esse modelo enfrenta uma crise, evidenciada por canais como FOX News e MSNBC nos EUA. No Brasil, a objetividade é um princípio norteador, mas há divergências entre veículos como entre as revistas *Veja* e *Carta Capital*, entre os canais Globo e Record, além de confrontos entre a mídia tradicional e blogueiros progressistas. (BATISTA, 2019)

A análise de Hallin e Mancini (2004) sobre os sistemas de mídia europeus, baseada no padrão *catch-all*, mostra uma convergência para esse modelo. Contudo, recentemente, a polarização política e a expansão da oferta de mídia questionam o triunfo desse modelo liberal nos Estados Unidos.

Em resumo, a objetividade no jornalismo é um desafio constante, buscando equilibrar a subjetividade inerente ao processo. O modelo liberal, uma vez dominante, enfrenta desafios devido às mudanças nos padrões de consumo e à polarização política nos Estados Unidos e no mundo.

Padrões mercadológicos e a influência no jornalismo

O debate sobre objetividade não se limita ao jornalismo, mas é no campo da comunicação que se torna especialmente controverso. Em linhas gerais, a objetividade jornalística visa estabelecer uma relação entre a realidade social e a realidade midiática, buscando aproximar-se da verdade (SPONHOLZ, 2003). Este conceito abrange normas e regras que orientam a observação da realidade, visando criar uma semelhança estrutural entre a realidade social e a representação midiática. (BATISTA, 2019)

A objetividade, então, é uma discussão sobre a capacidade de compreender a realidade, uma questão que se insere na teoria do conhecimento (SPONHOLZ, 2003, p. 111). No contexto do jornalismo, a objetividade desempenha um papel crucial como recurso no ritual de estratégias para estabelecer autoridade e guiar o exercício profissional. Essa busca pela objetividade, no entanto, está interligada a outro conceito: a orientação mercadológica dos sistemas midiáticos, que frequentemente os direciona para um padrão catch-all, visando maximizar a audiência. Lycarião et al. (2018) apontam que, em mercados politicamente polarizados e fragmentados, a orientação catch-all torna-se economicamente desvantajosa devido aos custos de produção mais baixos e à massificação da Internet. Isso resulta na promoção de um ambiente de mídia mais ativo e advocatício.(BATISTA, 2019)

Pesquisas baseadas em hábitos de consumo nos Estados Unidos, conforme apresentado por Lycarião et al. (2018), revelam que a polarização política leva o público a escolher produtos midiáticos com base em seus espectros políticos e ideológicos, provocando uma crise de objetividade na imprensa tradicional.

Ao explorar a implementação do relato objetivo em sistemas comparativos, estudos recentes têm negligenciado os papéis jornalísticos como variáveis independentes. Contudo, nos últimos 10 anos, a pesquisa sobre os papéis profissionais têm se concentrado mais no desempenho efetivo dessas funções do que na concepção tradicional de deveres.(BATISTA, 2019)

O movimento de declínio da ideia de objetividade como norteador do jornalismo pode ser verificado a nível global. De um lado, o heavy viewer ganhou inúmeras ofertas de produtos midiáticos. É ele quem adquiriu um perfil segmentado, quem utiliza mais e está mais disposto a pagar pela mídia noticiosa. Do outro, os veículos e os profissionais buscam alternativas de garantir a sobrevivência no mercado, atendendo esse novo público de forma eficiente, o que implica no abandono do padrão catch-all. (BATISTA, 2019, p. 52)

Lycarião et al. (2018) argumentam que, em mercados politicamente polarizados, como observado no Brasil nos últimos anos, a orientação catch-all tornou-se financeiramente desvantajosa. O mercado passou a estimular um ambiente de mídia noticiosa politicamente mais ativo e advocatício, alinhando-se a uma versão mais partidarizada do fazer jornalístico, para bem ou para mal.

Em comparação com o sistema midiático dos Estados Unidos, Lycarião et al. (2018) inferem que um fenômeno semelhante pode ser observado no contexto brasileiro, considerando as semelhanças no crescimento do paralelismo político, manifestações populares e discussões acaloradas nas redes sociais. No entanto, o caso brasileiro apresenta peculiaridades diante da aplicação do conceito de paralelismo político à experiência nacional, como pretendemos mostrar mais adiante no presente trabalho.

A possível decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial

No estudo conduzido por Lycarião et al. (2018), a hipótese de que o jornalismo brasileiro reflete uma tendência global de perda de centralidade do padrão catch-all, conforme observado em nível mundial é exposta, mas que mais estudos são necessários para confirmar essa hipótese. Esse fenômeno é atribuído a transformações no mercado da informação, impulsionadas por elementos da comunicação política, tais como o aumento da oferta de entretenimento, o consumo personalizado de mídia e a polarização política. Esses fatores têm contribuído para a erosão do centro político e para uma crescente dependência da mídia comercial em relação a demandas por conteúdo noticioso ideologicamente enviesado.

O estudo sustenta que essa mudança tem levado a uma maior viabilidade mercadológica do modelo de jornalismo advocatício, afastando-se do padrão catch-all. Essa transição é notada não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos, que servem como referência para tal padrão.

Para tal, a primeira parte do trabalho discorre sobre os modelos de sistemas de mídia pelo mundo, com base no trabalho seminal *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*, apresentado por Hallin e Mancini em 2004, ainda traçando um paralelo com o campo político. Nessa publicação, os autores anunciaram a consolidação de um processo de convergência ou homogeneização dos sistemas de mídia europeus em direção ao padrão de jornalismo independente norte-americano. De acordo com a hipótese do livro, os sistemas de mídia ao redor do mundo convergiriam para o modelo liberal, prezando pelos princípios básicos que o caracteriza, como: lógica de mercado, autonomia do campo, alta

profissionalização dos jornalistas, baixo paralelismo político e, especialmente, um jornalismo orientado para a informação, que utiliza o recurso de objetividade para legitimar o discurso. Apesar disso, 15 anos depois, tal tendência não se verifica (PEW RESEARCH CENTER, 2017; MITCHELL et al., 2014; INSTITUTO GALLUP, 2015). Pelo contrário: pesquisas indicam forte atuação do jornalismo advocatício ao redor do mundo (MELLADO et al., 2018). Inclusive, a presente pesquisa ratifica tal perspectiva. (Lycarião; Magalhães; Albuquerque, 2018, p.15).

Nos EUA, as tendências de identificação ideológica e de conteúdo enviesado em diversos produtos da mídia noticiosa tornaram-se evidentes. A campanha presidencial americana de 2016, protagonizada por Donald Trump e Hillary Clinton, foi marcada por elevado grau de agressividade da imprensa, associado ao "negative voting". Lycarião et al. (2018)

Essas constatações questionam a validade do argumento de que a orientação mercadológica dos sistemas mediáticos favorece um padrão catch-all e ideologicamente neutro. O estudo argumenta que, em mercados politicamente polarizados e fragmentados, a orientação catch-all torna-se economicamente desvantajosa para muitos veículos, devido aos custos de produção mais baixos proporcionados pela massificação do jornalismo online. Em vez disso, as forças do mercado estimulam um ambiente de mídia noticiosa politicamente mais polarizado e advocatício.

Dessa forma, quando se discute o declínio do padrão catch-all de jornalismo político, não se está tratando do declínio do jornalismo comercial como um todo. Pelo contrário, está-se apontando o conteúdo ideologicamente identificado e engajado como estratégia de sobrevivência em um mercado cada vez mais fragmentado e competitivo, favorecendo mais fortemente as mídias de nicho em detrimento das massivas. Essa tendência, segundo o estudo, é observável não apenas nos EUA, mas também no Brasil, onde os padrões de radicalização política assumiram um nível ainda mais extremo. Lycarião et al. (2018). Neste trabalho pretendemos investigar a manutenção ou não desses padrões na cobertura das mortes pela pandemia de covid-19 no telejornalismo brasileiro.

Seria ingênuo supor que as grandes corporações da mídia estariam simplesmente “observando” essas perdas, sem reagir às transformações em curso. Se assim o fosse, não haveria como explicar o sucesso da própria Fox News e, no contexto Brasileiro, da Jovem Pan, empresa que se mostrou muito próxima ao bolsonarismo em diversos momentos. Essas mudanças, inclusive as percebidas por nós, na análise da cobertura da pandemia, não são

guiadas apenas por padrões ideológicos das empresas de comunicação, mas também por uma demanda de mercado.

Considerado desse ponto de vista, o refluxo da democracia brasileira nos últimos anos, também alimentado por um processo de radicalização política e mediática, parece estar associado à mudança em curso nos padrões hegemônicos da relação da imprensa comercial com as elites políticas. (Lycarião et al, 2018). Nessas circunstâncias, faz-se necessário questionar algumas premissas bastante comuns na literatura da pesquisa sobre jornalismo e comunicação política. Mais especificamente, a correlação entre jornalismo de mercado e objetividade ou neutralidade política parece ter sido evidentemente superestimada.

Longe de ser algo “natural”, essa correlação parece ser o produto de um contexto tecnológico, econômico e político bastante específico, no qual se dirigir ao “centro” do mundo político – o que chamamos aqui de padrão catch-all – parecia algo vantajoso (e viável economicamente). Em circunstâncias distintas, e caracterizadas pelo advento de novos agentes comunicativos, voltarse para nichos políticos específicos pode se tornar uma estratégia de mercado mais apropriada. De um modo mais amplo, o cenário de polarização política exacerbada apresenta alguns elementos que podem ser interpretados como processos transformadores da relação entre mídia e política e, eventualmente, também podem servir como indicadores de instabilidade dos regimes democráticos em diversos países, incluindo alguns usualmente considerados como “democracias consolidadas” (LYCARIÃO; MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2018, p.14)

Lycarião et al. (2018) Reforçam em seus estudos que, por mais que estejam fundamentadas em um amplo conjunto de pesquisas, as análises propostas por eles se colocam na forma de hipóteses e que por isso mesmo, possuíam o objetivo de inspirar, além da reflexão teórica, um constante e amplo esforço de verificação empírica, que é o que nos propomos no presente trabalho, analisar, em um recorte específico, a presença ou não do padrão catch-all no telejornalismo brasileiro.

Metodologia e aplicação

Para a confecção do trabalho, nos ancoramos na metodologia de análise da materialidade audiovisual (COUTINHO,2016;2018) para compreender o impacto da edição audiovisual na construção de sentidos de um telejornal. Também pretendemos entender como cada telejornal se posicionou em relação à responsabilização ou não, do governo pelos

impactos da pandemia, tendo como objeto principal a cobertura do marco de 100 ao de 700 mil mortos.

Para realizar este estudo, optamos pelo referido método, desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa NJA (Núcleo de Jornalismo e Audiovisual), que permite avaliar o objeto com base nos conceitos escolhidos para a realização deste estudo. Esta metodologia permite entender o audiovisual como um todo: imagem+som+enquadramento+edição+tempo de forma que todos esses elementos são considerados na hora de fazer o estudo. A autora Iluska Coutinho (2018, p.192) apresenta o processo de análise

1) identificação do objeto audiovisual (e suas propostas); 2) emolduração e elaboração da ficha de análise; 3) pré-teste do instrumento; 4) pesquisa documental/definição e obtenção da amostra a ser investigada; 5) construção de parâmetros de interpretação dados e, em casos eventuais, de uma material codificação. (COUTINHO, 2018, p.192)

Definimos, então, dois eixos de análise que nortearam a pesquisa: 1) O papel da edição no anúncio das 500 mil mortes: formas e recursos de edição audiovisual e textual para informar o marco; e 2) Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização dos canais de televisão na cobertura da pandemia de covid- 19.

Optamos por analisar os eixos durante a construção da descrição dos objetos audiovisuais, por acreditarmos que dessa forma conseguimos um texto mais fluido e direto em relação às análises. No segundo eixo, dedicamos uma seção específica, ao final da análise dos 3 marcos de cada emissora, para apresentar um resultado geral da presença ou não do padrão *catch-all* na cobertura da pandemia como um todo, somando os resultados obtidos na análise dos três marcos temporais. Por fim, apresentaremos também um quadro com a descrição dos recursos de construção audiovisuais utilizados, um quadro que apresenta a presença ou não do padrão *catch-all* em cada emissora e gráficos que demonstram o tempo dedicado à cobertura dos marcos de mortos pela pandemia em cada emissora.

A Edição das 100 mil mortes no Jornal Nacional em 8 de Agosto de 2020

A edição do Jornal Nacional começa com a notícia de que o Brasil já passou das 100 mil mortes pela pandemia de covid-1. Ainda na cabeça⁴, logo após a vinheta, a apresentadora Renata Vasconcellos é quem anuncia este cenário da pandemia. Em seguida, o apresentador

⁴ Texto que informa ao telespectador, durante o telejornal, qual reportagem será exibida a seguir. Costuma conter também o tema principal da notícia.

William Bonner, repete a informação e acrescenta que foram “mais de 100 mil vidas perdidas no intervalo de 20 semanas” (JORNAL NACIONAL, 2020). Consideramos que utilizar o marcador de tempo “20 semanas”, ao invés de cinco meses, foi feito de forma intencional, para dar um peso maior a este dado. As 20 semanas parecem menos tempo que os cinco meses, quando citadas. Logo em seguida, os âncoras informam que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal decretaram luto oficial, mas que o Palácio do Planalto não adotou a medida. O tom de crítica pela posição do governo fica nítido na construção da frase, que foi dividida entre os dois apresentadores da seguinte maneira: “O Congresso Nacional decreta luto oficial. O Supremo Tribunal Federal decreta luto oficial. O Palácio do Planalto não adota a medida.” (JORNAL NACIONAL, 2020). A cabeça da próxima notícia se inicia com a seguinte construção: “Em um sábado de luto, o Brasil se despede de Dom Pedro Casaldáliga e Chica Xavier”(JORNAL NACIONAL, 2020). A informação frisada “em um sábado de luto” marca a discordância em relação ao posicionamento do Palácio do Planalto. A cabeça do jornal se encerra com essas três informações.

Em seguida, se inicia um editorial de mais de 4 minutos que é aberto com um movimento de câmera que conduz até um telão que exibe o número de vítimas em tempo real, marcando “100.543 vidas perdidas”(fig.1) seguido de uma tela preta, e de um corte para o apresentador (fig.2), que inicia o texto dizendo:

Todo cidadão brasileiro tem direito à saúde. E todos os governantes brasileiros têm a obrigação de proporcionar para os cidadãos esse direito. As ações dos governantes precisam ter como objetivo diminuir o risco de a população ficar doente. E não somos nós que estamos dizendo isso. É a Constituição brasileira que todas as autoridades juraram respeitar. Está registrado no artigo 196. (JORNAL NACIONAL, 2020)

Figuras 1 e 2 - Abertura do Jornal Nacional na cobertura das 100 mil mortes por covid-19.





(Foto: Reprodução Globo Play)

O Jornalista então apresenta o texto do artigo 196 da constituição brasileira, que é exibido através de uma arte (fig.3) .

Figura 3 - Arte com o artigo 196 da Constituição Brasileira exibida pelo Jornal Nacional



(Foto: Reprodução Globo Play)

O editorial tem continuidade com a apresentadora Renata Vasconcelos, informando que

O Brasil está há 12 semanas sem um ministro da saúde titular. São 85 dias desde 15 de maio. Dois médicos de formação deixaram o cargo porque pretendiam seguir a orientação da ciência. E o presidente Bolsonaro não concordou com essa postura. (JORNAL NACIONAL, 2020)

O apresentador segue anunciando que “primeiro o Presidente menosprezou a covid chamando-a de “gripezinha”, depois ao ser questionado sobre o número alto de mortes,

Bolsonaro disse que não era coveiro”. Bonner reforça que o presidente disse duas vezes que não era coveiro e segue dizendo que a resposta do presidente a uma pergunta anterior sobre o número de mortes foi: “e daí?”. Em seguida o apresentador fica em silêncio, recurso que tem grande carga expressiva, sobretudo para a linguagem de TV e do telejornalismo, em que segundos sem áudio parecem horas, até continuar:

Agora o presidente repete que a pandemia é uma chuva e que todos vão se molhar, ou que a morte é o destino de todos nós e que temos de enfrentar a doença, como se fosse uma questão de coragem, como se nada pudesse ter sido feito. (JORNAL NACIONAL, 2020)

A questão da “coragem” é típica do conceito clássico da jornada do herói, descrita por Joseph Campbell (1990). Nesse contexto, o jornalista assume o papel do narrador que guia o público através das etapas da jornada, enquanto o protagonista é frequentemente o sujeito da reportagem ou a própria história em si., neste caso específico, identificamos que o protagonista, seria o ex presidente, que na verdade se aproxima mais do antagonista da história, numa “jornada do vilão”. Além disso, autores como Jill Geisler em "Work Happy: What Great Bosses Know" e Chip Scanlan, que escreve sobre jornalismo literário, também discutem a importância de aplicar elementos narrativos na prática jornalística para envolver os leitores e criar histórias mais impactantes e memoráveis, seja em um tom de elogios, ou de críticas, como neste caso, do Jornal Nacional e do então presidente Jair Bolsonaro.

O texto do editorial segue criticando o desprezo do governo às orientações médicas e conclui que “O resultado disso foi a confusão e perplexidade de muitos cidadãos, que ficaram sem saber em que acreditar, e um isolamento capenga, insuficiente para atingir plenamente o seu objetivo.”(JORNAL NACIONAL, 2020)

O editorial também cita as filas imensas formadas para aguardar um “leito salvador de UTI” e diz que essas filas se formaram porque os leitos não foram comprados a tempo e na quantidade adequada pelos prefeitos, governadores e pelo presidente ou porque a falta de isolamento social deixou de achatar a curva de contaminados e sobrecarregou o sistema de saúde. E continua dizendo que é necessário lembrar a constituição para responder a uma pergunta importantíssima

Nós já mostramos o que diz o artigo 196, é dever das autoridades que governam o país implementar políticas que visem a reduzir o risco de doenças e a pergunta que se impõe é: O presidente cumpriu esse dever? Entre os governadores e prefeitos, quem cumpriu? Quem não cumpriu? Mais cedo ou mais tarde o Brasil vai precisar de respostas para essas perguntas. (JORNAL NACIONAL, 2020)

Os apresentadores finalizam reforçando que essas mortes foram causadas pela covid, que o jornal reconhece a dor de todos os que perderam alguém querido nessa pandemia e que manifesta a sua “solidariedade irrestrita à dor de cada um”.

A construção textual e interpretativa deste editorial também nos remete ao conceito de dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012). Nele, a autora examina como os telejornais constroem narrativas dramáticas para cativar a audiência, envolvendo técnicas de seleção de histórias, organização de informações e uso de recursos visuais e sonoros para criar tensão e interesse. E percebemos elementos desta construção dramática no decorrer do editorial. COUTINHO (2012) destaca que os telejornais não apenas informam, mas também dramatizam os eventos, utilizando técnicas narrativas semelhantes às encontradas no teatro e no cinema, o que pode influenciar a percepção do público sobre os acontecimentos e as pessoas envolvidas, levantando questões sobre viés de seleção, sensacionalismo e manipulação emocional, bem como o papel dos telejornais na formação da opinião pública e na construção da agenda política.

O editorial deixa claro o posicionamento do jornal em relação à responsabilidade do governo pelo alto número de mortes. E esse posicionamento se reforça no decorrer do jornal. Que apresenta, em seguida do editorial, sem uma chamada específica, uma matéria de quase 5 minutos apresentando a história de cinco pessoas de distintas “identidades” que morreram de covid 19: uma enfermeira, um Comandante da Guarda Municipal, uma dona de casa, e uma aposentada. E finaliza apresentando o depoimento de um líder indígena, que perdeu amigos e parentes para a doença em sua aldeia. A matéria apresenta depoimentos de parentes e amigos das vítimas, sem a utilização de fundos musicais, que reforça um tom sóbrio pretendido, e marca a intenção do jornal de nomear e personificar os números que aparecem ao fundo dos apresentadores (fig.4) com a contagem de mortos.

Figura 4 - Imagens de vítimas da covid que compõem o cenário do Jornal Nacional



(Foto: Reprodução Globo Play)

O telejornal segue apresentando um matéria sobre os atos heroicos dos profissionais de saúde com a seguinte cabeça: “Em Mato Grosso do Sul, devolver a saúde para quem precisa de um respirador nesse momento da pandemia é uma tarefa para heróis.”(JORNAL NACIONAL, 2020). Aqui percebemos mais uma vez a presença da jornada do herói (CAMPBELL, 1990), desta vez, com foco real nos heróis, que seriam os profissionais da saúde, e não no vilão, o então presidente Jair Bolsonaro. Essa frase, se analisada no contexto geral da edição, levando em conta as informações trazidas no editorial sobre o dever constitucional dos governantes em garantir a saúde da população, apresenta um posicionamento implícito de que, embora fosse uma obrigação do governo, quem vinha garantindo a saúde eram os profissionais de saúde com seus atos heroicos. Cumpre lembrar aqui o papel destacado do “herói” como personagem inserido na “dramaturgia do telejornalismo”, conceituada por Coutinho (2017) e explicada por nós anteriormente.

O Bloco é finalizado apresentando uma matéria sobre um ato organizado na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, homenageando os 100 mil mortos pela pandemia de covid-19 com cruzeiros pretas e balões vermelhos colocados sobre a areia da praia (fig.5).

Figura 5 - Imagem do ato na praia de Copacabana em memória das vítimas da pandemia.



(Foto: Reprodução Globo Play)

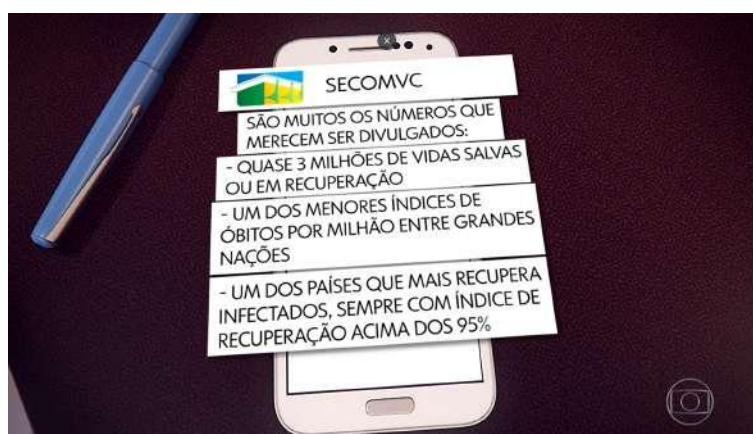
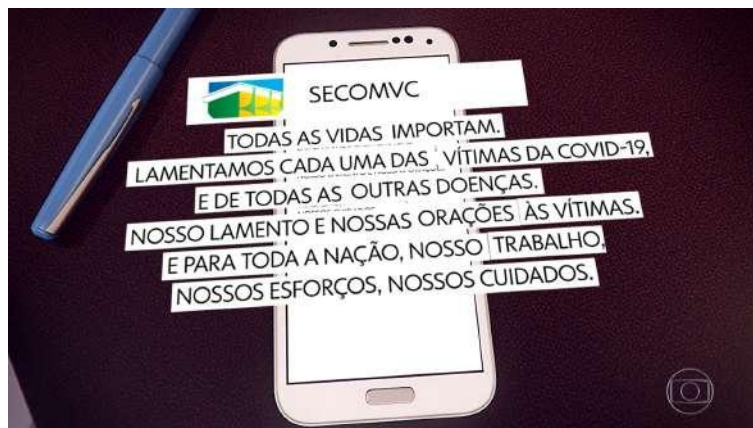
No terceiro bloco do jornal, o apresentador William Bonner apresenta uma reportagem sobre a resposta da secretaria de comunicação do governo às críticas feitas pelo ex-ministro Sérgio Moro (fig.6) sobre a condução da pandemia

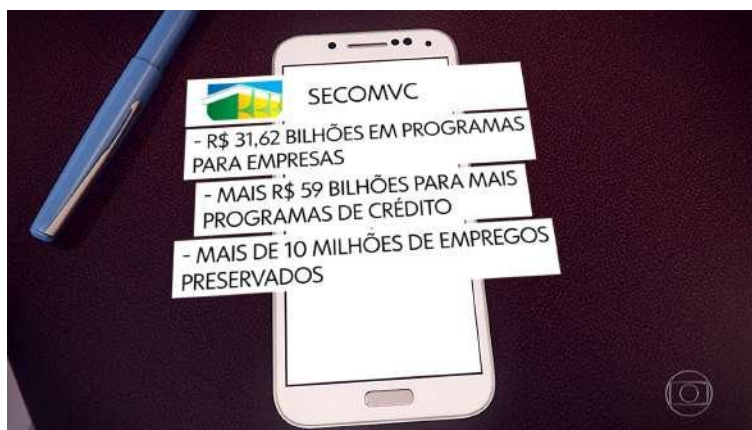
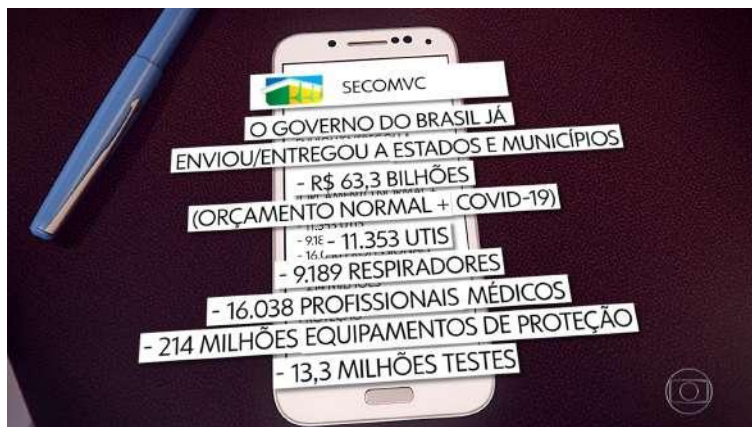
Neste sábado, em que o Brasil passou a contar, oficialmente, mais de 100 mil mortos pela pandemia, o presidente Jair Bolsonaro não se manifestou pessoalmente sobre a tragédia. Ele só repostou parte das mensagens que a secretaria de comunicação do planalto tinha publicado em uma rede social, em resposta a um post do ex-ministro Sérgio Moro. (JORNAL NACIONAL, 2020)

O texto deixa implícito uma crítica a não manifestação do presidente sobre a tragédia, e a matéria corrobora com essa crítica ao demarcar mais de uma vez que a resposta foi publicada pela secretaria de comunicação do planalto (fig.7, 8, 9, 10 e 11) e não pelo presidente.

Figuras 6, 7, 8, 9, 10 e 11 - Posicionamentos do ex-ministro Sérgio Moro e da então Secretaria de comunicação do planalto em resposta ao ex-ministro



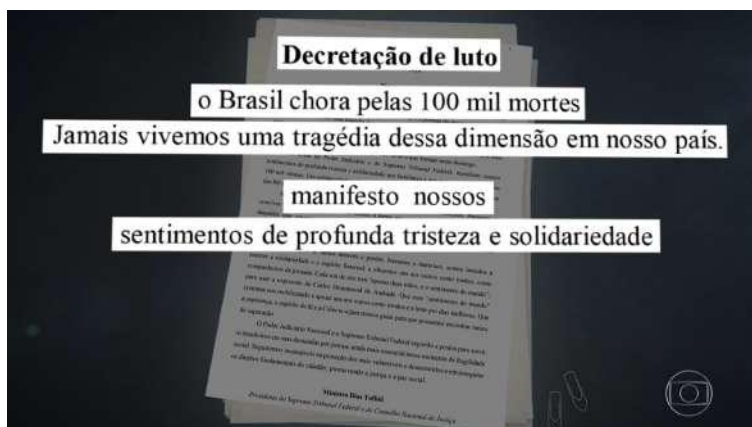


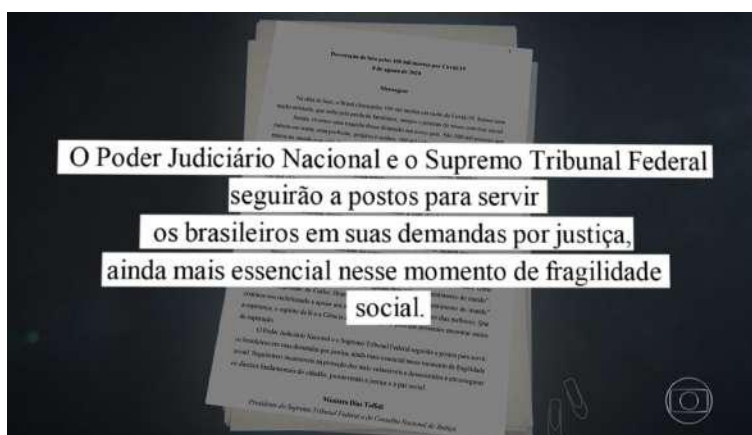
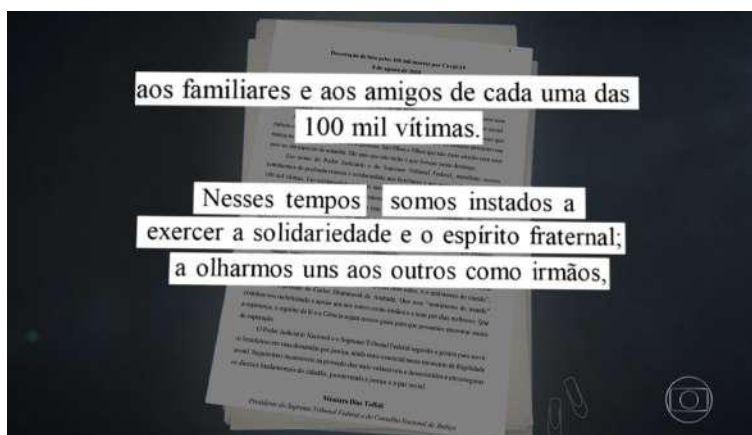


(Foto: Reprodução Globo Play)

A matéria também trouxe declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli (fig.12, 13 e 14), senadores e deputados (fig.15) e dos presidentes das respectivas casas (fig 16, 17 e 18).

Figuras 12, 13, 14 - Declaração em nota do ministro do Supremo, Dias Toffoli apresentada pelo Jornal Nacional.

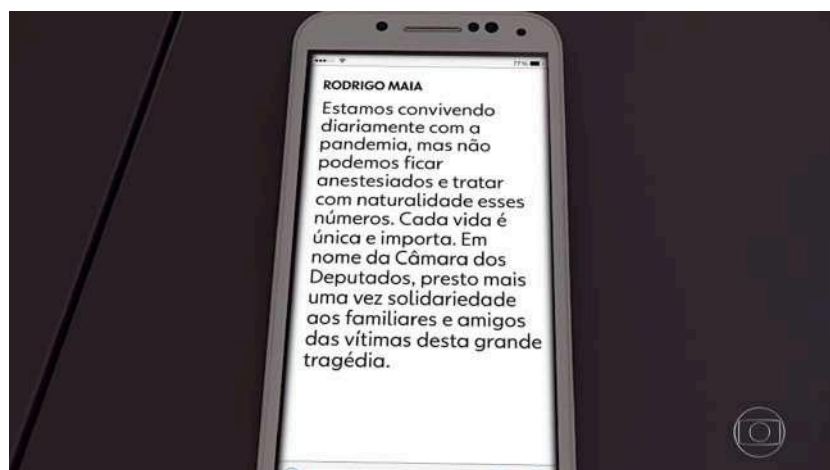
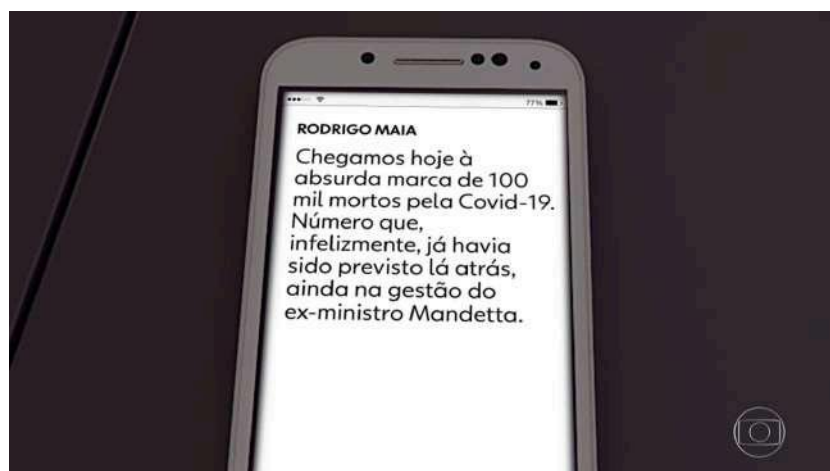
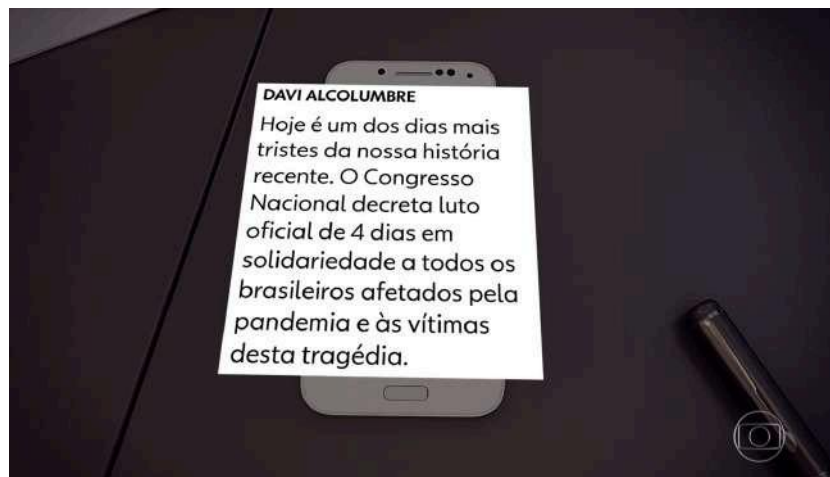




(Foto: Reprodução Globo Play)

Figuras 15, 16, 17 e 18 - Posicionamentos de deputados e senadores, e dos presidentes das respectivas casas.

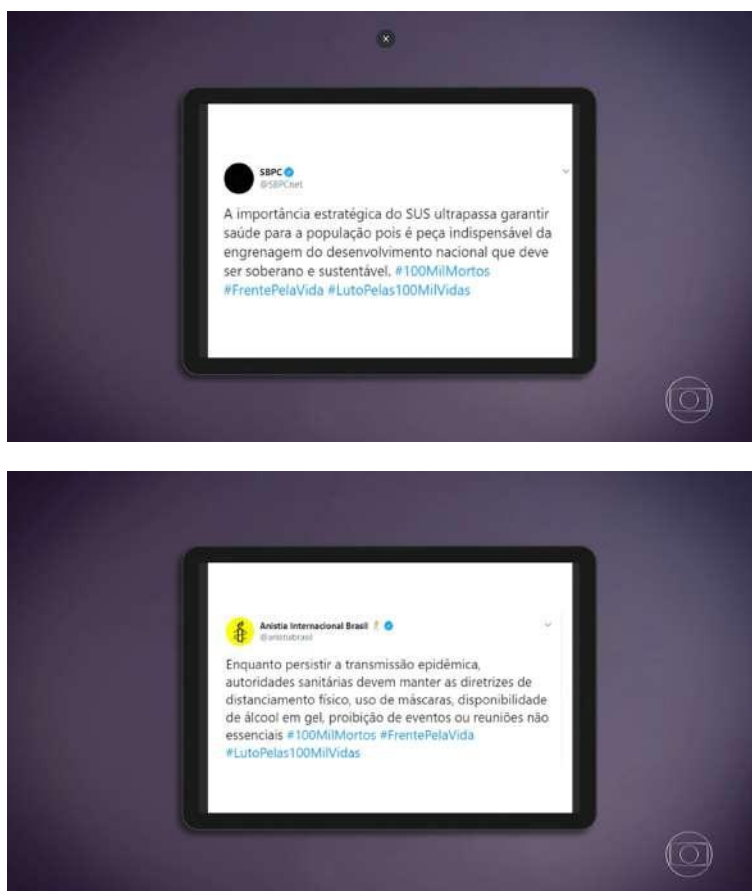




(Foto: Reprodução Globo Play)

Posicionamentos de organizações sociais também foram mostradas (fig.19 e 20.)

Figuras 19 e 20 - Posicionamentos das organizações sociais exibidos pelo Jornal Nacional



(Foto: Reprodução Globo Play)

Ao fim da reportagem, o apresentador volta, em estúdio, dizendo que “O Ministro interino da saúde Eduardo Pazuello, só se manifestou no fim do dia em uma nota divulgada pela assessoria de imprensa” (JORNAL NACIONAL, 2020). A frase deixa nítida uma crítica ao Ministro, ao dizer que ele “só se manifestou no fim do dia em uma nota” e segue com as críticas ao dizer que “Sem citar o número de 100 mil mortes ,Pazuello disse que lamenta profundamente cada vida perdida”. (JORNAL NACIONAL, 2020), o telejornal não exhibe imagens ou artes com a nota, e o enfoque na falta de citação do número de mortos- fio condutor desta dissertação- marca mais uma crítica implícita ao governo e ao ministro. O formato nota é conhecido, no telejornalismo por sua brevidade e geralmente pouco apelo imagético, o que denota, neste caso, a falta de comprometimento e mesmo de empatia do então ministro para com os “números” da pandemia que, para além de marços, tratam de pessoas mortas e de milhares de famílias enlutadas.

Em seguida, o bloco apresenta o levantamento atualizado do número de mortes pela pandemia, mostrando uma série de gráficos (fig. 21 e 22) desses números desde o início da

pandemia, assim como a média móvel. Durante esse trecho, os apresentadores demarcam, mais de uma vez, que esses números foram coletados pelo consórcio dos veículos de imprensa, e não pelo Governo, como deveria ser.

O Jornal é finalizado com uma matéria que aborda o sentimento de solidão na pandemia, sobre a dor da perda, e sobre as implicações filosóficas e psicológicas da morte na vida dos seres humanos, mais especificamente das mortes causadas em larga escala pela pandemia de covid-19.

Figuras 21 e 22 - Exemplos de gráficos utilizados pelo Jornal Nacional para noticiar os números da pandemia



(Foto: Reprodução Globo Play)

Jornal Nacional (TV Globo) - 500 mil mortes

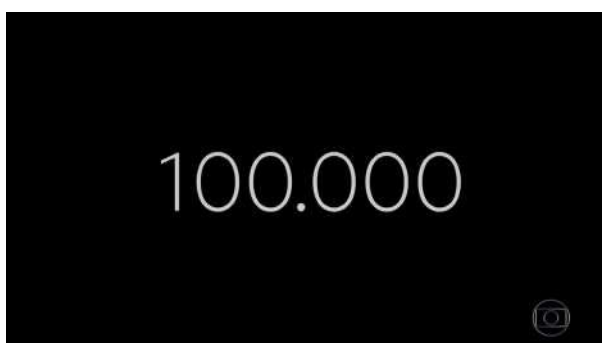
A edição da mesma data do Jornal Nacional, da TV Globo, inicia com um texto lido pelos dois apresentadores, com tom sério e sem a utilização de fundos musicais, que diz que naquela data a pandemia havia “matado meio milhão de brasileiros” - aqui destacamos a intencionalidade ao utilizar o termo meio milhão, ao invés de 500 mil, com um objetivo claro de exaltar o valor deste número através da construção textual - e continua:

Autoridades e políticos lamentam e criticam a demora do governo federal para comprar vacinas, a falta de coordenação nacional no plano de imunização, as apostas em remédios sem nenhuma eficácia comprovada contra a covid, os exemplos negativos do presidente da república no desprezo as medidas sanitárias e o governo divulga uma lista de realizações em 900 dias de mandato. Milhares de manifestantes voltam às ruas em todas as capitais e no Distrito Federal para protestar pedindo o *impeachment* do presidente Jair Bolsonaro, e para defender a ciência, as vacinas e o uso de máscaras. (Jornal Nacional, 2021)

Neste texto, é possível perceber, de forma direta, as críticas feitas ao governo, e mais especificamente, ao então presidente, Jair Bolsonaro. Embora o texto deixe explícito que essas críticas foram feitas por autoridades e políticos, no final da frase a crítica feita pelo telejornal é percebida pela construção que sugere, que mesmo com todas as críticas, e com o marco de 100 mil vidas perdidas pela covid, o governo não se manifestou sobre o fato e ao invés disso, divulgou uma lista de realizações nos 900 dias de mandato. Logo em seguida, os apresentadores seguem com os demais destaques da edição, agora com a presença de um fundo musical.

Na volta da escalada, imagens são apresentadas (fig. 23, 24, 25, 26 e 27), com um fundo musical fúnebre. Se tratam de fotografias em que existem pessoas borradas, indicando que estão mortas, e outras nítidas. Entre uma imagem e outra, números aparecem na tela, o primeiro de 100 mil, e segue sucessivamente até aparecer os dizeres “500 mil Ausências”.

Figuras 23, 24, 25, 26 e 27 - Imagens exibidas na abertura do Jornal Nacional com a contagem cronológica de mortos pela covid





(Foto: Reprodução Globo Play)

A imagem então é substituída pela do apresentador na bancada, que lê um texto sobre o tema.

É muito comum ouvir que os números falam por si. Mas também é verdade que eles não dizem tudo. 500 mil vidas brasileiras perdidas na pandemia, significam milhões de pessoas enlutadas pela ausência de um parente, ou de um amigo. Milhões. Os números da pandemia e da vacinação, as reações das autoridades dos três poderes, de governistas e opositoristas e os atos públicos em todos os estados e no distrito federal. Você vai ver ainda nesta edição do Jornal Nacional. (JORNAL NACIONAL, 2021)

Em seguida, ocorre uma troca de apresentadores, e o Jornal segue com uma notícia da editoria de segurança pública. O bloco então segue apresentando notícias de outras editorias até o primeiro intervalo.

Na volta do segundo bloco, o telejornal apresenta uma matéria sobre as manifestações contrárias ao governo de Jair Bolsonaro (fig. 28), nas principais capitais do país, salientando que as principais pautas dessas manifestações eram mais vacinas, e o *impeachment* de Jair Bolsonaro, então presidente. Na matéria, um texto lido pela repórter diz que os manifestantes responsabilizavam o presidente Jair Bolsonaro pelas 500 mil mortes, o que demonstra mais uma vez um posicionamento do telejornal, que poderia não citar essa responsabilização, já que ela não era a principal pauta das manifestações. O bloco segue então com matérias da editoria de política.

Figuras 28 e 29 - Imagens das manifestações contrárias ao então governo de Jair Bolsonaro exibidas pelo Jornal Nacional.



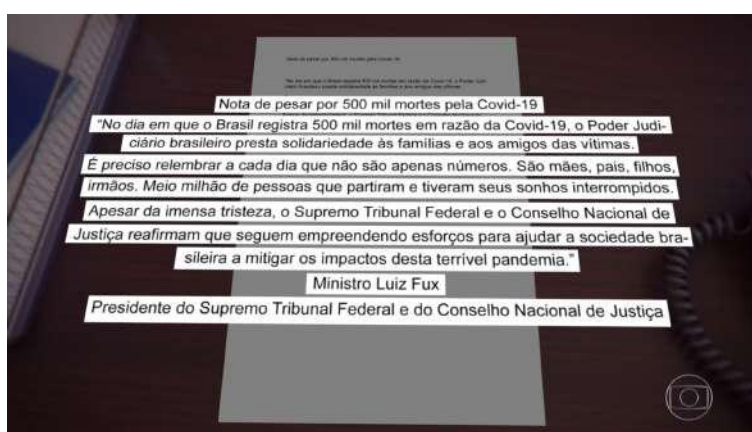
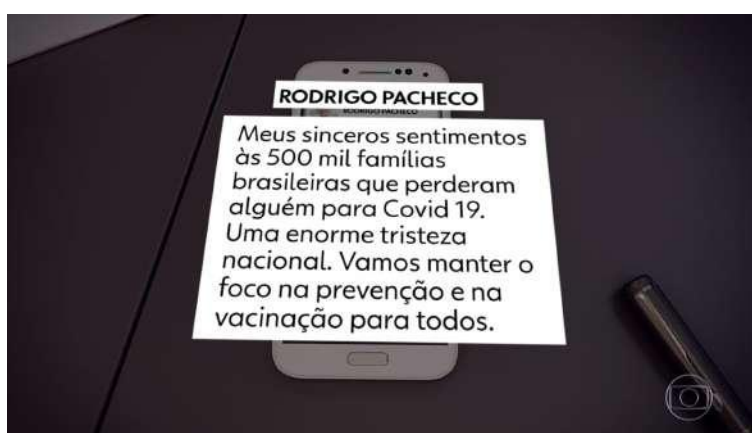
(Foto: Reprodução Globo Play)

O terceiro bloco se inicia com um repórter trazendo os números da pandemia no Brasil, quadro fixo e diário do Jornal durante o período mais crítico da pandemia. Antes dos números de praxe, o repórter divulga um dado do IBGE, que mostra que apenas 49, dos mais de 5 mil municípios brasileiros, têm mais de 500 mil habitantes, o que mostra um esforço do telejornal de dar uma dimensão ainda mais grandiosa, para os números assustadores de mortes pela pandemia, através de um comparação com o número de municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes. O repórter então salienta que o números de vidas perdidas pela pandemia é maior que a população de 99,1% dos municípios brasileiros. O que

demonstra uma tentativa do jornal de dar ainda mais destaque a esse número de mortes. Só então os números são apresentados. A fonte utilizada pelo Jornal para divulgar esses dados é o Consórcio dos veículos de imprensa.

Em seguida, as declarações de autoridades, nas redes sociais, sobre o marco das 500 mil mortes são apresentadas. Para tal, a edição faz o uso de recursos gráficos apresentando as declarações dos presidentes do Supremo e do Congresso (fig. 30 e 31), que lamentaram as mortes.

Figuras 30 e 31 - Declarações dos então presidentes do congresso e senado, na data das 500 mil mortes por covid, exibidas pelo Jornal Nacional



(Foto: Reprodução Globo Play)

Os apresentadores lembram que o presidente não se pronunciou sobre o fato, mas apresentou, em uma nota, o balanço dos 900 dias de governo divulgado pela Casa Civil na mesma data. O documento cita que mais de 110 milhões de doses da vacinas já haviam sido enviadas para todos os estados brasileiros, o que colocava o país em quarto lugar no ranking mundial de países que mais aplicavam as vacinas no período. O repórter da matéria entra então em cena questionando esse dado.

O ranking a que o governo se refere considera o número total de vacinas aplicadas, mas se for considerado o percentual da população já vacinada, o Brasil fica na posição 78 entre todos os países do mundo. O documento do governo não faz referência ao atraso na aquisição das vacinas, uma das principais linhas da investigação da CPI da Covid no Senado. (Jornal Nacional, 2021)

Em seguida, a matéria apresenta declarações dos então ministros do governo, Fábio Faria, das comunicações e Marcelo Queiroga, da saúde, lamentando as mortes causadas pela pandemia e dizendo que o que podia ser feito, estava sendo feito. De volta ao estúdio, o apresentador apresenta (então) as críticas de parlamentares contrários ao governo sobre a condução da pandemia (feita pelo governo). Todas as declarações culpabilizam, de alguma forma, o governo pelas 500 mil mortes. A grande maioria dessas declarações são apresentadas em vídeos, gravados remotamente pelos parlamentares. Apenas três declarações são retiradas das redes sociais, apresentadas com recursos gráficos. O que demonstra, mais uma vez, a intenção do telejornal de culpabilizar o governo pela má gestão da pandemia, já que depoimentos favoráveis à atuação governamental não são apresentados, fato que mostra nitidamente um afastamento do padrão catch-all, já citado no presente trabalho. O Jornal apresenta, então, uma matéria de sete minutos, enaltecendo os profissionais da saúde que trabalhavam pela superação da pandemia.

No final da edição, um texto é apresentado, com o título “editorial” exposto ao fundo. (fig. 32) O apresentador lê a seguinte mensagem:

Em agosto do ano passado, quando o Brasil ultrapassou o registro escandaloso de 100 mil mortes pela covid, o Jornal Nacional se manifestou sobre essa tragédia em um editorial. No princípio o país tinha superado um limite inalcançável, 100 mil mortos, hoje são 500 mil. Meio milhão de vidas brasileiras perdidas. O sentimento é de horror, e de uma solidariedade incondicional às famílias dessas vítimas. São milhões de cidadãos enlutados. Hoje é evidente que foram muitos, e muito graves os erros cometidos e eles estão documentados, por entrevistas, declarações, atitudes, manifestações. A aposta, insistente e teimosa, em remédios sem eficácia, o estímulo frequente a aglomerações, a postura negacionista e inconsequente de não usar máscaras, e o pior, a recusa em assinar contratos para compra de vacinas, há tempo de evitar ainda mais vítimas fatais. (Jornal Nacional, 2021)

Figura 32 - Momento em que os apresentadores aparecem com o texto “editorial” exibido ao fundo.



(Foto: Reprodução Globo Play)

Em seguida há uma troca de apresentadores, e o texto segue:

No editorial que marcou as 100 mil mortes, nós dissemos que era preciso apurar de quem é a culpa, dissemos textualmente, que esse momento chegaria. Desde o início de maio, o senado está investigando responsabilidades. Haverá consequências, e a mais básica será de ter levado ao povo brasileiro o conhecimento sobre como e porquê se chegou até aqui. Quando todos nós olharmos para trás, quando nos perguntarmos o que fizemos para ajudar a evitar essa tragédia, cada um de nós terá a sua resposta. A esmagadora maioria vai poder dizer, com honestidade e com orgulho, que fez de tudo, fez a sua parte e mais um pouco. (Jornal Nacional, 2021)

Mais uma troca de apresentadores acontece, e o editorial segue:

Nós, o jornalismo da Globo, estamos há um ano e meio, com base na ciência, cumprindo o nosso dever de informar, sem meias palavras. Muitas vezes nós pagamos um preço por isso, com incompreensões de grupos, que são minoritários, mas barulhentos. Não importa, nós seguimos em frente, sem concessões. E seguiremos em frente, sem concessões, porque tudo tem vários ângulos, e todos devem ser sempre acolhidos para a discussão. Mas há exceções, quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo. Ou o direito de viver em uma democracia. Em casos assim, não há dois lados. E é esse o norte que o jornalismo da Globo continuará a seguir. (Jornal Nacional, 2021)

Após o editorial, a edição do telejornal se encerra, em silêncio, com o número de mortes, em tempo real, aparecendo ao fundo (fig.33).

Figura 33 - Encerramento do Jornal nacional exibindo o número de mortes causadas pela covid-19



(Foto: Reprodução Globo Play)

Este editorial, não só demonstra uma queda do padrão catch-all, ao responsabilizar o governo pela má gestão e pelas mortes, como também cita e justifica a saída do padrão de objetividade, ao citar que “tudo tem vários ângulos e todos devem ser colhidos para a discussão” mas que quando coisas tão importantes como o direito à saúde estão em jogo, há exceções. Não podemos, com base nessa pesquisa, dizer que este foi o único momento em que a emissora abriu mão do padrão catch-all, mas percebemos que, nesse caso específico, ela fez questão de dizer que fez isso, e que seguiria em frente sem concessões.

Jornal Nacional - 700 mil mortes

Na edição do Jornal Nacional do dia 28 de março de 2023, data em que o Brasil atingiu o marco de 700 mil mortes pela covid-19, a pandemia já estava controlada no país graças à popularização das vacinas, que naquela altura já estava em sua 4^o dose para a maioria dos grupos vacinais, atingindo todas as faixas etárias da população. O presidente já não era mais Jair Bolsonaro, e sim Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência em 2023. O telejornal optou por não apresentar a notícia em questão em sua escalada, sendo apresentada apenas ao final do segundo bloco, quando o apresentador anuncia os números divulgados pelo Ministério da Saúde.

O ministério da saúde anunciou hoje que o Brasil registrou mais de 700 mil mortos pela covid desde o dia 12 de março de 2020. A marca de 600 mil óbitos ocorreu há um ano e cinco meses. A vacinação desacelerou o crescimento desses números. Segundo a Fiocruz, em janeiro deste ano, o número de mortes entre os não vacinados foi três vezes maior do que entre as pessoas com, pelo menos, uma dose de reforço. Até agora foram aplicadas mais de seis milhões de doses da vacina bivalente. (Jornal Nacional, 2023)

Esta é a única menção feita pelo telejornal à pandemia de covid-19 nesta edição. Durante a fala do apresentador, os números citados por ele aparecem em um quadro, em formato de arte gráfica, à sua direita. Levando em conta as demais análises das coberturas dos marcos de 100 e 700 mil mortes, podemos inferir que o telejornal manteve seus posicionamentos de apresentar a importância da vacinação para o controle da pandemia, mas optou por não mencionar o antigo governo e suas eventuais responsabilidades pelo alto número de mortes.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do Jornal Nacional na cobertura das mortes por covid.

A análise das edições do Jornal Nacional que cobriram as 100, 500 e 700 mil mortes causadas pela pandemia nos permitiu perceber que a empresa se posicionou de forma clara e direta sobre a atuação do governo federal em relação à pandemia, e sobre a falta de responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro em relação às suas declarações sobre o tema, exceto na edição das 700 mil mortes, momento em que a pandemia já estava controlada e um novo governo chegou ao planalto, em que o número foi apenas citado. A abordagem da empresa foge do padrão *catch-all*, já citado no presente trabalho, que buscava evitar esse tipo de posicionamento, visando agradar um público mais diverso e portanto atender à uma demanda de mercado, com uma maior audiência. A partir desta análise percebemos que, especificamente nesta cobertura, o telejornal quebra esse padrão comercial de atuação e se posiciona politicamente em relação ao fato citado, chegando inclusive, no editorial das 500 mil mortes, a falar explicitamente que estava abrindo mão de “ouvir os dois lados” pela defesa do direito à saúde. Para além disso, a análise da materialidade audiovisual nos permitiu compreender e analisar quais foram as estratégias de edição utilizadas, para além do texto, pelo telejornal, para entregar a mensagem desejada. A costura realizada entre os editoriais, reportagens e cabeça construíram uma narrativa que chegaria no objetivo final de responsabilizar o governo pelo alto número de mortes, mesmo que nada tivesse sido dito diretamente, mesmo sem a presença do editorial. Outro ponto a ser levado em conta foi a falta de entrevistados, ou de citações, de opiniões favoráveis ao governo, o que demonstra, mais uma vez, a presença de um jornalismo advocatício e uma queda do padrão *catch-all*.

Jornal da Manhã (Jovem Pan) - 100 Mil mortes- ou “a boa notícia é..”

O Jornal da Manhã do dia 08 de agosto de 2020, inicia às 6 horas da manhã e termina às 10 horas, totalizando 4 horas de duração. Na escalada a primeira notícia apresentada é a da, então possibilidade, do Brasil atingir o número de 100 mil mortes por covid naquele dia(fig.34).

Segunda nação mais afetada no mundo, o Brasil deve chegar hoje a 100 mil mortos por covid-19. Faltam 428 óbitos para o país ultrapassar a triste marca. O último sábado com número inferior a 400 mortos foi em 2 de maio. (JORNAL DA MANHÃ, 2020)

Figura 34 - Imagem do Apresentador da Jovem Pan noticiando a possibilidade do País atingir as 100 mil mortes por covid.



(Fonte: Reprodução Youtube Jovem Pan)

Na escalada, nenhuma relação da condução da pandemia pelo governo com o alto número de mortes é citada, apresentando indícios de que o padrão catch-all poderia ser mantido durante o telejornal. A próxima notícia, anunciada na escalada, relacionada com a pandemia fala sobre um grupo de empresas que doou 100 milhões de reais para que o Instituto Bio-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) pudesse produzir vacinas contra a covid.

Depois da escalada, o telejornal apresenta a previsão do tempo para o país, seguida de uma reportagem da editoria de política. Depois do primeiro intervalo, o Jornal da Manhã apresenta uma notícia sobre o número de mortos pela covid-19 no estado do Rio de Janeiro. O apresentador chama o repórter Rodrigo Vianna, correspondente da emissora no estado, que aparece na sacada de um apartamento apresentando os números da covid no Rio de Janeiro (fig.35). Depois de apresentar o número de mortos, o repórter frisa que “a boa notícia é que 156 mil 785 pessoas pegaram coronavírus, mas conseguiram se recuperar.” (JORNAL DA MANHÃ, 2020).

Figura 35 - Imagem do Repórter Rodrigo Viga noticiando o número de mortes no Rio de Janeiro



(Fonte: Reprodução Youtube Jovem Pan)

O repórter também destaca que as curvas do estado, naquela época, apontavam para uma estabilização dos números, que vinham em constante crescente, mas reforça que, segundo os especialistas, não era hora de afrouxar as medidas de prevenção e o isolamento social. Neste trecho podemos afirmar que o padrão catch-all se manteve, já que a forma como o governo conduzia a pandemia não foi citada. A tentativa de apresentar uma “boa notícia” num momento que pessoas morriam sem vacinas e com dificuldades para acessar os serviços de saúde, poderia demonstrar uma tentativa de minimizar as críticas feitas ao governo, mas além de não termos como comprovar essa hipótese, estratégias como essa, de apresentar possíveis posicionamentos de forma velada, sempre fizeram parte do que chamamos de padrão catch-all. Na última frase quando o repórter ressalta que segundo especialistas não era hora de afrouxar as medidas de prevenção e o isolamento social, podemos perceber mais uma vez uma vez do referido padrão de objetividade, primeiro por trazer recomendações de especialistas, mesmo sem citar nenhum especificamente, e segundo, por reforçar essas recomendações mesmo não sendo elas as indicadas pelo então presidente e por parte do governo, que desprezavam publicamente essas medidas.

No terceiro bloco do Jornal, um ao vivo com um correspondente de Londres apresenta os números da pandemia do país, e anuncia uma estabilização do número de mortos da capital inglesa. O repórter chama atenção para as medidas tomadas pelo governo da Inglaterra, para controlar a pandemia no país, principalmente as medidas referentes ao isolamento social.

O telejornal segue nos próximos blocos apresentando matérias e uma entrevista de estúdio da editoria de economia. No sexto bloco, a notícia da possibilidade do Brasil atingir a marca de 100 mil mortes, ainda naquele dia é lembrada. O apresentador então, anuncia um

entrevistado, Dr. Rivaldo Venâncio, então coordenador em vigilância em saúde e laboratórios de referência da FIOCRUZ (fig.36).

Figura 36 - Imagem do entrevistado Rivaldo Venâncio, coordenador da FIOCRUZ



(Fonte: Reprodução Youtube Jovem Pan)

A primeira pergunta direcionada ao entrevistado é quando o Brasil vai conseguir controlar o alto número de mortes. O entrevistado inicia dizendo que o número de mortes e de infectados devem seguir crescendo no país. A apresentadora então faz uma segunda pergunta ao entrevistado, indagando a importância das vacinas para frear o crescimento da pandemia, lembrando um alerta da OMS, de que somente a vacinação não seria suficiente para superar a pandemia. O entrevistado responde dizendo que esse foi um alerta da OMS, para reforçar a importância das demais medidas de prevenção, como o uso de máscaras e o isolamento social, enquanto as vacinas não estiveram amplamente disponíveis, mas que elas seguem sendo a principal esperança de superação da pandemia. A entrevista se encerra com uma pergunta sobre a importância do distanciamento social e suas controvérsias, como a volta às aulas em escolas públicas. O entrevistado reforça a importância do distanciamento, naquele momento, em que as vacinas ainda não estavam disponíveis de forma ampliada, e fala sobre a importância de se pensar em saídas para a educação brasileira, mas que a volta às aulas não era indicada naquele momento, por conta dos riscos da covid-19.

Na construção das perguntas para o entrevistado, pudemos perceber uma possível tentativa de descredibilização das vacinas e do isolamento social, posicionamento que vai de encontro ao do então governo, mas nada que possamos afirmar como sendo uma queda no padrão de objetividade do jornalismo, principalmente porque essas perguntas são baseadas em fatos específicos, como a discussão da volta às aulas presenciais, e o alerta da OMS de que apenas a vacinação não seria suficiente para frear o vírus, pelo menos não naquele

momento em que as vacinas ainda não estavam amplamente popularizadas. As respostas do entrevistado também não corroboram com essa descredibilização, o que nos permite afirmar que o telejornal se manteve no padrão catch-all até este momento.

No penúltimo bloco, o Jornal apresenta uma reportagem sobre um profissional de saúde que não pode acompanhar de perto o nascimento de sua filha, e uma matéria sobre o aumento da violência doméstica durante a pandemia. No último, a primeira notícia, sobre o número de mortos no Rio de Janeiro, se repete, o que também acontece com outras notícias durante as 4 horas do telejornal.

Jornal da Manhã (Jovem Pan) - 500 Mil mortes e o “balanço positivo” de 900 dias

No caso da cobertura da emissora Jovem Pan, optamos por analisar o dia seguinte ao marco das 500 mil mortes, já que na edição do dia 19 de junho de 2021, que entrou no ar às 9 horas da manhã pelo horário de Brasília, os números da pandemia ainda não tinham sido divulgados pelo Ministério da Saúde, fonte utilizada pelo telejornal, diferente de outras emissoras que compunham o consórcio de veículos de imprensa. Tal “atraso” pode ser significativo sintoma da abordagem pretendida, uma vez que se sacrifica aqui o disputado “furo”⁵ de notícia, emblemático para o jornalismo de forma geral.

Na escalada da edição do dia 20 de junho de 2021, a primeira manchete noticiada foi o marco das 500 mil vidas perdidas pela covid-19, atingido no dia anterior, com o seguinte texto: “Brasil passa do meio milhão de mortes por covid-19. Desde o início da pandemia foram 500 mil e 800 vidas perdidas, de acordo com dados do Ministério de Saúde, nas últimas 24 horas, foram registrados 2301 óbitos pela doença” (Jornal da Manhã, 2021). Durante a fala, a imagem de um paciente em um leito de hospital sendo atendido por profissionais da saúde é exibida em tela cheia (fig.37 e 38).

⁵ "furo de reportagem" é uma expressão usada para descrever uma situação em que um veículo de comunicação, como um jornal, uma revista, uma emissora de televisão ou uma plataforma online, publica uma notícia exclusiva e relevante antes de seus concorrentes.

Figura 37 e 38 - Imagens que cobrem a fala do apresentador sobre as 500 mil mortes por covid durante a escada.



(Fonte: Reprodução Youtube Jovem Pan)

Em seguida, há uma troca de câmera e de apresentador, que continua o texto: “O Brasil se tornou, neste sábado, o segundo país do mundo a superar as 500 mil mortes por covid. Estamos atrás apenas dos Estados Unidos, que passou dos 600 mil óbitos pela doença” (Jornal da Manhã, 2021).

A escalada continua com os destaques da edição, que logo em seguida fala sobre os atos que aconteceram no dia contra o governo de Jair Bolsonaro que, segundo o texto lido pelos apresentadores, tinham como principais pautas o *impeachment* do então presidente, mais vacinas contra a covid-19 e a volta do auxílio emergencial, que naquele momento estava suspenso.

A manchete seguinte fala sobre um pedido do Ministério Público para que Bolsonaro fosse multado por antecipar a campanha eleitoral de 2022 em um evento no Pará, onde o então presidente se apresentou com uma camiseta que fazia referência à sua reeleição no ano seguinte. Uma manchete sobre a CPI da pandemia, em curso na época, foi o próximo

tema da escalada. O texto dizia quais seriam as próximas pessoas ouvidas pela CPI, todas suspeitas de integrar o chamado “Gabinete paralelo da saúde”. Os nomes citados foram do ex-ministro da Cidadania, já fora do cargo na época, Osmar Terra, e Felipe Martins, ex-assessor internacional da presidência. A notícia seguinte foi sobre a médica, Nise Yamaguchi, que estava também entre as investigadas pela CPI por ser uma das conselheiras do presidente que defendia o uso da hidroxicloroquina como tratamento contra a covid-19, mesmo com evidências científicas da ineficácia do medicamento para tal fim. A manchete dizia que a médica estava processando senadores que a interrogaram durante a pandemia por danos morais, pedindo 320 mil reais de indenização. A notícia reforça que a médica afirmou ter sido vítima de humilhação e misoginia durante a sessão.

Até este momento, não percebemos nenhuma característica no telejornal que apontasse para uma queda do padrão catch-all. Embora o trecho acima apresenta, de alguma forma, uma defesa de uma investigada pela CPI da covid, não podemos identificá-lo como uma quebra do padrão de objetividade, já que o processo movido pela médica, e acusação grave de humilhação e misoginia, justificam o valor notícia do fato. O telejornal também não se coloca a favor de nenhum dos acusados, embora pudesse ouvir especialistas de direito ou medicina para elucidar a questão.

Em seguida, os apresentadores seguem com mais uma manchete da escalada, agora sobre um documento divulgado pelo governo federal com um balanço dos 900 dias de governo com o seguinte texto: “Em balanço dos 900 dias de Bolsonaro, governo celebra doses aplicadas e retomada da economia. O documento cita a autorização para a abertura de leitos de UTI e aumento no número de empregos com carteira assinada”. Aqui é outro momento que ficamos em dúvida sobre a presença ou não do padrão de objetividade, já que, no momento em que o governo recebia duras críticas de parlamentares e de parte da mídia por não ter conseguido vacinas suficientes para a população brasileira, por inação, o telejornal escolhe ressaltar em sua escalada que o governo celebra as doses de vacinas aplicadas. Mas concluímos que não podemos afirmar que essa é uma queda do padrão catch-all, já que esta não é uma fala dos apresentadores, e sim a replicação do conteúdo publicado pelo governo. A prática do jornalismo declaratório, quando o jornalista utiliza-se das fontes para se dizer algo, já era uma prática presente no padrão catch-all, e por isso, não representa uma queda deste. Também consideramos importante para a compreensão destas estratégias do telejornal da Jovem Pan inserir conceito abordado por Mata, 2021 do jornalista assumindo o “papel do arauto” que destaca a influência dos meios de comunicação na disseminação de informações durante a pandemia, comparando-o ao arauto das narrativas

mitológicas, onde certos elementos na mídia atuam como portadores de notícias que moldam a compreensão coletiva dos eventos. Mata examina como esses veículos de comunicação ou figuras transmitiram informações cruciais sobre mortes e casos de COVID-19, enfatizando o impacto dessas mensagens na percepção e reações do público diante da crise de saúde global. No caso da jovem pan, percebemos uma tentativa de moldar essa percepção, mesmo que ainda dentro do padrão catch-all.

Após a escalada, o jornal se inicia com a previsão do tempo, e logo em seguida apresenta um giro sobre as manifestações contrárias ao governo de Jair Bolsonaro. A matéria diz que mais de 750 mil pessoas saíram às ruas por todo país para se manifestar, e que essas manifestações foram pacíficas. O texto lido pela repórter diz que as manifestações pediam por vacinas no braço e comida no prato, além de exigirem a manutenção do auxílio emergencial de 600 reais. Críticas à defesa da cloroquina também foram apresentadas na matéria, com um texto que dizia: “Em São Paulo, muitas pessoas ainda criticaram o aumento da fome e do desemprego no país, e a defesa da Cloroquina, feita pelo presidente, remédio comprovadamente ineficaz contra a covid” (Jornal da Manhã, 2021). A reportagem segue com depoimentos de manifestantes explicando os motivos pelos quais estavam na manifestação. Uma das manifestantes, apresentada como professora e artista, disse: “Por muito pouco uma presidente da república caiu, por muito pouco, e aí a gente tá assim é todo dia, esse cara vai ficar até quando? Meio milhão, meio milhão (de mortos pela covid)” (Jornal da Manhã, 2021). A reportagem finaliza dizendo que essa foi a segunda manifestação do ano contrária ao governo. Aqui, percebemos claramente a manutenção do padrão catch-all, já que a emissora não só noticia, como também apresenta uma reportagem sobre os atos contrários ao então governo de Jair Bolsonaro. Embora em nenhum momento a emissora faça críticas à condução da pandemia, ela apresenta essas críticas através de citações e entrevistas com os manifestantes, prática bastante comum no chamado padrão catch-all.

Como fim da matéria, voltamos ao estúdio com a apresentadora, que chama um segundo repórter para trazer informações específicas sobre os atos no Rio de Janeiro. O repórter explica os principais pontos defendidos pelos manifestantes, entre eles a crítica à política do governo federal para a área da saúde e gestão da pandemia. Em seguida, o mesmo repórter chama novamente a sonora da professora e artista já apresentada na matéria anterior e descrita por nós anteriormente. O repórter finaliza dizendo que a grande maioria dos manifestantes estavam de máscara, e respeitaram o distanciamento e as orientações passadas pela organização do ato em relação aos cuidados com a pandemia.

Na volta para o estúdio, o apresentador traz o seguinte texto: “Pois é, e o triste dado que nós não gostaríamos de dar, mas que é real. O Brasil chegou a marca de 500 mil mortos pela covid-19. Destaque da repórter Carolina Belin” (Jornal da Manhã, 2021). Em seguida se inicia uma nota coberta na qual a repórter reafirma o dado de mais de 500 mil mortes pela pandemia no país, acrescentando a informação de que a média de mortos estava crescendo e que já passava de dois mil mortos por dia. Enquanto a repórter falava, uma imagem de drone, de um plano geral, mostrava dezenas de covas abertas e vazias (fig.39). A imagem então muda para um quarto de hospital em que pacientes estão sendo atendidos (fig.40), no texto, a repórter diz que em abril daquele mesmo ano, o país passou pelo pior momento da doença, com uma média diária de mais de três mil mortes. As imagens seguem apresentando cenas de um hospital (fig.41), e a repórter reforça a informação da escalada de que o Brasil é o segundo com o maior número de mortes, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e a nota se encerra.

Figuras 39, 40, 41 - Imagens que cobriram a nota coberta sobre as 500 mil mil mortes por covid-19 no Jornal da Manhã.





(Fonte: Reprodução Youtube Jovem Pan)


Em seguida, de volta para o estúdio, a apresentadora diz que a marca de 500 mil mortes gerou reações de autoridades e políticos nas redes sociais. Então entra no ar mais uma nota seca, mostrando as imagens de publicações feitas em redes sociais enquanto a repórter narra em off trechos desses pronunciamentos. A primeira publicação apresentada é a de Marcelo Queiroga, na época ministro da saúde (fig.42). A repórter destaca que o então ministro lamenta o número, presta solidariedade às famílias das vítimas, e diz “trabalhar incansavelmente para vacinar o maior número de brasileiros no menor tempo possível. Em seguida, é apresentado o pronunciamento do então ministro das comunicações, Fábio Faria (fig.41) com destaque em off para o seguinte trecho “você verão políticos, artistas e jornalistas lamentando o número de 500 mil mortos. Nunca os verão comemorar os 86 milhões de doses aplicadas ou os 18 milhões de curados” (Jornal da Manhã, 2021). O conceito de "morte como valor notícia" de Eugênio Bucci aborda a tendência dos meios de comunicação em dar destaque a eventos relacionados à morte. Bucci argumenta que, nas rotinas jornalísticas, a morte é frequentemente selecionada como uma das principais notícias devido ao seu impacto emocional, seu apelo ao público e sua relevância social. Ele destaca como as mortes, sejam elas acidentais, violentas, de pessoas famosas ou de interesse público, são frequentemente exploradas pela mídia devido à sua capacidade de atrair a atenção do público e gerar audiência. Bucci também analisa as implicações éticas e sociais dessa abordagem, levantando questões sobre a ética da cobertura da morte, a sensibilidade em relação às vítimas e seus familiares, e o potencial sensacionalismo em torno dessas histórias.

A próxima publicação apresentada é do então governador do Maranhão, Flávio Dino, com destaque dizendo que ele decretou luto oficial de três dias no estado (fig.42). O próximo é João Dória, então governador de São Paulo (fig.43), com destaque para o trecho

“os óbitos aconteceram por causa do descaso e pela falta de vacina” (Jornal da Manhã, 2021). A repórter apresenta então o pronunciamento de Eduardo Paes, então prefeito do Rio de Janeiro (fig.43) e do então senador e relator da CPI da covid-19, Renan Calheiros (fig.44). No primeiro, o destaque foi para um trecho em que o então prefeito afirmava o seu compromisso de trabalhar para superar o momento, no segundo o destaque foi para a crítica do então senador, feita ao presidente da época, dizendo que “Bolsonaro dividiu o país entre Cloroquina e Vacina” (Jornal da Manhã, 2021). A nota se encerra com os destaques do pronunciamento de Randolfe Rodrigues, então senador pelo Amapá, que disse que lutava por vacinas na CPI para que não houvesse mais choro (fig.45). A apresentação de declarações de parlamentares contrários e favoráveis ao governo é mais um indício da manutenção do padrão catch-all no Jornal da Manhã. Apresentar dois lados de um mesmo fato, sem manifestar qualquer posicionamento da emissora, ou dos próprios jornalistas é uma prática bastante comum dentro do citado padrão.

Figuras 41, 42, 43, 44 e 45 - Pronunciamento de autoridades destacados pelo Jornal da Manhã no marco de 500 mil mortes pela covid-19.



 **Flávio Dino** @FlavioDino · 2 h

Estou decretando hoje LUTO OFICIAL de 3 dias, no âmbito do Maranhão, em face da enorme tragédia representada por 500.000 mortes por coronavírus no Brasil. Todas as vidas são sagradas e o mal não pode ser banalizado. Minha solidariedade às famílias brasileiras.

MORTOS COVID

BRASIL ATINGIU A MARCA DE 500 MIL ÓBITOS

POLÍTICOS E AUTORIDADES REAGIRAM NAS REDES SOCIAIS

09:17 -19 sobre meio milhão de mortos: 'Vidas que poderiam ter sido poupadas' • Internac

 **João Doria** @jordajr · 45 min

500 mil mortes. Quantas vidas mais serão sacrificadas pelo negacionismo e perda de tempo?


O Brasil chegou à triste marca de 500.000 mortos por Covid-19. Meio milhão de famílias devastadas. É a mais triste marca da história do nosso país. Um sentimento de vazio e indignação invade meu coração. É inadmissível perdermos pessoas para um vírus sabendo que já havia uma vacina. Morreram pelo descaso. A frase que mais escuto ao conversar com alguém que perdeu um familiar para a covid é: "não deu tempo dele tomar a vacina..." Isso é revoltante! Tem gente que pode até negar que a Terra seja redonda, mas eles não podem negar que a vacina é a solução. Temos pressa. O Brasil tem pressa. Ver outros países já comemorando a volta ao normal atesta o descaso e incompetência de quem

MORTOS COVID

BRASIL ATINGIU A MARCA DE 500 MIL ÓBITOS

POLÍTICOS E AUTORIDADES REAGIRAM NAS REDES SOCIAIS

09:17 adas' • Internacional confirma contratação de Diego Aguirre • SP: agências bancárias s

 **Eduardo Paes** @eduardopaes · 1 h


Meus sentimentos a cada um dos conhecidos, amigos ou familiares das 500 mil pessoas mortas no Brasil pela Covid-19. Não são números, são histórias de vida que se perderam. Meu compromisso de continuar trabalhando muito para superarmos esse momento e de lutar pela vida de todos

MORTOS COVID

BRASIL ATINGIU A MARCA DE 500 MIL ÓBITOS

POLÍTICOS E AUTORIDADES REAGIRAM NAS REDES SOCIAIS

09:17 irre • SP: agências bancárias são depredadas durante protesto contra o governo Bolso

 **Renan Calheiros** @renancalheiros · 2 h

O presidente idealizou a sua mais ousada e infame rachadinha: dividir o país entre cloroquina e vacina. A rachadinha do negacionismo é aposta que gerou resultado: meio milhão de mortos. Até agora.

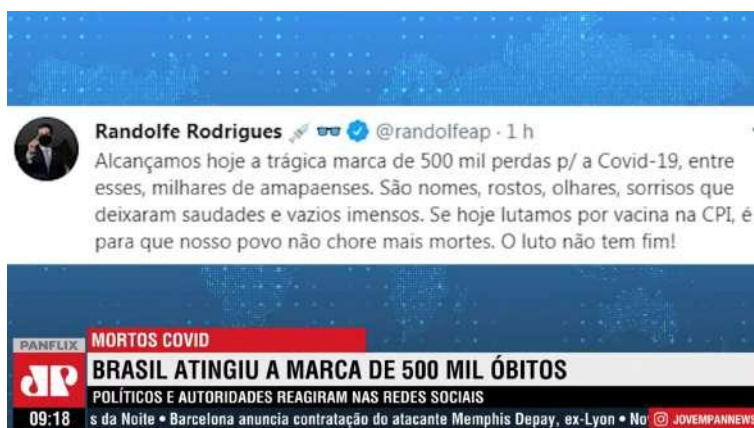
#VacinaParaTodos
#19JunhoPovoNasRuas

MORTOS COVID

BRASIL ATINGIU A MARCA DE 500 MIL ÓBITOS

POLÍTICOS E AUTORIDADES REAGIRAM NAS REDES SOCIAIS

09:17 intra o governo Bolsonaro • Bom dia Brasil • Manchetes da Noite • Barcelona anuncia c



(Fonte: Reprodução Youtube Jovem Pan)

De volta para o estúdio, o apresentador chama a próxima matéria, uma nota coberta sobre uma nota divulgada pela casa civil com um balanço dos 900 dias de governo Bolsonaro, atingidos na data em questão. No restante da edição, não tem mais citações aos números da pandemia no Brasil.

No caso do Jornal da Manhã, na escalada percebemos que foram utilizadas imagens de cobertura enquanto as manchetes eram narradas. A imagem escolhida para cobrir a notícia das 500 mil vidas perdidas pela pandemia foi a de um leito de UTI, com profissionais de saúde, paramentados com roupas especiais, entubando um paciente, que aparece com o rosto borrado via recursos de edição (fig.37 e 38). Existe um corte da câmera nas imagens, trocando o ângulo de visão enquanto o procedimento acontece. Embora cenas como essa, naquele momento, fossem comuns de aparecer nos telejornais, a cena não deixa de chocar a quem assiste, principalmente em um momento em que ser internado e entubado em um leito de UTI, significava estar no estágio mais grave da doença. A manchete seguinte, dizia que o Brasil era o segundo país com maior número de óbitos decorrente da pandemia de covid-19, e as imagens que cobriram a fala também eram de pessoas internadas em leitos de hospital, mas sem mostrar nenhum procedimento específico. Durante toda a escalada um mesmo fundo musical padrão permaneceu durante todas as notícias, o que mostra que a única distinção existente entre as manchetes, era a ordem em que eram apresentadas.

Jornal da Manhã (Jovem Pan) - 700 Mil mortes

A edição do Jornal da Manhã do dia 28 de março de 2023, data em que o Brasil alcançou o marco de 700 mil mortes pela pandemia de covid-19, não citou o fato.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do Jornal da manhã (Jovem Pan) na cobertura das 100 mil mortes por covid.

Se analisarmos somente o conteúdo da cobertura dos marcos de mortes causadas pela covid -19 , do principal telejornal da emissora Jovem Pan, não poderíamos dizer que a emissora deixou de lado o padrão *catch-all*. O telejornal faz uma cobertura bastante superficial do marco dessas 500 mil mortes, sem se posicionar, em momento algum, sobre a responsabilização do governo federal por esses óbitos, ao mesmo tempo que apresenta, por exemplo na matéria que cobria os atos contra o então governo, entrevistas com manifestantes que criticavam a condução da pandemia. O telejornal também apresentou entrevistas com especialistas, que mesmo não sendo as recomendações do então presidente e do então governo, defendia o isolamento social, o uso de máscaras e a importância da vacinação. O que pode nos levar a concluir que, nestas edições do Jornal da Manhã, a emissora se manteve no padrão *catch-all*. Mas não podemos desconsiderar o histórico da empresa, e nem o contexto em que o telejornal estava inserido. No momento em que grande parte da mídia nacional e internacional criticava duramente a condução da pandemia feita pelo governo federal, como apresentado neste artigo, o telejornal escolheu não se posicionar sobre o tema.

Em outros momentos, a emissora apresentou posicionamentos favoráveis à condução da pandemia feita pelo governo. Isso incluiu a promoção de medicamentos sem eficácia científica comprovada no combate ao vírus, como a hidroxicloroquina, que na época, estava no centro de um debate acalorado sobre sua eficácia, e era defendida pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo próprio ministério da saúde.

Essa contradição entre a cobertura do marco das 500 mil mortes e o posicionamento da Jovem Pan em outros momentos poderia nos levar à conclusão de que a emissora preferiu adotar o modelo *catch-all* em seu maior telejornal da emissora, pelo menos nas edições analisadas por nós. Mas levando em consideração o histórico de apoio da emissora ao então presidente Jair Bolsonaro, também é possível que essa escolha pode ter sido feita por conta de uma linha editorial que visava evitar as críticas à condução da pandemia por parte do governo federal. Para chegar a um resultado conclusivo, precisa-se analisar outras edições do Jornal da Manhã e outras produções das emissoras.

JORNAL DA RECORD - 100 Mil mortes

Na versão disponível para acesso no youtube, da edição do dia 08 de agosto de 2020, o telejornal inicia com a escalada, a primeira manchete lida pela apresentadora é a do marco de 100 mil mortes por covid 19. “O Brasil ultrapassou a marca dos 100 mil mortos pela covid-19 e dos 3 milhões de casos. Na edição de hoje você vai ter a cobertura completa, com as informações mais recentes da pandemia.” (JORNAL DA RECORD, 2020). Logo em seguida, o segundo apresentador anuncia que antes da cobertura desses marcos da pandemia, eles vão apresentar uma reportagem com o tema da violência urbana.

O telejornal segue apresentando reportagens da editoria de segurança pública, e é só no final do segundo bloco que o marco das 100 mil mortes volta a ser citado. A escolha de citar, mas não se aprofundar na notícia no início do telejornal, ao mesmo tempo que demonstra uma intenção de dar destaque ao fato, citando os números logo no início do telejornal, também demonstra uma priorização de outra notícia, no caso da editoria de segurança pública, em detrimento das 100 mil mortes causadas pela pandemia. De todo modo essa escolha não representa uma queda no padrão catch-all, já que a emissora não se posiciona, e nem mesmo cita, uma possível responsabilidade do governo pelo alto número de mortos pela covid. Na volta de uma das reportagens os números da pandemia são apresentados. O apresentador aparece em pé, em frente ao telão para divulgar os dados apresentados pelo ministério da saúde (fig.46) , a Record não fez parte do consórcio dos veículos de imprensa, já citado no presente trabalho. Logo após citar o número de infectados e de mortos pela covid o apresentador ressalta o número de recuperados e de pacientes em acompanhamento (fig.47), o que demonstra uma intenção da emissora de minimizar o impacto do marco das 100 mil mortes, mas esta escolha também não é suficiente para representar uma queda do padrão de objetividade no telejornal.

Figura 46 e 47 - Apresentador do Jornal da Record mostra os números da pandemia no dia em que o país completou 100 mil mortes





(Fonte: Reprodução Youtube Jornal da Record)

Logo depois, uma troca de apresentadores acontece, e uma nota coberta, sobre uma homenagem feita aos mortos pela covid é apresentada (fig. 48).

E as 100 mil vítimas fatais da covid-19 foram homenageadas hoje no Rio de Janeiro. Um dos cenários mais famosos do mundo foi escolhido para lembrar os brasileiros que perderam a vida por causa do coronavírus, a praia de Copacabana. Voluntários de uma ONG levaram cruzeiros e balões vermelhos. O colorido na areia que ainda não está liberada para os banhistas chamou a atenção de quem caminhava pela orla. (JORNAL DA RECORD, 2020)

Figura 48 - Imagens do ato que aconteceu no dia do marco de 100 mil mortes na praia de Copacabana feitas pelo Jornal da Record



(Fonte: Reprodução Youtube Jornal da Record)

Nas análises dos outros telejornais, também identificamos a cobertura deste mesmo ato, e a partir desta comparação, percebemos que a emissora preferiu não falar sobre as críticas feitas ao governo pelos manifestantes, o que nos leva a pensar que houve uma intencionalidade ao evitar citar essas críticas. Mas esta escolha não é suficiente para afirmarmos que o Jornal da Record quebrou o padrão catch-all, já que a estratégia de não

citar, ou se aprofundar em críticas feitas a governos ou empresas, sempre foi utilizada dentro deste padrão. Logo em seguida, o segundo apresentador chama uma reportagem sobre as mudanças de hábitos causadas pela pandemia. O bloco segue apresentando uma reportagem sobre a perda de olfato em pessoas recuperadas da covid-19.

Na volta do terceiro bloco, a apresentadora ressalta que no dia em que o Brasil ultrapassou as 100 mortes pela covid-19, o supremo federal e o congresso decretaram luto pelas vítimas do coronavírus. A apresentadora também ressalta que o presidente Jair Bolsonaro havia se manifestado e chama uma correspondente ao vivo em Brasília para trazer mais informações. A repórter anuncia novamente o luto oficial decretado pelo Congresso e pelo Supremo, e resume os pronunciamentos dos presidentes de cada casa. (fig.49). A repórter também cita um post da secretaria de comunicação de governo que foi compartilhado pelo então presidente, destacando que o texto “lamenta as vidas perdidas, destaca orações e iniciativas para salvar vidas”. O governo também destaca que o Brasil é um dos países que mais recupera pessoas infectadas pelo coronavírus.”(JORNAL DA RECORD, 2020).

Figura 49 - Repórter apresenta o pronunciamento feito por autoridades sobre as 100 mil mortes por covid-19 em um vivo para o Jornal da Record.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornal da Record)

De volta ao estúdio, os apresentadores chamam uma reportagem sobre comércio online. A escolha de citar o compartilhamento de um post da secretaria de comunicação, feito pelo presidente, como o pronunciamento do próprio, somado ao fato de que outras emissoras criticaram este fato, dizendo que o então presidente não se manifestou de forma direta, também nos leva a crer que houve uma tentativa do telejornal de minimizar o fato, e evitar as críticas feitas à Bolsonaro. Mais uma vez, este fato nos leva a inferir que a emissora se posiciona de forma indireta ao fazer esta escolha, mas justamente por ser de forma indireta,

não nos traz embasamento o suficiente para dizer que houve uma quebra no padrão catch-all durante esta cobertura.

JORNAL DA RECORD - 500 Mil mortes

Acessamos a íntegra do Jornal da Record através do Youtube, e percebemos que o arquivo se inicia com uma vinheta e logo segue para a primeira matéria do Jornal.. A edição apresenta uma matéria da editoria de segurança pública, sem citar os números da covid.

Depois desta reportagem, de volta ao estúdio, os apresentadores chamam os destaques do dia na escalada. A primeira manchete também é da editoria de segurança pública, apresentando as atualizações do caso de Lázaro Barbosa, um assassino em série que estava foragido na época. Na segunda manchete é que o marco das 500 mil mortes pela pandemia é apresentado com o texto: “Brasil ultrapassa a marca de 500 mil mortes por covid-19” (JORNAL DA RECORD, 2021.). Em seguida a chamada é para o balanço divulgado pela casa civil com o balanço dos 900 dias de governo Bolsonaro, com destaque para o ponto de retomada da economia citada no documento. A próxima manchete chama para uma reportagem sobre o turismo vacinal, dizendo que “Brasileiros elegem o México como base para se imunizar nos Estados Unidos”(JORNAL DA RECORD, 2021.).

Após a escalada, uma chamada dos patrocinadores do Jornal é apresentada, seguida da vinheta. Já na bancada, a apresentadora chama a reportagem sobre as buscas pelo assassino em série Lázaro Barbosa. Em seguida, os apresentadores anunciam uma matéria sobre a vacinação no país, dizendo que o sábado foi de mutirões para acelerar a vacinação contra a covid-19.

A matéria apresenta imagens das filas e de pessoas se vacinando, com um tom positivo, e com sonoras de entrevistados ressaltando a importância da vacinação e a alegria por receber uma dose da vacina.

Logo no início já percebemos uma política editorial que valoriza mais as notícias referentes à segurança pública do que o marco de 500 mil mortos pela covid-19 no país. Essa afirmação comprova ao perceber que o telejornal se inicia com uma reportagem desta editoria, e que, posteriormente, ao apresentar a escalada, a primeira manchete também é referente ao tema, sendo a manchete sobre o marco de mortes causadas pela pandemia a segunda da escalada. Um fundo musical está presente durante todas as manchetes. Após os destaques, a reportagem apresentada é da editoria de segurança pública, seguida por uma

matéria sobre a vacinação no país, com tom positivo e de incentivo à vacinação, entrevistando personagens que estavam se vacinando, ou que já haviam sido vacinados, sem citar em nenhum momento as mortes causadas pela covid. Estas escolhas nos permitem observar uma intenção do telejornal de não privilegiar a notícia das 500 mil mortes por covid, e ao invés disso, dar destaque para aumento no número de vacinados e de recuperados naquele momento da pandemia, deixando de lado conceito de “morte como valor notícia” (BUCCI, 2000). De todo modo, o telejornal incentiva a vacinação e o isolamento social a todo momento e, embora não dê tanto destaque às mortes causadas pela pandemia e evite citar as críticas que o governo recebia na época, ele se mantém no padrão de objetividade, sem se posicionar diretamente sobre o tema.

De volta ao estúdio, os apresentadores chamam uma reportagem sobre a proibição de festas juninas na Bahia, e o receio de que aglomerações aconteçam mesmo com a proibição. A próxima matéria é sobre o aumento do número de acidentes com queimaduras, causadas principalmente pelo mau uso do Álcool 70% e do Álcool em gel, seguida de uma reportagem sobre o aumento na utilização e nas vendas de bicicletas.

Na volta da reportagem, a apresentadora diz que“ O Jornal da Record traz agora os números da pandemia, segundo o Ministério da Saúde.” (JORNAL DA RECORD, 2021.) Ela apresenta o número de casos comprovados de covid, seguido do número de mortes (fig. 50)

E hoje o Brasil ultrapassou a marca de 500 mil mortos pela doença, nós lamentamos cada uma dessas mortes, cada uma dessas vítimas e torcemos para que as vacinas cheguem o mais rapidamente possível a todos os brasileiros. (JORNAL DA RECORD, 2021.)

Figuras 50, 51 e 52 - Apresentadora divulga os números da pandemia no Jornal da Record no dia em que o país atingiu a marca de 500 mil mortes por covid.





(Fonte: Reprodução Youtube Jornal da Record)

Em seguida, ela apresenta o número de mortos nas últimas 24 horas, e o número de recuperados da doença, também nas últimas 24 horas (fig. 51), e no total, contando todo o tempo de pandemia no país (fig. 52). Ela também apresenta o número total de pacientes infectados em acompanhamento no Brasil. A apresentadora termina de apresentar os números e apresenta o pronunciamento do então Ministro da Saúde Marcelo Queiroga

Em uma rede social, o ministro da saúde lamentou as vidas perdidas na pandemia e disse que trabalha para vacinar todos os brasileiros no menor tempo possível, para mudar o cenário que assola o Brasil a mais de um ano. (JORNAL DA RECORD, 2021.)

Na sequência uma matéria sobre o turismo vacinal é apresentada, mostrando brasileiros que vão até o México para fazer uma quarentena, entrar nos Estados Unidos e se vacinar como turistas, já que o país permitia esse tipo de vacinação à época.

No decorrer do jornal, reportagens de outras editorias são apresentadas, assim como matérias sobre a situação da pandemia e da vacinação em outros países. O Jornal também faz um giro sobre as manifestações contrárias ao governo de Jair Bolsonaro pelo Brasil, focando

principalmente nas depredações ocorridas durante os atos, o que mais uma vez demonstra uma intencionalidade de deslegitimar os protestos e as críticas feitas ao então governo, mas novamente de forma velada e indireta, se mantendo no padrão *catch-all*.

JORNAL DA RECORD - 700 Mil mortes

Na edição do dia 28 de março de 2023, a única menção ao número de mortes causadas pela covid é no quadro intitulado “Minuto JR”. Nele o apresentador diz que

“O Brasil chegou à marca de 700 mil mortos pela covid-19. O primeiro óbito foi registrado em março de 2020. Abril de 2021 foi o mês mais letal da pandemia no país, na época foram 100 mil mortes e somente quatorze por cento da população tinha recebido uma dose da vacina. Os dados são do Ministério da Saúde.(JORNAL DA RECORD, 2023)

O telejornal segue sem mais menções sobre o fato.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do Jornal da Record na cobertura da pandemia.

Analisando conteúdo da cobertura dos marcos de mortes causadas pela covid -19 , do principal telejornal da Record, não poderíamos dizer que a emissora deixou de lado o padrão *catch-all*. O telejornal faz uma cobertura bastante superficial do marco dessas 500 mil mortes, sem se posicionar, em momento algum, sobre a responsabilização do governo federal por esses óbitos. A emissora além de não criticar demonstra, de forma indireta, uma busca por descredibilizar as críticas feitas ao governo na gestão da pandemia, por exemplo na cobertura das manifestações contra Bolsonaro no dia do marco das 500 mil mortes, em que a emissora escolhe dar destaque para as depredações que supostamente teriam sido cometidas pelos manifestantes. Mas, justamente por essas intencionalidades aparecerem de forma indireta, nestas edições do Jornal da Record, não podemos afirmar que a emissora não manteve o padrão *catch-all*. A emissora também incentiva e destaca a importância da vacinação em diversos momentos, com reportagens específicas sobre o tema, mesmo com as críticas feitas por Bolsonaro às vacinas. De todo modo, no momento em que grande parte da mídia nacional e internacional, e órgãos não governamentais ligados à saúde criticavam duramente a condução da pandemia feita pelo governo federal, como apresentado neste artigo, o telejornal escolheu não se posicionar sobre o tema.

JORNAL DA CULTURA - 100 Mil mortes

O Jornal inicia com a escalada, que já na primeira manchete destaca as 100 mil mortes pela pandemia no país. Durante a fala da apresentadora, imagens (fig. 53, 54 e 55) de uma manifestação com cruzes e balões vermelhos na praia de Copacabana são mostradas, com um texto exibido em tela, no bigode, com os dizeres “Mais de 100.000 - A “Gripezinha” de explodiu” (fig. 53, 54 e 55) uma referência ao termo negacionista utilizado pelo então presidente Jair Bolsonaro, para se referir à pandemia, o demonstra uma crítica direta a esse posicionamento do Bolsonaro, e logo, uma quebra inicial do padrão catch-all. No texto a apresentadora diz “Brasil ultrapassa marca de 100 mil mortes pela covid-19, uma tragédia que poderia ser menor, segundo especialistas” (JORNAL DA CULTURA, 2020).

Figuras 53, 54 e 55 - Imagens e bigode que cobrem a escalada da edição do Jornal da Cultura na data em que o país atingiu o marco de 100 mil mortes





(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Na volta da escala, a apresentadora anuncia a presença de dois entrevistados, que também estão na bancada do telejornal, Dr. Gonçalo Silva Neto, médico sanitário e professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e o economista Gesner Oliveira. A jornalista então apresenta a primeira reportagem, sobre o marco das 100 mil mortes por covid.

O Brasil ultrapassou hoje a marca dos 3 milhões de casos confirmados de covid-19, um número que segundo especialistas poderia ser bem menor se a gestão da crise por parte do governo federal tivesse sido mais adequada desde o princípio. No Rio de Janeiro a praia de Copacabana amanheceu parcialmente coberta por cruzes e balões em memória às mais de 100 mil vítimas da pandemia. Mas em alguns pontos da cidade as aglomerações continuam acontecendo. (JORNAL DA RECORD 2020)

Neste trecho, embora exista uma crítica à condução da pandemia por parte do então governo, ela é atribuída a especialistas, e não colocada como um posicionamento do telejornal, ou dos jornalistas, o que não nos permitiria atribuir uma queda no padrão catch-all. O que também acontece na reportagem exibida em seguida, em que um entrevistado responsabiliza o então presidente Jair Bolsonaro pelo alto número de mortes. Por outro lado, ao colocar as críticas dos entrevistados, o telejornal não apresenta um outro lado, com entrevistados favoráveis à condução da pandemia feita pelo governo e pelo então presidente. Podemos então afirmar que houve sim uma queda no padrão catch-all, e uma intenção do telejornal de criticar esta condução governamental.

A reportagem inicial com imagens de aglomerações que aconteciam nos bares da zona sul do Rio de Janeiro naquele momento (Fig 55, 56 e 57), em um off, a repórter fala que a flexibilização que autorizou os bares da cidade a funcionarem até uma da madrugada, fez com que as aglomerações fossem inevitáveis.

Figuras 55, 56 e 57 - Imagens exibidas pelo Jornal da Cultura mostrando aglomerações no Rio de Janeiro



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

O texto também fala que os frequentadores ignoravam as normas de distanciamento e o uso de máscaras. Em seguida uma entrevista de povo fala mostra um jovem com máscara (fig.58) criticando a falta de responsabilidade dos que estão sem máscara.

Figura 58 - Entrevistado no “povo fala” pelo Jornal da Cultura, usando máscara e criticando as aglomerações



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Em seguida, a repórter fala sobre a manifestação com cruzeiros e balões vermelhos na orla de Copacabana, em homenagem aos mortos pela covid feita pela ONG Rio de Paz. (fig.59 e 60) A repórter então apresenta um entrevistado, o Presidente da ONG, dizendo que o grupo responsabiliza o Presidente da república pelo aumento do número de vítimas. O entrevistado apresenta então as suas críticas (fig.61).

Enquanto o país agonizava, em estado de perplexidade, nós o víamos (o presidente) pilotar jetski, cavalgar, organizar churrascos, forçar a demissão de dois ministros da saúde, em plena pandemia, prescrever remédios como se médico fosse e o assustador, não ter demonstrado empatia pelos parentes das vítimas. (COSTA, 2020; JORNAL DA CULTURA, 2020)

Figuras 59, 60 e 61 - Imagens do ato em copacabana e da sonora com um dos organizadores feitas pelo Jornal da Cultura

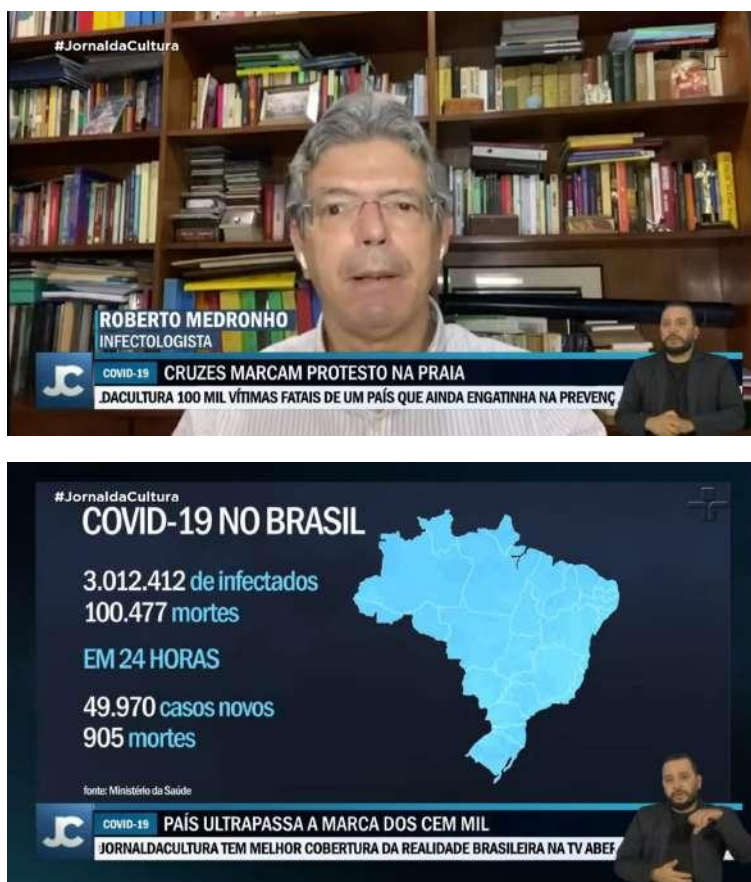




(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Em seguida, a repórter volta em off, dizendo que o próximo entrevistado, o infectologista Roberto Medronho, concordava que a falta de articulação política agravou a pandemia no Brasil (fig.61) “Esta dramática situação não é decorrência apenas da gravidade da doença, mas também de uma desarticulação completa entre os entes da federação para o adequado enfrentamento da doença. (MEDRONHO, 2020; JORNAL DA CULTURA, 2020). Em seguida os números gerais da pandemia, e das últimas 24 horas, divulgados pelo ministério da saúde são apresentados em arte (fig.62) e narrados em off.

Figura 61 e 62- Imagens do infectologista Roberto Medronho, entrevistado pelo Jornal da Cultura e da arte utilizada como cobertura dos números da pandemia na reportagem.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

No final da reportagem, o luto oficial de quatro dias, decretado pelos presidentes do supremo e do congresso em solidariedade aos brasileiros afetados pela pandemia é citado. As imagens mostram a bandeira nacional hasteada a meio mastro (fig. 63), e o off da repórter complementa dizendo que ela ficará assim por quatro dias.

Figura 62 - Imagem da bandeira nacional hasteada a meio mastro em homenagem às vítimas da covid, apresentada pelo Jornal da Cultura



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Na volta ao estúdio, a repórter chama uma nota coberta com os números da pandemia atualizados, mas dessa vez, diferente dos números citados na reportagem, a fonte é o consórcio de veículos de imprensa. Em seguida, novamente no estúdio, a repórter direciona uma pergunta ao Dr. Gonzalo Silva Neto, médico sanitário (fig. 63) apresentado na abertura do telejornal.

Figura 63 - Imagem do médico sanitário Gonzalo Silva Neto, entrevistado pelo Jornal da Cultura no dia do marco das 100 mil mortes por covid.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Na entrevista a repórter pergunta ao entrevistado se ele imaginava que chegaríamos a esses números da pandemia. O entrevistado responde que não. E completa afirmando que muitos dos brasileiros mortos não deveriam ter morrido se tivéssemos tido uma condução adequada por parte do governo, incentivando o isolamento social e com liderança federal na aquisição de vacinas. O entrevistado também fala sobre o impacto das desigualdades sociais nas mortes por covid, trazendo o dado de que a covid-19, naquela época, matava de 5 a 6 vezes mais as pessoas pobres e que por isso era necessário a criação de políticas públicas que garantem a essas pessoas o direito de exercer o isolamento social e às demais medidas de proteção. O médico também reforçou a importância da testagem para o controle da covid. O sanitário também destaca que não tinha nenhuma expectativa no governo federal para a superação do alto número de mortos, mas nos governos estaduais sim, a partir da aquisição de vacinas, incentivo à testagem e ao isolamento. Terminada a entrevista a apresentadora chama uma matéria sobre as mudanças no mercado imobiliário durante a pandemia. No restante do

telejornal matérias de outras editoriais são apresentadas, não tendo mais notícias ou reportagens ligadas às mortes causadas pela covid-19.

JORNAL DA CULTURA - 500 Mil mortes e o óbito da empatia

A escalada da edição do dia 19 de junho de 2021 do Jornal da Cultura começa com o destaque das 500 mil mortes por covid no país e acrescenta que a pandemia segue sem controle com apenas 11% da população vacinada com as duas doses. No bigode, o título diz “Brasil de luto”, seguido do subtítulo “500 mil vidas perdidas para a covid 19.”(fig. 64).

Figura 64 - Imagem do bigode utilizado pela TV Cultura no dia em que o Brasil atingiu a marca de 500 mil mortes por covid-19.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

A próxima chamada mostra imagens das manifestações que aconteceram no dia. No texto em off, a apresentadora diz que Protestos contra Bolsonaro reuniu milhares de brasileiros em 20 capitais e no distrito federal, seguido de um sobe som, em que uma manifestante grita “Fora, Bolsonaro genocida” (fig. 65). Em seguida a escalada segue apresentando outros destaques da edição. O destaque dado à falta de controle da pandemia, e à entrevistada que critica o presidente pode ser entendido como uma quebra do padrão catch-all, já que pontos de vistas contrários não são apresentados.

Figura 35 - Imagem da sonora da manifestante que grita “Fora, Bolsonaro genocida” exibida pela TV cultura na escada



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Na volta ao estúdio, a apresentadora identifica os dois entrevistados que a acompanham na bancada desta edição do telejornal (fig. 66). São eles o advogado criminalista Roberto Delmanto Junior e a microbiologista e presidente do instituto questão de ciência Natália Pasternak.

Figura 66 - Imagem da abertura do Jornal da Cultura, em que aparecem, junto à apresentadora, os dois entrevistados da edição.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Logo em seguida a apresentadora fala sobre os números da covid usando como fonte o consórcio dos veículos imprensa, ela também ressalta que a direita da tela, o telejornal exibe uma tarja preta durante toda a duração do programa (fig.67), mostrando o número de mortes causadas pela pandemia em tempo real.

Figura 67 - imagem da tarja preta com o número de mortes em tempo real, anunciada pela apresentadora.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

Acontece uma troca de câmera, e então uma matéria sobre as 500 mil mortes por covid é chamada.

Neste sábado no Brasil 500 mil não é apenas um número, uma estatística. São meio milhão de vidas interrompidas de famílias destruídas, de sonhos que se perderam. O jornal da cultura de hoje começa com uma reportagem que mostra duas dessas histórias e uma pergunta: até quando?(JORNAL DA RECORD, 2021)

O questionamento apresentado ao fim do texto, e o destaque dado à perda de vidas, ressaltando que não é apenas um número, mostra um posicionamento direto do telejornal em relação à condução da pandemia, por tanto, podemos inferir que se trata de mais um momento de queda no padrão de objetividade. A matéria então é exibida e começa com uma mulher lamentando a morte de seu esposo por covid, e dizendo que se a vacina tivesse chegado antes, seu marido estaria vivo. A matéria não apresenta fundo musical, mas tem momentos de silêncio depois das falas, o que traz a sensação de angústia vivenciada pela entrevistada. Logo em seguida um novo personagem aparece, agora um homem, que também perdeu sua esposa na pandemia em decorrência da covid-19. Ele fala sobre a personalidade de sua esposa, e da sua importância, para ele e para os filhos. Em off, a repórter explica que no primeiro caso, o homem foi internado por complicações da doença três dias antes do dia em que poderia se vacinar de acordo com as especificações da época. A esposa aparece em prantos dizendo que poucos dias depois da morte de seu marido, ela se vacinou. Em seguida a segunda história se desenvolve, o homem que perdeu sua esposa conta que ela estava grávida, e que foi contaminada em um chá de fralda surpresa feito pelos colegas de trabalho. O nascimento do bebê foi antecipado por conta da doença, mas a mulher não resistiu às

complicações da covid. A repórter então reforça que essas são duas, das mais de 500 mil famílias brasileiras marcadas pela pandemia.

O destaque dado pela reportagem à vacinação, dizendo em mais de um momento, que se estivessem vacinas estas mortes poderiam ser evitadas, demonstram também um posicionamento indireto da emissora, mas neste caso, não é o suficiente para afirmarmos uma quebra do padrão catch-all.

Em seguida, o médico patologista Paulo Saldiva (fig.68) aparece dizendo que essas vidas foram perdidas para manter a cidade ou a própria família funcionando. Ressaltando as vítimas da pandemia que eram atendentes de creche, motoristas de aplicativos, e pessoas que morreram porque os filhos precisaram sair para trabalhar. A sonora do secretário geral da CNBB, Dom Joel Portella Amado (fig.69) é então apresentada como um posicionamento da igreja católica, no texto em off, a apresentadora diz “A igreja católica por meio da CNBB dedicou o sábado às vítimas da pandemia, do descaso, da falta de atitudes políticas coordenada, da escassez de vacinas.” (JORNAL DA CULTURA, 2021). O secretário diz então que o sofrimento ganha uma lente de aumento quando temos a sensação de que poderia ser diferente. A TV Cultura é mantida pela Fundação Padre Anchieta, ligada ao governo do Estado de São Paulo, portanto, esse posicionamento apresentado pelo secretário geral corrobora um posicionamento da emissora, que geralmente, está alinhado ao posicionamento do Governo do Estado de São Paulo, por suas ligações. Portanto, podemos identificar aqui um posicionamento indireto do telejornal, mas que também não é suficiente para identificarmos como uma quebra no padrão catch-all.

Figuras 68 e 69 - Imagens dos entrevistados Paulo Saldiva e Dom Joel Portella Amado





(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

No decorrer da reportagem, uma passagem da repórter (fig.70) pergunta até quando vamos perder quem amamos, até quando vamos esperar por vacinas para todos, até quando a gente aguenta essa situação, seguida da volta da entrevista com o médico Paulo Saldiva. A fala da repórter apresenta um posicionamento direto da emissora, ao questionar até quando vamos esperar pelas vacinas e aguentar essa situação, aqui podemos identificar um momento de quebra no padrão de objetividade. De volta à reportagem, a sonora do médico fala sobre a dificuldade de acompanhar a morte de pessoas e o sofrimento das famílias. O bispo na CNBB então volta dizendo que a gestão e as mortes causadas pela pandemia são coisas que nos entristecem e que nos envergonham.

Figura 70 - Imagem da da passagem da repórter do Jornal da Cultura Maria Manso.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

A reportagem encerra com falas de todos os entrevistados lamentando as mortes de forma geral e de seus familiares e com o patologista ressaltando que 500 mil mortes não foram suficientes para tocar a alma das pessoas responsáveis por cuidar desta situação.

De volta ao estúdio, com a apresentadora (fig.71) e a entrevistada Natália Pasternak em prantos (fig.72), a primeira diz com voz embargada que aquele era um dia de luto profundo para o país e a entrevistada, também em prantos diz

São 500 mil pessoas que têm rosto, que tem história e que deixou famílias. E perceber que pouca gente no governo federal se emociona com isso e que o presidente da república continua vivendo a vida louca como se nada disso estivesse acontecendo só faz essa situação ficar mais triste e mais inacreditável ainda. (NATHALIA PASTERNAK; JORNAL DA CULTURA, 2021).

Figuras 71 e 72 - Imagens da apresentadora do Jornal da Cultura e da entrevistada Natália Pasternak emocionadas com a reportagem.



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

O advogado criminalista (fig. 73) também expressa solidariedade às famílias afetadas pela pandemia e ressalta que indiretamente, mais de 2 milhões e meio de famílias foram afetadas pela pandemia e pela falta de ação do governo.

Nós poderíamos ter duas penínsulas ibéricas vacinadas se o governo federal não tivesse sido tão omissivo, tão prepotente quando a Pfizer ofereceu aquelas primeiras doses, dizendo: o laboratório tem que vir a mim, nós não vamos ao laboratório, a lei

não me permite. E foram várias as desculpas neste retardamento de compra das vacinas tão preciosas da Pfizer. E hoje o governo se utiliza justamente das vacinas da pfizer para combater a corona vac, ou seja a pfizer hoje também é utilizada politicamente. (ROBERTO DELMANTO JÚNIOR; JORNAL DA CULTURA, 2021)

Figura 73 - Imagem do entrevistado Roberto Delmanto Júnior na bancada do Jornal da Cultura



(Fonte: Reprodução Youtube Jornalismo TV Cultura)

A apresentadora direciona mais uma pergunta para a microbiologista

Doutora Nathália e hoje, no dia em que o Brasil ultrapassa esta trágica marca de 500 mil mortos o presidente Bolsonaro falou dos 900 dias de governo dele e outros assuntos periféricos. Não falou das mortes. É muita falta de empatia para dizer o mínimo e respeito pelas famílias e pelos mortos. (NATHALIA PASTERNAK; JORNAL DA CULTURA, 2021).

Neste trecho percebemos uma quebra direta do padrão catch-all, no momento em que a apresentadora cita a falta de empatia e respeito do Presidente, que além de não se pronunciar sobre as 500 mil mortes, lança uma nota sobre 900 dias de governo. A resposta da entrevistada é direta e dura: “Para não usar palavras de baixo calão em rede nacional, vamos com a falta de empatia, que acho que define levemente o que a gente está sentindo agora pelo presidente Bolsonaro.”(NATHALIA PASTERNAK; JORNAL DA CULTURA, 2021.) O telejornal segue com notícias de outras editorias.

JORNAL DA CULTURA - 700 Mil mortes

Na edição do telejornal do dia 28 de março de 2023, data em que o Brasil somou 700 mil mortes por covid-19, o marco não foi noticiado.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do Jornal da Cultura na cobertura das mortes por covid.

A análise das edições do Jornal da cultura que cobriram as 100, 500 e 700 mil mortes causadas pela pandemia nos permitiu perceber que a empresa se posicionou de forma clara e direta sobre a inação do governo federal em relação à pandemia, e sobre a falta de responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro em relação às suas declarações sobre o tema, exceto na edição das 700 mil mortes, momento em que a pandemia já estava controlada e um novo governo chegou ao planalto, em que a notícia não foi citada. A abordagem da empresa foge do padrão *catch-all*, já citado no presente artigo, que buscava evitar esse tipo de posicionamento, visando agradar um público mais diverso e portanto atender à uma demanda de mercado, com uma maior audiência. Podemos perceber uma escalada na quebra do padrão na comparação da cobertura das 100 mil e das 500 mil mortes. No primeiro momento, apesar de identificarmos momentos de quebra, eles são menos numerosos e mais tímidos, concentrando às críticas ao governo na fala de entrevistados, e menos nos textos e falas dos repórteres e apresentadores. Já no segundo momento, essa quebra é mais nítida e numerosa. A partir desta análise percebemos que, especificamente nesta cobertura, o telejornal quebra esse padrão comercial de atuação e se posiciona politicamente em relação ao fato citado. Para além disso, a análise da materialidade audiovisual nos permitiu compreender e analisar quais foram as estratégias de edição utilizadas, para além do texto, pelo telejornal, para entregar a mensagem desejada. A costura realizada entre as falas dos jornalistas e entrevistados, reportagens e cabeças construíram uma narrativa que chegaria no objetivo final de responsabilizar o governo pelo alto número de mortes. Outro ponto a ser levado em conta foi a falta de entrevistados, ou de citações, de opiniões favoráveis ao governo, o que demonstra, mais uma vez, a presença de um jornalismo advocatício e uma queda do padrão *catch-all*.

REPÓRTER BRASIL (TV BRASIL) - 100 Mil mortes

Não conseguimos acesso à íntegra, ou à materiais referentes ao tema do dia 08 de agosto de 2020, data em que o país atingiu o marco de 100 mil mortes. Na página do telejornal, no site da TV brasil, só encontramos matérias a partir de janeiro de 2021, Na página do youtube conseguimos encontrar edições e reportagens anteriores e posteriores à data, mas não a íntegra do dia, ou reportagens e matérias avulsas sobre o tema. Nas edições próximas à data, o telejornal cita os números da pandemia apenas no momento de atualização dos dados fornecidos pelo ministério da saúde.

REPÓRTER BRASIL (TV BRASIL) - 500 Mil mortes

Também não conseguimos localizar a edição na íntegra do dia 19 de junho de 2021, data em que alcançamos o marco de 500 mil mortos pela pandemia. Na página do telejornal, no site da TV Brasil, e em seu canal do youtube, encontramos reportagens avulsas exibidas na data, mas nenhuma que cite as 500 mil mortes por covid. Encontramos o quadro que apenas apresenta os números da pandemia em dias anteriores e posteriores, baseado nos dados fornecidos pelo ministério da saúde e sem comentários ou matérias sobre o fato.

REPÓRTER BRASIL (TV BRASIL) - 700 Mil mortes

A edição do dia 28 de março de 2023 está disponível na íntegra na página do site e no youtube da TV Brasil e ela, já na escalada, com o destaque das 700 mil mortes por covid. “Desinformação sobre a gravidade da doença e sobre a vacinação retardaram o controle da pandemia.” (REPÓRTER BRASIL, 2023.) em seguida os demais destaques do telejornal são apresentados. Na volta da escalada, os apresentadores chamam uma matéria sobre o tema.

A gente abre esta edição do Repórter Brasil com a triste marca, oficializada hoje pelo conselho nacional dos secretários de saúde. O Brasil chegou a 700 mil mortes causadas pela covid-19. Com a vacinação, que segue salvando vidas diariamente, hoje o perfil de mortalidade inclui justamente os que não vacinaram, além de pessoas com mais de oitenta anos. Em uma reportagem especial a gente relembra como chegamos até aqui e o que o futuro nos aguarda em relação à pandemia. (REPÓRTER BRASIL, 2023.)

A reportagem inicia com imagens de hospitais e ao fundo (fig. 74), um off relembra que foi em 12 de março de 2020 que o Brasil registrou a primeira morte por covid-19 e que a partir deste dia os brasileiros passaram a conviver com números cada vez mais assustadores.

Figura 74 - Imagens de hospitais exibidas no início da reportagem do Repórter Brasil sobre as 700 mil mortes por covid-19



(Fonte: Reprodução Youtube TV Brasil)

A reportagem também relembra que em junho de 2021, o Brasil alcançou a marca de 500 mil mortes, e cita que no dia 8 de abril do mesmo ano, o Brasil registrou a maior média de mortes diárias, que na época passava de 4 mil e duzentas mortes. O repórter apresenta então uma entrevistada, que perdeu o filho de 16 anos por complicações da covid. A mãe fala da dor de perder um filho, e de como a pandemia estava descontrolada à época, citando inclusive a falta de leitos de UTI disponíveis e o colapso do sistema de saúde. Em um novo off o repórter fala que a pandemia naquele momento em que a reportagem era gravada, já estava controlada, por conta do sucesso da vacinação, mas que algumas mortes seguem acontecendo, o que fez com que chegássemos ao número de 700 mil vidas perdidas durante a pandemia. O off é seguido de uma passagem, em que o repórter aparece em frente ao “Memorial às vítimas da covid-19 no Brasil” construído no Senado Federal, em Brasília (fig.75), no texto o jornalista ressalta que “lugares como esse em que ele se encontrava, não nos deixam esquecer das vítimas mas também não nos deixam esquecer das falhas cometidas e alertam para que não mais se repitam, entre elas a desinformação sobre a doença e sobre as vacinas” (REPÓRTER BRASIL, 2023)

Figura 75 - Imagem do repórter da TV Brasil Glauco de Queiroz em frente ao Memorial às vítimas da covid-19 no Brasil.



(Fonte: Reprodução Youtube TV Brasil)

Em seguida, o virologista Bergmann Morais Ribeiro (fig.76) fala sobre as causas do número alto de mortes.

Muita gente morreu porque não foi vacinada a tempo, as pessoas não acreditavam que existia essa doença. O aprendizado é acreditar na ciência. Nós vimos que apareceu a pandemia, rapidamente a ciência foi capaz de produzir uma vacina e evitar muito mais mortes do que essas mortes que aconteceram. (BERGMAN RIBEIRO; REPÓRTER BRASIL, 2023.)

Figura 76 - Imagem do virologista Bergmann Morais Ribeiro em entrevista para o Repórter Brasil



(Fonte: Reprodução Youtube TV Brasil)

Em seguida a mãe, que apareceu no início da reportagem, volta dizendo que as mortes são muito tristes, mas que precisamos seguir com força e fé. O telejornal então segue com uma reportagem da editoria de política. No restante do telejornal o tema não é mais citado.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do Repórter Brasil na cobertura das mortes por covid.

Como só conseguimos acesso à edição do telejornal que cobriu as 700 mil mortes, ela foi a única que pudemos analisar. Percebemos que o telejornal cita em mais de um momento a desinformação e as falhas cometidas durante a pandemia, mas não diz de onde vieram essas falhas e desinformações. Que nos traz a presença marcante da síndrome de Darth Vader (MATA, 2013), que projeta vilões sem rosto na dramaturgia do telejornalismo. Segundo o autor, o termo foi inspirado na série Star Wars, na qual Darth Vader, o principal vilão da trilogia, é conhecido por suas armaduras negras e sua face velada. “Trata-se de um ‘vilão sem face’, construído meticulosamente para que sua face oculta potencialize os efeitos malignos e suspense típicos do vilão clássico”(MATA, 2013, p.169). O que nos leva a concluir que a emissora se manteve no padrão *catch-all* durante esta cobertura. Mas também não podemos deixar de mencionar o contexto em que a TV Brasil estava inserida durante os dois primeiros marcos, aos quais não tivemos acesso. Durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022), período que coincide com os piores anos da pandemia no Brasil, a EBC, incluindo a TV Brasil, foi criticada por transmitir eventos com viés personalista, destacando excessivamente o presidente em exercício. Mudanças significativas na estrutura administrativa e na programação ocorreram, com ênfase em propostas alinhadas aos interesses dos partidos apoiadores e eleitores do presidente, direcionando o conteúdo para uma audiência mais conservadora. (SANTOS, 2023). Embora existam poucos estudos específicos sobre o período de 2019 a 2022, análises indicam que o governo, ao modificar a TV Brasil, priorizou interesses pessoais em detrimento do papel da emissora como serviço público. (SANTOS, 2023). Estes fatos talvez nos auxiliem a entender o motivo de não termos as íntegras dos telejornais disponíveis, bem como reportagens de cobertura dos primeiros marcos citados.

SBT BRASIL - 100 Mil mortes e a genérica “desunião” das esferas

Não conseguimos localizar a edição na íntegra do SBT Brasil do dia 8 de agosto de 2020, mas em uma busca no youtube e no site da emissora, localizamos uma reportagem do dia sobre o marco das 100 mil mortes e é ela que utilizaremos para a presente análise. Na bancada, o apresentador chama a matéria dizendo que o Brasil atingia, naquele dia, a triste marca de 100 mil mortes pela covid-19 (fig. 77 e 78).

Nunca tantos brasileiros morreram em tão pouco tempo de uma só causa. O número de contaminações já passa dos 3 milhões, quase 2 milhões e 100 mil pessoas se recuperaram da doença. E dados do ministério da saúde mostram que o novo coronavírus já chegou em quase todos os municípios do país. (SBT BRASIL, 2020).

Figuras 77 e 78 - Imagens dos apresentadores na bancada do SBT Brasil apresentando os números da covid-19 e chamando a matéria sobre o tema.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

Na chamada, podemos perceber ao mesmo tempo, uma intenção de destacar o número de mortes é extremamente alto, ao dizer que nunca tantos brasileiros morreram em tão pouco tempo de uma só doença, e também de exaltar o número de pessoas recuperadas da covid. Tal escolha, nos permite dizer que o telejornal se mantém no padrão catch all até então, já que não se posiciona em relação ao número de mortos.

A reportagem começa com o off do repórter narrando as imagens (fig. 79 e 80) do ato que aconteceu no dia na orla da praia de Copacabana, em que balões vermelhos e cruzeiros foram fincados na areia como forma de protesto e de homenagear os 100 mil mortos pela

covid. O repórter introduz um entrevistado que perdeu o filho para a doença. “E hoje a minha maior preocupação é com meu netinho de 5 anos, porque vai ser o primeiro dia dos pais que ele não vai passar ao lado do pai dele”(MARCOS SILVA; SBT BRASIL, 2020).

Figuras 79 e 80 - Imagens do ato que acontecia na data em que o país atingiu as 100 mil mortes exibida pelo SBT Brasil.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

Em seguida, a imagem de um cartaz colocado pelos manifestantes na orla aparece com os dizeres “100 mil. Por que somos o segundo país em número de mortos?” (fig. 81).

Figura 81 - Imagem do cartaz colocado pelos manifestantes na orla de Copacabana.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

No off, o repórter diz que essa é uma pergunta feita por muitos e que o pensamento de pessoas, como o de um homem que invadiu a gravação da reportagem dizendo que a pandemia se trava de uma “fake news” poderia ser uma resposta (fig. 82). A reportagem mostra a resposta dada pelo primeiro entrevistado a esse homem “Eu quero te explicar porque não é fake news. Eu tive que pegar o corpo do meu filho e botar dentro de um caixão, dentro de um saco. Então você não pode falar que é fake news.”(MARCOS SILVA; SBT BRASIL, 2020).

Figura 82 - Imagem do homem que invadiu a gravação da reportagem dizendo que covid-19 era uma grande fake news, e do entrevistado que perdeu o filho respondendo ao mesmo.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

O repórter volta então com um off ilustrado por uma arte (fig.83), dizendo que realmente não se trata de uma mentira, e que a realidade é cruel, já que desde o primeiro caso identificado em são paulo no dia 26 de fevereiro de 2020, a doença se espalhou e infectou

mais de 3 milhões de brasileiros, até aquele momento, e naquele dia ultrapassa a marca de 100 mil mortes.

Figura 83 - Imagem da arte exibida pelo telejornal enquanto o off do repórter dizia que a pandemia de covid-19 não era uma mentira.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

Embora a reportagem apresente um posicionamento direto, dizendo que a covid-19 não era uma fake news, ela não menciona o governo ou o então presidente, o que não nos permite inferir que houve uma quebra no padrão catch-all neste momento.

A reportagem introduz então mais duas personagens, mãe e filha. A mãe conta que perdeu o filho e o marido para a covid-19, em um intervalo de 13 dias. A reportagem segue dizendo que mesmo com muitos municípios decretando quarentena, o descumprimento das medidas de isolamento e proteção abriu caminho para o vírus se espalhar pelo país. O repórter ressalta que municípios do Norte e Nordeste, que já tinham um sistema de saúde defasado, estavam à beira de um colapso.

Na passagem, o jornalista ressalta a discrepância entre municípios e estados, no número de leitos disponíveis em hospitais e nos números de testes realizados, o que contribuía para o avanço do vírus (fig. 84). O pesquisador da FIOCRUZ, Diego Xavier (fig. 85) entra então na reportagem dizendo que “ O vírus é bastante unido, organizado e disciplinado e pra gente faltou isso, faltou união entre as esferas governamentais.” (DIEGO XAVIER; SBT BRASIL, 2020) O entrevistado ressalta também que a orientação para o controle do vírus sempre foi a mesma: “isolamento social, testagem, rastreamento de contato e suporte de UTI.”(DIEGO XAVIER; SBT BRASIL, 2020)

Figuras 84 e 85 - Imagens da passagem do repórter José Luiz Filho e do entrevistado Diego Xavier, pesquisador da FIOCRUZ



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

Neste momento percebemos uma crítica feita pelo entrevistado à falta de união entre as esferas governamentais e, no momento anterior, uma crítica no texto do repórter ao descumprimento das medidas de isolamento e proteção. De todo modo, não podemos afirmar, em nenhum dos dois momentos uma quebra do padrão, já que as críticas apresentadas não são direcionadas ao governo federal especificamente e diretamente, ou à gestão da pandemia feita por este, e sim críticas à falta de união entre as esferas governamentais e às pessoas que não cumpriam as medidas sugeridas por especialistas. A reportagem termina com as entrevistadas que perderam parentes para a covid, falando da dor que sentem e prestando solidariedade às demais famílias que também foram afetadas pela covid.

SBT BRASIL - 500 Mil mortes

Assim como na edição das 100 mil mortes, não conseguimos localizar a íntegra do SBT Brasil do dia 19 de junho de 2021, data em que o Brasil atingiu a marca de 500 mil mortes pela pandemia de covid-19. Mas localizamos a reportagem exibida no dia sobre o marco. Na cabeça, os apresentadores (fig 86). dividem o texto “ O Brasil ultrapassou neste sábado a marca de 500 mil mortos pela pandemia de covid-19. Uma doença que devasta famílias, o avanço da vacinação traz a esperança de dias melhores.” (SBT BRASIL, 2021).

Figura 86 - Imagem dos apresentadores na bancada do SBT Brasil na data em que o Brasil atingiu a marca de 500 mil mortes por covid-19.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

A reportagem começa exibindo fotos da primeira entrevistada com seu pai, que não resistiu às complicações da covid. Junto ao texto lido pela repórter, percebemos uma música triste ao fundo. A entrevistada conta como era sua rotina com seu pai, e a repórter ressalta que com medo da covid-19, o homem tomava todos os cuidados, mas resolveu se encontrar com alguns amigos e acabou se infectando. A entrevistada segue falando sobre as boas lembranças que tinha dos momentos vividos com o pai. Entra então, uma passagem da jornalista responsável pela reportagem. De máscara e em maio a vários manequins (fig. 87) de loja despidos a repórter diz

Meio milhão de pessoas, meio milhão de famílias devastadas pela dor da perda. A covid-19 não escolhe idade, sexo, classe social, nem raça. Ninguém está livre de contrair a doença, mas hoje, um grupo está mais exposto, pessoas que, teoricamente, têm a imunidade mais alta têm se tornado, cada vez mais, vítimas do vírus. Os jovens, segundo este infectologista do hospital do coração em São Paulo. (SBT BRASIL, 2021).

Figura 87 - Imagem da passagem da repórter Flávia Travassos em meio aos manequins que representavam os mortos pela covid.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

Na sonora, o infectologista Guilherme Furtado (fig.88) explica que antes, de cada 10 pacientes internados na UTI do hospital em que trabalha, 7 eram idosos acima dos 60 anos, mas que naquele momento, esse número havia caído para 3. O que demonstra que os jovens estavam se infectando mais, tendo complicações, precisando de internação e muitas vezes na UTI.

Figura 88 - Imagem do entrevistado Guilherme Furtado, infectologista.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

A repórter diz então que este fato não é por acaso, e mostra imagens de aglomerações e de ações da força de combate à pandemia fechando um bar na zona sul da capital paulista, onde mais de 200 pessoas participavam de uma festa clandestina. (fig. 89 e 90). “Para especialistas em saúde a falta de comprometimento com as medidas de proteção é um dos fatores que fizeram o país somar 500 mil mortes” (SBT BRASIL, 2020) O entrevistado

reforça que a falta de vacinação também é um fator importante para que aquele número de mortes fosse tão alto.

Figuras 89 e 90 - Imagens de aglomerações e da atuação da força de combate à pandemia fechando um bar na zona sul de São Paulo.



(Fonte: Reprodução Youtube SBT News)

A repórter então narra a experiência de idosos vacinados, que mesmo sendo infectados, conseguiram se recuperar da doença. A reportagem termina com imagens desses idosos comemorando a recuperação.

Nesta reportagem, percebemos uma tendência do texto da repórter em culpabilizar as aglomerações e a falta de comprometimento com as medidas de proteção, pelo alto número de mortes. O entrevistado também cita a falta de vacinação como fator importante para os altos números. Mas não há críticas à condução da pandemia feita pelo governo federal, o que nos leva a concluir que a reportagem se mantém dentro do padrão catch-all.

SBT BRASIL - 700 Mil mortes

A edição do dia 28 de março de 2023 está disponível na íntegra no site da emissora, hospedada na plataforma Dailymotion, mas ela não cita o fato do país ter alcançado a marca de 700 mil mortes pela covid-19 e também não cita a pandemia em nenhum momento.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do SBT Brasil na cobertura das mortes por covid.

A partir da análise das três edições do principal telejornal do SBT, percebemos que ela se manteve no padrão *catch-all* ao fazer a cobertura dos marcos de mortes levantados por nós. O telejornal chega a citar a falta da vacinação em grande escala, o desrespeito às medidas de proteção e a falta de unidade entre os entes federativos como causas dos número altos de mortes causadas pela pandemia. Aqui novamente citamos a presença da síndrome de Darth Vader (MATA, 2013), ao falar sobre as questões que levaram ao alto número de mortes, mas sem citar responsáveis por elas. Mas não atribui esses fatos à gestão feita pelo governo federal, e pelo então presidente da república.

JORNAL DA BAND - entre os arautos das 100 Mil mortes e as palmas para os recuperados

Conseguimos acesso à íntegra do Jornal da Band do dia 08 de agosto de 2020 no canal do youtube da emissora. A escalada do telejornal apresentou duas notícias da pauta de segurança pública, seguida de outras duas, da editoria de economia e comportamento, respectivamente. A quinta notícia apresentada é a do marco de 100 mil mortes pela pandemia. “Cinco meses depois do primeiro caso, o Brasil ultrapassa a marca de 100 mil mortes pela covid.” (JORNAL DA BAND, 2020). A imagem que cobre esta fala é de um paciente sendo retirado de uma ambulância, por três profissionais da saúde, paramentados com máscara, óculos de proteção e capas, que cobriam todo corpo (fig.91) .

Figuras 91 - Imagem que cobria a fala dos apresentadores na escalada anunciando as 100 mil mortes e dos atendimentos em hospitais.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

O telejornal inicia com uma reportagem da editoria de segurança pública, seguida dos números da pandemia. O apresentador aparece à direita da bancada, e do lado esquerdo, um quadro em formato de arte apresenta os números citados (fig 92).

O Brasil chegou a triste marca de 100 mil quatrocentas e setenta e sete mortes por coronavírus. Nas últimas 24 horas foram registradas mais 905, o total de casos confirmados é de mais de 3 milhões e o de recuperados passa de 2 milhões.” (JORNAL DA BAND, 2020).

Figura 92 - Imagem do apresentador do Jornal da Band anunciando os números da pandemia com uma arte ao lado



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

Em seguida, uma segunda apresentadora aparece de pé, ao lado do telão (fig. 93), e chama uma matéria sobre um ato na orla da praia de Copacabana, que homenageava as vítimas da covid. “No Rio de Janeiro um ato na praia de copacabana homenageou as vítimas da doença no Brasil.” (JORNAL DA BAND, 2020).

Figura 93 - Imagem da apresentadora do Jornal da Band chamando uma matéria sobre o ato na praia de Copacabana



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

A reportagem começa apresentando imagens das cruzes e balões vermelhos na areia da orla de Copacabana (fig.94). Em off, o repórter explica que se trata de um protesto, e ressalta que ele tinha como objetivo, além da homenagem, chamar atenção para a crise enfrentada pelo país na luta contra o vírus. Em seguida imagens de um homem discutindo com os responsáveis pelo ato são mostradas (fig. 95), no off, o jornalista explica que este homem estava criticando a manifestação. Em um sobe som, conseguimos ouvir o este homem dizendo que era tudo fake news e que os números de mortos e infectados eram mentirosos. O responsável pelo ato mostra então uma foto de seu filho (fig. 96), que morreu vítima da pandemia, e ressalta que ele é um número verdadeiro, que morreu em decorrência da covid. A matéria termina com essa frase.

Figuras - 94, 95 e 96 - Imagens da reportagem sobre o ato em memória das 100 mil vítimas de covid, realizado na praia de Copacabana.





(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

Assim como no caso do SBT Brasil, percebemos um esforço do Jornal da Band de desmentir o boato de que as mortes por covid-19 se tratava de uma fake news. Mas não percebemos uma crítica à gestão da pandemia feita pelo governo, ou às declarações feitas pelo então presidente Jair Bolsonaro, que desprezavam a letalidade do vírus. Então podemos afirmar, até então, que a reportagem mantém o padrão catch-all. Também por falar em recuperados na mesma frase em que se anunciam 100 mil mortes.

De volta ao estúdio, a apresentadora ressalta que “ O Brasil é hoje o segundo país em número de mortos pela covid.”(JORNAL DA BAND, 2020) A jornalista chama então uma repórter para contar “um pouco das muitas histórias de vidas interrompidas”.

A segunda reportagem do telejornal sobre o tema, começa com uma música triste ao fundo, enquanto imagens de ruas vazias e pessoas nas janelas de apartamentos são mostradas (fig.97 e 98) . A repórter introduz então um entrevistado, que perdeu a mãe e o irmão para a pandemia, com sonoras rápidas do entrevistado demonstrando o tamanho de sua dor. Logo em seguida uma arte surge na tela, e a jornalista narra em off, com auxílio de uma arte, uma

linha do tempo sobre a evolução da pandemia no país. Ao fim desse histórico, a jornalista aparece de máscara em um passagem, gravada na rua (fig.99).

Figuras 97, 98 e 99 - Imagens que são exibidas no início da reportagem, com uma trilha ao fundo, e da arte com a linha do tempo da evolução da pandemia no Brasil.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

Nela, a repórter fala sobre a dificuldade de se controlar a pandemia no país, sem citar a gestão feita pelo governo. Uma sonora de um especialista do laboratório de inteligência em saúde da USP, Domingo Alves, é apresentada (fig. 100), nela, ele fala que a pandemia se agravou ainda mais quando chegou ao interior, já quando estava concentrada nas capitais, o controle era mais eficaz. Em seguida, a repórter volta a citar números: “Desde o início da pandemia 3 milhões de pessoas foram infectadas no Brasil. Mais de 2 milhões superaram a doença” (JORNAL DA BAND; 2020).

Figura 100 - Imagem do entrevistado Domingo Alves, especialista do laboratório de inteligência em saúde da USP.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

Imagens de pacientes deixando o hospital em clima de comemoração são mostradas durante o off (fig. 101). A repórter aparece novamente em uma passagem, agora dentro de um hospital (fig.102). Também de máscara, ela apresenta os dados de recuperados daquela unidade e a reportagem encerra com imagens de um paciente sendo aplaudido no momento de sua alta hospitalar, curado da covid-19. No restante do telejornal o tema não volta a ser citado.

Figuras 101 e 102 - Imagens de pacientes deixando o hospital, depois de curados, em clima de comemoração e da passagem da repórter, também em um hospital.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

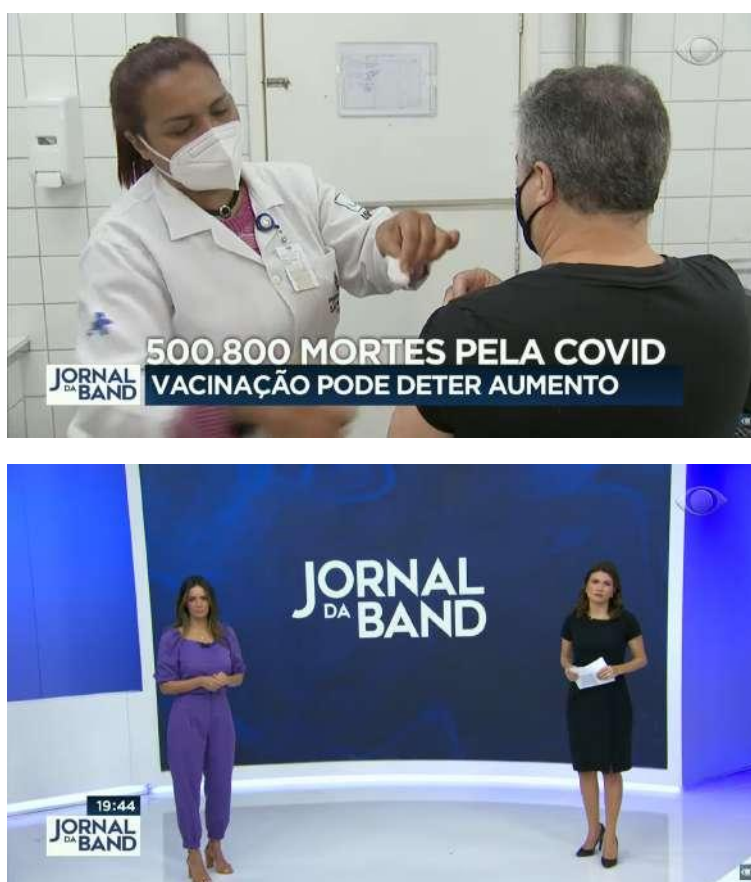
Nesta reportagem, também percebemos a manutenção do padrão catch all, já que em nenhum momento a produção audiovisual busca criticar ou responsabilizar a gestão da pandemia feita pelo então governo. Percebemos também a intenção de terminar a reportagem com um tom otimista, apresentando os números de recuperados de um hospital e as comemorações em torno da saída de um paciente recuperado da covid-19.

JORNAL DA BAND - 500 Mil mortes e o discurso de esperança entre os apesares

Localizamos a edição do dia 19 de junho de 2021, data em que o Brasil atingiu a marca de 500 mil mortes pela covid 19, também no canal do youtube da emissora. Na escalada a primeira notícia apresentada é sobre o tema (fig.103). “Brasil passa a marca de meio milhão de mortos pela covid, avanço na vacinação é esperança de frear o aumento” (JORNAL DA BAND, 2021). Depois de apresentar os demais destaques, no primeiro bloco, o telejornal exibe reportagens da editoria de segurança pública, seguida de uma reportagem sobre a xepa da vacina em São Paulo, momento em que pessoas de todas as idades podiam se

candidatar para tomar as doses de vacinas excedentes de outras faixas etárias. O telejornal segue então apresentando reportagens de outras editorias. No final do final do primeiro bloco, é que uma das apresentadoras chama uma reportagem sobre as 500 mil mortes por covid (fig. 104). “O Brasil passou hoje da marca de meio milhão de mortos pela covid. O avanço da vacinação é esperança para frear o aumento desse número.” (JORNAL DA BAND, 2021).

Figura 103 e 104 - Imagens da escalada do Jornal da Band em que a notícia das 500 mil mortes por covid é apresentada e da chamada da reportagem com o mesmo tema.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

A reportagem começa com imagens do então presidente, Jair Bolsonaro, em uma coletiva de imprensa (fig.105), seguida de imagens do Supremo Tribunal Federal (fig.106). No texto em off a repórter diz

Enquanto todas as esferas de governo batiam cabeça, o Supremo Tribunal Federal decidiu que enfrentar a pandemia deveria ser trabalho conjunto e deu a cada gestor a autonomia para tomar decisões. Enquanto isso a doença avançou e na chamada primeira onda matou mais de mil pessoas por dia(JORNAL DA BAND, 2021)

Figuras 105, 106- Imagens do então presidente Jair Bolsonaro e do Supremo Tribunal Federal exibidas no início da reportagem sobre as 500 mil mortes no Jornal da Band.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

Neste momento, embora a imagem do presidente apareça, o telejornal diz apenas que o supremo tomou atitudes enquanto “todas as esferas de governo batiam cabeça”. Neste trecho o objetivo principal é ressaltar a medida tomada pelo supremo, e não criticar o Governo pela gestão, já que o termo usado é genérico demais para interpretarmos como uma crítica. O que nos leva a afirmar que até este momento o padrão catch-all foi mantido pelo telejornal. O texto em off é seguido de passagem da responsável pela reportagem, ela aparece de máscara, em frente a uma unidade básica de saúde da capital paulista (fig. 107). “Com vacinas importadas e produzidas pela FIOCRUZ e Butantã, a vacinação começou em janeiro de 2021 de forma lenta e então o país entrou na segunda onda da doença, registrando mais de 2 mil mortes diárias.” (JORNAL DA BAND, 2021). O texto segue, mas agora não mais na passagem, e sim em um off, coberto por imagens de hospitais atendendo às vítimas da covid (fig. 108).

Ela foi mais feroz o vírus chegou a matar mais de 4 mil pessoas em um só dia no começo de abril (de 2021). A pandemia pôs os hospitais do país sob o maior teste de stress da história do sistema. Na metade de abril, a vacinação engatou uma segunda marcha e caiu bem o número de mortes de idosos, com o aumento da produção e da importação, a quantidade de doses aplicadas por dia agora está na casa de 2 milhões. No total o Brasil já aplicou mais de 85 milhões de vacinas. Mas se a imunização tivesse começado antes o número de mortes seria menor? E se todo mundo tivesse respeitado o distanciamento e o uso de máscaras? (JORNAL DA BAND, 2021)

Figuras 107 e 108 - Imagens da repórter Carolina Vilela em sua passagem, e de hospitais atendendo a pacientes com covid-19, utilizadas para cobertura do off.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

Depois das perguntas deixadas pela repórter no texto em off, que também não indicam uma crítica ao início tardio da vacinação e sim uma dúvida, é exibida a sonora de Hemerson Luz, um médico infectologista (fig.109), que inicia sua fala dizendo que seria muito fácil colocar a culpa na população por ela não estar se cuidando, usando máscaras ou aglomerando, ou botar a culpa no governo que não está vacinando. Ele termina sua fala dizendo que é um conjunto de fatores. Em um novo off, a reportagem fala sobre a CPI da Pandemia, que na época apurava possíveis omissões do governo e investigava pessoas que

poderiam ser responsabilizadas por essas omissões. O texto segue então apresentando os dados da pandemia naquele momento e dizendo que a pandemia ainda não estava completamente controlada. “As vacinas e as medidas de controle sanitário são as únicas armas contra o coronavírus, que em todo o planeta já matou cerca de 4 milhões de pessoas. O Ministério da Saúde promete imunizar toda a população do Brasil até o fim do ano.”(JORNAL DA BAND, 2021).

Figura 109 - Imagem do entrevistado Hemerson Luz, médico infectologista em entrevista para o Jornal da Band.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

A reportagem se encerra, e a mesma repórter aparece, ao vivo, em um local aberto e de máscaras (fig.110), trazendo informações sobre a CPI da Covid.

Boa noite, eu falo ao vivo aqui de Brasília onde na próxima terça a CPI da Covid retoma os trabalhos com o depoimento de Osmar Terra. O ex-ministro e deputado federal é suspeito de participar do chamado gabinete paralelo de aconselhamento do presidente Bolsonaro. A comissão divulgou uma lista com os nomes de quatorze pessoas que vão passar de testemunhas para investigadas, entre elas o ministro da saúde, Marcelo Queiroga, os ex-ministros Eduardo Pazuello e Ernesto Araújo e Carlos Wizard, que faltou ao depoimento marcado.” (JORNAL DA BAND, 2021).

Figura 110 - Imagem da repórter Carolina Vilela ao vivo de Brasília trazendo informações sobre a CPI da covid, em curso na época.



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

A repórter encerra o vivo informando que o então ministro do supremo Luiz Roberto Barroso tinha autorizado a condução coercitiva do empresário Carlos Wizard. De volta ao estúdio, o telejornal segue apresentando reportagens de outras editorias.

Mesmo com a citação à CPI da pandemia, o telejornal opta por não demonstrar um posicionamento, nem direto, nem indireto sobre a responsabilização do governo pelo atraso na aquisição de vacinas, ou à gestão da pandemia como um todo. O que nos permite dizer que ele se manteve no padrão catch-all durante esta cobertura.

JORNAL DA BAND - 700 Mil mortes

Localizamos a edição na íntegra do Jornal da Band do dia 28 de março de 2023, data em que o país atingiu o marco de 700 mil mortes por covid, no canal do youtube da emissora. Na escalada, a notícia é a nona notícia apresentada. “Três anos depois do começo da pandemia Brasil chega a 700 mil mortes por covid”(JORNAL DA BAND, 2023) A bancada do telejornal é dividida por 3 jornalistas, que se revezam durante o telejornal. A notícia do número de mortos por covid é apresentada no 4 bloco do telejornal, as duas apresentadoras, de pé em frente ao telão (fig.111), destacam a notícia e chamam a repórter Lana Canepa (fig.112) para trazer complementar as informações. “Três anos depois da primeira morte causada pela covid no país, hoje chegamos a marca de 700 mil mortos pela doença, Lana Canepa está de volta de Brasília com mais informações sobre este assunto e temos uma boa notícia, que os casos caíram bastante né Lana?” (JORNAL DA BAND, 2021).

Figuras 111 e 112 - Imagens das apresentadoras e da repórter que trazem a notícia das 700 mil mortes por covid-19



(Fonte: Reprodução Youtube Band Jornalismo)

A repórter então se apresenta e diz que apesar da triste notícia do alto número de mortes, a doença desacelerou muito no último ano por conta da vacinação. A repórter então relembra os marcos no número de mortes durante os anos de pandemia. “No primeiro ano de pandemia, o Brasil registrou mais de 200 mil mortes, no segundo ano, o mais letal, foram mais de 400 mil mortes e nesse último ano (2023) foram menos de 100 mil mortes registradas no país.” (JORNAL DA BAND, 2021). Lana segue explicando que, segundo a FIOCRUZ, o aumento da vacinação foi o responsável por conter o número de mortes e ressalta que o risco para quem não tomou a vacina é 3 vezes maior de óbito em contato com a covid. A repórter termina lembrando que é importantíssimo aumentar a cobertura vacinal para proteger as pessoas. De volta ao estúdio, o telejornal segue apresentando reportagens de outras editorias.

Nesta edição, não percebemos nenhuma quebra no padrão catch-ll, já que o telejornal prefere seguir a linha de lembrar os mortos da pandemia e ressaltar a importância que a vacinação teve para a estabilização da pandemia e nas mortes no país.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do Jornal da Band na cobertura das mortes por covid.

A partir da análise das três edições do principal telejornal da Band, percebemos que ela optou por se manter no padrão *catch-all* ao fazer a cobertura dos marcos de mortes levantados por nós. O telejornal faz um esforço nas três edições para exaltar a importância das vacinas para conter o vírus, e chega a citar a falta destas, o desrespeito às medidas de proteção e a falta de unidade entre os entes federativos como causas dos número altos de mortes causadas pela pandemia. Mas não atribui esses fatos à gestão feita pelo governo federal, e pelo então presidente da república. Ao citar a CPI da Covid, o telejornal também não demonstra posicionamentos sobre o fato, apenas narra o que acontecia naquele momento nas investigações da comissão.

REDE TV NEWS - 100 Mil mortes e o silêncio

Localizamos a edição do dia 8 de agosto de 2020 no canal do youtube da Rede TV, mais especificamente no sub-canal “Notícias RedeTV”. O vídeo não contém a escalada do telejornal, e já começa com o jornalista e apresentador Mauro Tagliaferri apresentando a primeira reportagem do telejornal, da pauta de segurança pública. O vídeo intitulado “RedeTV News (08/08/20) | Completo” tem 18 minutos de duração, apuramos que nos sábados, dia da semana em que o marco foi alcançado a emissora exibe uma versão menor de seu principal telejornal. Em nenhum momento os números da pandemia foram citados na edição, nem mesmo em uma atualização diária, o que nos permite inferir que a emissora preferiu não noticiar e não se posicionar sobre o fato, não sendo possível para nós interpretar a presença, ou não, do padrão *catch-all* nesta edição.

REDE TV NEWS - 500 Mil mortes e uma festa de formatura

Conseguimos acesso à íntegra da edição do RedeTV News do dia 19 de junho de 2021, data em que o país atingiu as 500 mil mortes por covid-19, no site da emissora. Na escalada, a primeira notícia é a desse marco. A jornalista e apresentadora Gabriela Di França (fig. 113) é quem traz o fato. “Brasil atinge a terrível marca de 500 mil mortes por covid-19” (REDETV NEWS, 2021).

Figura 113 - Imagem da jornalista e apresentadora Gabriela Di França chamando a notícia das 500 mil mortes por covid no RedeTV News.



(Fonte: Reprodução portal redetv.uol)

Depois da escalada, a primeira reportagem é sobre a participação do então presidente, Jair Bolsonaro, na formatura de aspirantes à marinha no Rio de Janeiro (fig.114).

Figura 114 - Imagem do então presidente Jair Bolsonaro em uma formatura de aspirantes à marinha no Rio de Janeiro.



(Fonte: Reprodução portal redetv.uol)

Aqui percebemos uma intencionalidade da emissora, no dia em que o Brasil atingia as 500 mil mortes por covid, com o então Presidente sofrendo duras críticas sobre como se posicionou e geriu a pandemia, ela prefere dar mais destaque à presença do mesmo em uma formatura, inclusive apresentando uma sonora com o presidente sorridente parabenizando os formandos, do que ao marco de pessoas mortas pela covid. O telejornal também exibe uma matéria apresentando os pontos exaltados pelo governo no balanço de 900 dias da gestão

Bolsonaro. O marco das mortes causadas pela pandemia é citado apenas no momento diário de atualização dos números da covid, em que o jornalista e apresentador Edie Polo apresenta os dados enquanto uma arte é exibida no lado direito da tela (fig.115).

De acordo com o Ministério da Saúde, 16 milhões, cento e oitenta e três mil pessoas se recuperaram da covid-19. Um milhão, cento e dezenove mil estão em acompanhamento. Desde o início da pandemia, mais de 500 mil pessoas morreram por causa da covid-19 no país. (REDETV NEWS, 2021).

Figura 115 - Imagem dos números da pandemia apresentados em arte no RedeTV News



(Fonte: Reprodução portal redetv.uol)

E o telejornal segue apresentando notícias e reportagens de outras editorias, sem voltar a citar o fato. Para nós, identificar a presença ou não do padrão catch-all nesta edição foi a mais difícil, mas chegamos à conclusão de que houve sim uma quebra no padrão catch-all na cobertura das 500 mil mortes pelo RedeTV News. Chegamos à essa conclusão, ao levar em conta todas as mobilizações e críticas ao governo, e mais precisamente ao presidente Jair Bolsonaro, que estavam acontecendo naquele dia específico. Em meio a declarações e manifestações contrárias ao presidente, e aos pedidos de mais vacinas para conter as mortes, o telejornal prefere dar destaque para os números de curados e de pessoas em acompanhamento, em detrimento do número de mortos, e além disso, exibe duas reportagens com um tom positivo sobre o presidente, a primeira sobre sua presença em uma formatura da marinha, apresentando inclusive uma sonora do próprio parabenizando os formandos, e a segunda apresentado o documento divulgado pelo governo que exaltava seus 900 dias de governo. Para nós, a exibição destas duas reportagens, com um destaque muito maior que a notícias das 500 mil mortes, feita por uma nota seca lida pelo apresentador,

apresenta uma intencionalidade da emissora em demonstrar o seu apoio ao governo, e ao então presidente Jair Bolsonaro. Portanto, o padrão catch-all foi quebrado.

REDE TV NEWS - 700 mil mortes

Localizamos a íntegra do telejornal do dia 29 de março de 2023, data em que o país atingiu a marca de 700 mil mortes pela pandemia, novamente em seu canal do youtube. Na escalada essa informação não é citada. A primeira matéria exibida, fala sobre as chuvas e secas que aconteciam na época, seguida de uma nota coberta, lida pelo jornalista e apresentador Augusto Xavier (fig.116).

E o Brasil ultrapassou hoje a marca de 700 mil mortes por covid-19, segundo o Ministério da Saúde. O número foi registrado pouco mais de três anos após a primeira vítima da doença no Brasil, em março de 2020. A vacinação, segundo especialistas, é a principal responsável pela queda de casos e mortes relacionadas à doença. (REDETV NEWS, 2023)

Durante o texto lido pelo jornalista, imagens de um cemitério (fig.117) e de caixões sendo enterrados por pessoas paramentadas com equipamentos de proteção (fig.118), são exibidas. Imagens de pacientes internados em unidades de terapia intensiva também são mostradas (fig.119), sem apresentar mostrar o rosto das pessoas. No restante do telejornal o marco e a pandemia não são mais citados.

Figuras 116, 117, 118 e 119 - Imagens da nota coberta sobre as 700 mil mortes por covid apresentadas pelo RedeTV News.





(Fonte: Reprodução portal redetv.uol)

Nesta edição, diferente da anterior, que noticiou as 500 mil mortes por covid, não percebemos uma queda no padrão catch-all. Percebemos inclusive uma certa mudança de postura do telejornal, que na cobertura das 700 mil mortes, optou por ressaltar a importância da vacinação, mesmo que atribuindo esta fala à especialistas, o que não aconteceu na cobertura anterior. Não podemos deixar de citar, que neste último marco, o ex-presidente Jair Bolsonaro não ocupava mais o governo federal, e que este fato pode estar relacionado com a mudança de postura da emissora, mas apresentamos esta informação como uma suposição.

Presença ou ausência do padrão *catch-all* - A partidarização (ou não) do RedeTV News na cobertura das mortes por covid.

A análise da cobertura feita pela RedeTV para nós foi a mais emblemática. No primeiro marco, das 100 mil mortes, a emissora sequer citou o fato, o que sozinho, não é suficiente para identificarmos uma intencionalidade da emissora, mas se levarmos em consideração que aquele era um momento crítico da pandemia, em que as vacinas ainda não estavam disponíveis, e o então presidente minimizava os perigos do vírus, podemos inferir que houve uma intencionalidade do telejornal em não noticiar o fato. Não podemos dizer que houve uma aproximação em relação ao governo, mas sim que houve um desprezo pelo valor notícia de 100 mil pessoas mortas por uma pandemia. De todo modo, a análise desta edição não nos permitiria afirmar que houve uma quebra no padrão *catch-all*, diferente da cobertura seguinte, do marco das 500 mil mortes. Nele, a emissora cita de forma tímida o número de mortos atingidos pela covid naquela data. Em uma nota coberta que se inicia com o número de curados, seguida do número de pessoas em tratamento, o número de mortos é o último a ser citado. Este fato sozinho, não seria suficiente para identificarmos uma quebra no padrão de objetividade, mas se analisarmos a notícia anterior a esta, apresentada pelo RedeTV News, esta quebra já começa a se desenhar. A notícia exalta a presença do então presidente em uma formatura da Marinha, apresentando uma sonora do mesmo sorridente, no dia em que o país atinge 500 mil mortes pela pandemia, em meio a críticas severas ao governo pela condução da mesma. E ainda apresenta uma reportagem, exaltando os pontos apresentados pelo governo em um relatório dos 900 dias de mandato. Levando todo esse contexto em conta, podemos afirmar que a emissora quebrou o padrão *catch-all* nesta segunda cobertura, se aproximando ideologicamente das pautas defendidas pelo então governo. Já na cobertura das 700 mil mortes o mesmo não acontece, a emissora cita o fato dentro do padrão *catch-all* e ainda exalta a importância da vacinação no controle da pandemia.

Considerações finais

A partir das análises feitas por nós, pudemos perceber que o padrão *catch-all* vem sendo quebrado no jornalismo brasileiro, mas não de forma unânime e definitiva. No caso específico da cobertura dos marcos de mortes pela pandemia de covid-19 no Brasil, a maioria dos telejornais se mantiveram no referido padrão. Mesmo trazendo nuances de

posicionamentos em relação à condução da pandemia feita pelo governo, a grande maioria das emissoras optaram por fazer isso dentro do padrão de objetividade, de forma indireta, e nem sempre seguindo a mesma linha nas diferentes edições dos telejornais. Por outro lado, temos os exemplos da Globo e da TV Cultura, que optaram por quebrar o padrão catch-all em suas coberturas e responsabilizar diretamente o governo, e o ex-presidente Jair Bolsonaro, pela má gestão da pandemia, que causou o número alto de mortes em decorrência da covid.

O Jornal Nacional, da Rede Globo, se destacou por sua clara e direta responsabilização do governo federal e do presidente Jair Bolsonaro em relação à inação e às declarações controversas sobre a pandemia. A empresa optou por quebrar o padrão catch-all, posicionando-se politicamente e priorizando a defesa do direito à saúde em detrimento de uma suposta neutralidade. Essa postura evidencia uma escolha editorial em favor da responsabilização do governo, mesmo que isso possa afetar a audiência.

Por outro lado, o Jornal da Manhã, da Jovem Pan, e o Jornal da Record mantiveram-se mais próximos do padrão catch-all, apresentando uma cobertura mais superficial e evitando posicionamentos políticos explícitos. No entanto, enquanto a Jovem Pan procurou equilibrar as opiniões apresentadas, incluindo tanto críticas quanto defesas à condução da pandemia pelo governo, a Record demonstrou uma certa tendência a descredibilizar as críticas ao governo, destacando outras questões, como as manifestações contra Bolsonaro.

O Jornal da Cultura seguiu uma linha editorial semelhante à do Jornal Nacional, rompendo com o padrão catch-all e responsabilizando o governo pelas mortes causadas pela pandemia. A empresa adotou uma postura mais incisiva, especialmente nas edições que cobriram os marcos de 100 mil e 500 mil mortes, demonstrando um claro posicionamento político.

A análise do Repórter Brasil, da TV Brasil, foi limitada à edição que cobriu o marco de 700 mil mortes, evidenciando uma falta de posicionamento claro sobre a responsabilidade do governo. No entanto, considerando o contexto histórico da emissora e as críticas à sua atuação durante o governo Bolsonaro, é possível inferir uma tendência ao padrão catch-all, priorizando interesses alinhados ao governo.

O SBT Brasil e o Jornal da Band mantiveram-se mais neutros em suas abordagens, citando problemas como falta de vacinação e desrespeito às medidas de proteção sem atribuir diretamente esses problemas ao governo federal. Ambos os telejornais optaram por seguir o padrão catch-all, evitando posicionamentos políticos explícitos.

Já o RedeTV News apresentou uma abordagem mais heterogênea, com a cobertura das 100 mil mortes ignorada e uma tendência ao padrão catch-all, enquanto na cobertura das

500 mil mortes houve uma quebra desse padrão, aproximando-se ideologicamente das pautas defendidas pelo governo Bolsonaro.

Em suma, as análises revelam a diversidade de posturas adotadas pelos telejornais brasileiros em relação à cobertura da pandemia de Covid-19, desde uma clara responsabilização do governo até uma neutralidade mais branda. Esses posicionamentos editoriais refletem não apenas a busca por audiência e credibilidade, mas também as afinidades ideológicas e políticas das emissoras.

Também achamos importante trazer a questão do mito da imparcialidade tão defendido pelas empresas de comunicação brasileira por um longo período e muito presente dentro do padrão catch-all de jornalismo, que escondido atrás de um ideal de objetividade e escuta dos dois lados, sempre colocou uma espécie de parcialidade velada, escondida por trás de elementos como a escolha das fontes, o tempo de casa entrevista e a angulação das matérias, notícias e reportagens. Como exemplo, podemos citar a cobertura midiática feita em torno dos pedidos de impeachment de Dilma Rousseff e Fernando Collor, que em mais de um momento incentivou que o mesmo acontecesse. O apoio dado pela rede globo à ditadura civil-militar brasileira, confessado pela mesma, e com um pedido de desculpas anos depois. A intervenção intencional na edição das cenas do debate entre Lula e Collor, dando prioridade ao segundo, também foi confessada pelo então diretor Boni. Outros tantos exemplos de emissoras como Band, SBT e Record, que em seus programas policiais, através de comentários e opiniões dos apresentadores, ferem até mesmo as legislações dos direitos humanos entre tantos outros exemplos de quebra do mito da imparcialidade.

Com os recentes exemplos de quebra desse padrão catch-all tecemos duas observações sobre este fato. A primeira, é que esta quebra pode representar uma tendência dos veículos de comunicação de se colocarem de maneira mais clara e direta em relação às suas linhas editoriais e posicionamentos políticos, que embora muito provavelmente estejam sendo levados à isto por interesses de mercado, pode representar, para o público, uma maior clareza em relação à que tipo de viés será abordado nas coberturas daquela empresa. Por outro lado, essa quebra pode acontecer ainda de forma velada, tentando induzir o público ao erro, através de divulgação de notícias falsas, ou sem a apuração necessária.

Destacamos ainda que essa busca pela audiência, sempre guiou a atuação dos canais comerciais brasileiros, já que ela é a principal forma de atrair recursos financeiros para as mesmas, que seguem um padrão mercadológico. Aqui resgatamos Chauí, apresentada em nosso referencial teórico para lembrar que constantemente os interesses do mercado entram em conflito com os interesses democráticos. O que ressalta a importância em tratar a

comunicação como um direito social e não como uma ferramenta do mercado e que para que esse direito seja garantido, precisamos de uma radiodifusão democratizada, com paridade entre veículos privados, públicos e estatais, com liberdade de atuação para apresentarem diferentes pontos de vista.

Os serviços de radiodifusão – sejam públicos ou comerciais – possuem natureza pública e, nesse sentido, devem atender às finalidades de interesse coletivo. O espectro eletromagnético é um recurso público finito e precisa ser regulado, pelo menos no que se refere à distribuição das frequências. A regulação da mídia caminha, de forma simultânea, com a garantia, promoção e proteção da liberdade de expressão. Tais garantias, recomendadas pela legislação internacional da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), na qual é indicada a necessidade de medidas regulatórias sobre os sistemas de rádio e televisão e seguidas inclusive por várias nações latino-americanas, como apresentadas no presente trabalho, carecem de aplicação no Brasil, onde persiste a presença de um sistema de radiodifusão comercial concentrado e sem espaço para a participação popular há tempos reivindicada pelo movimento social. Esta participação até pode ser percebida de forma menos desigual nos ambientes digitais, mas o campo da radiodifusão ainda se apresenta como um importante formador de opinião da sociedade brasileira, e por isso precisamos buscar formas de torná-lo mais democrático.

Através de nossa análise, pudemos perceber como os canais de TV abertos brasileiros se posicionaram em relação à condução da pandemia, e como tratam a questão do alto número de mortes pela pandemia. Entendemos que a mídia tem um papel importantíssimo em momentos de crise, para o bem ou para mal, e que durante a pandemia de covid-19, ela foi fundamental para, além de informar a população sobre o desenrolar da pandemia, também teve um papel crucial na promoção e incentivo às medidas de proteção, isolamento social e vacinação. Embora com nossa análise tenhamos percebido alguns canais que preferiram não se posicionar em relação à condução da pandemia exercida pelo governo federal, todos eles, cada um em sua medida, reforçaram a importância da vacinação, do isolamento social, e das medidas de proteção contra a covid-19, que eram as orientações sugeridas pelas OMS e pela grande maioria dos órgãos ligados à saúde.

Ainda em relação à cobertura das mortes causadas pela pandemia, percebemos o esforço de alguns canais, como a Globo e a TV Cultura, de trazer um apelo emocional a esses números, não só trazendo depoimentos de familiares que perderam entes queridos, mas também através dos recursos de edição, a utilização dos silêncios, dos números de mortes em tempo real, e de falas duras que traziam o sentimento de revolta por tantas mortes, que

poderiam ser evitadas, mas não foram. Por outro lado, percebemos um desprezo por essas mortes na grande maioria dos canais, mesmo os que exibiram reportagens com parentes de vítimas da covid, preferiam trazer um tom positivo às notícias e aos números, seja focando no número de recuperados, ou seja tratando esse números de forma meramente expositiva e objetiva.

Referências

JORNAL NACIONAL. *Jornal Nacional*, íntegra 08/08/2020. [Rio de Janeiro]: Globo, 2020a. 33min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8763064/>. Acesso em: 29 set. 2022.

JORNAL NACIONAL. *Jornal Nacional*, íntegra 19/06/2021. [Rio de Janeiro]: Globo, 2021a. 48min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9619931/>. Acesso em: 29 set. 2022.

JORNAL NACIONAL. *Jornal Nacional*, íntegra 28/03/2023. [Rio de Janeiro]: Globo, 2023a. 48min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9619931/>. Acesso em: 06 jan.. 2024.

JORNAL DA MANHÃ. *Jornal da Manhã*, íntegra 08/08/2020. [São Paulo]: Jovem Pan, 2020a. 4h 06min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6JDOA776tLg&t=326s&ab_channel=JovemPanNews. Acesso em: 06 jan.. 2024.

JORNAL DA MANHÃ. *Jornal da Manhã*, íntegra 20/06/2021. [São Paulo]: Jovem Pan, 2021a. 4h 06min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VsCplO_ZIC8&t=6s&ab_channel=JovemPanNews . Acesso em: 06 jan.. 2024.

JORNAL DA MANHÃ. *Jornal da Manhã*, íntegra 28/03/2023. [São Paulo]: Jovem Pan, 2023a. 4h 06min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BsjJPgP_1O8&t=452s&ab_channel=JovemPanNews . Acesso em: 06 jan.. 2024.

JORNAL DA CULTURA. *Jornal da Cultura*, íntegra 08/08/2020. [São Paulo]: TV Cultura, 2020a. 49min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R7sS3Fw65zI&t=12s&ab_channel=JornalismoTVCultura . Acesso em: 29 set. 2023.

JORNAL DA CULTURA. *Jornal da Cultura*, íntegra 19/06/2021. [São Paulo]: TV Cultura, 2021a. 49min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M1nspNjLW48&t=9s&ab_channel=JornalismoTVCultura . Acesso em: 29 set. 2023.

JORNAL DA CULTURA. *Jornal da Cultura*, íntegra 28/03/2023. [São Paulo]: TV Cultura, 2023a. 49min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3_lzfhc-8Eo&t=2s&ab_channel=JornalismoTVCultura . Acesso em: 29 set. 2023.

JORNAL DA RECORD. *Jornal da Record*, íntegra 08/08/2020. [São Paulo]: TV Record, 2020a. 49min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bm_KS9NYTIQ&t=2s. Acesso em: 29 set. 2023.

JORNAL DA RECORD. *Jornal da Record*, íntegra 19/06/2021. [São Paulo]: TV Record, 2021a. 59min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nxtpeudqwDU&t=3s&ab_channel=JornaldaRecord . Acesso em: 29 set. 2023.

JORNAL DA RECORD. *Jornal da Record*, íntegra 28/03/2023. [São Paulo]: TV Record, 2023a. 48min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fmYJrV8Z314&t=1s&ab_channel=JornaldaRecord. Acesso em: 29 set. 2023.

SBT BRASIL. *SBT Brasil*, íntegra 08/08/2020. [São Paulo]: SBT News, 2020a. 4min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VYz4tXuGCfI&ab_channel=SBTNews. Acesso em: 29 set. 2023.

SBT BRASIL. *SBT Brasil*, íntegra 19/06/2021. [São Paulo]: SBT News, 2021a. 45min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0F_OVZyxm0Q&ab_channel=SBTNews . Acesso em: 29 set. 2023.

SBT BRASIL. *SBT Brasil*, íntegra 28/03/2023. [São Paulo]: SBT News, 2023a. 48min. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x8jjgy3>. Acesso em: 29 set. 2023.

JORNAL DA BAND. *Jornal da Band*, íntegra 08/08/2020. [São Paulo]: Rede Bandeirantes, 2020a. 58min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zwFtpB9-neA> . Acesso em: 29 set. 2022.

JORNAL DA BAND. *Jornal da Band*, íntegra 19/06/2021. [São Paulo]: Rede Bandeirantes, 2021a. 59min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Iuw3f4U6-IM&ab_channel=BandJornalismo . Acesso em: 29 set. 2022.

JORNAL DA BAND. *Jornal da Band*, íntegra 28/03/2023. [São Paulo]: Rede Bandeirantes, 2023a. 59min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z4FM2eAX4rk&ab_channel=BandJornalismo. Acesso em: 29 set. 2022.

REDE TV NEWS. *Rede TV News*, íntegra 08/08/2020. [São Paulo]: Rede TV, 2020a. 18min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZjHDJdy9fxw&ab_channel=Not%C3%ADciasRedeTV. Acesso em: 29 set. 2022.

REDE TV NEWS. *Rede TV News*, íntegra 19/06/2021. [São Paulo]: Rede TV, 2021a. 26min. Disponível em: <https://www.redeTV.uol.com.br/jornalismo/redetvnews/videos/cidades/assista-a-integra-do-redetv-news-de-19-de-junho-de-2021>. Acesso em: 29 set. 2022.

REDE TV NEWS. *Rede TV News*, íntegra 28/03/2023. [São Paulo]: Rede TV, 2023a. 28min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R_5wZJDWSmg&ab_channel=Not%C3%ADciasRedeTV . Acesso em: 29 set. 2022.

REPÓRTER BRASIL. *Repórter Brasil*, íntegra 28/03/2023. [Brasília, DF]: TV Brasil, 2023a. 41min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a62NM1G6O34&t=1s>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual, São Paulo, *Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2016.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: a estrutura narrativa das notícias em TV. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

COUTINHO, Iluska. Da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In: **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**.

DOMINGUES DA SILVA, Juliano. Concentração de Mídia versus Princípios Democráticos? Mensurando e Comparando Diversidade de Mídia. São Paulo, SP. **Anais** do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016.

EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (Org.). **Coleção Jornalismo Audiovisual**. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

GORTÁZAR, N. **Inação e desinformação do Governo Bolsonaro agravam a pandemia no Brasil**, 15 de abril de 2021. <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-16/inacao-e-desinformacao-do-governo-bolsonaro-agravam-a-pandemia-no-brasil.html>

MATA, Jhonatan. A vida virou uma *live*: reflexões sobre o conceito de amadorismo e transmissão ao vivo a partir das lives musicais num contexto de pandemia. In: ROCHA, Adriano Medeiros da; LAIA, Evandro José Medeiros (Org.). **Audiovisual revolucionário**. São Paulo: Editora dos Frades, 2021, pp.367-400.

MEDEIROS, Evandro; LINHALIS, Lara. O intempestivo na televisão: miudezas e torções na cobertura de protestos entre junhos. In: ROCHA, Adriano Medeiros da; LAIA, Evandro José Medeiros (Org.). **Audiovisual revolucionário**. São Paulo: Editora dos Frades, 2021, pp. 341- 366.

MARQUETTO, Cristine. A Comunicação como Mercadoria: uma Discussão sobre o Mercado da Mídia e a Democracia. Curitiba. **Anais** do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017.

PEREIRA, Gustavo Teixeira de Faria. **Novas Telas para o Telejornalismo**: o conflito entre o quarto e quinto estado/poder e a expansão do conteúdo para além das localidades Gustavo Teixeira de Faria Pereira, 2020. 116 f.